

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

JÚNIO CÉSAR GONÇALVES

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NOS
CESECS DE MINAS GERAIS: CAUSAS, DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS**

UBERLÂNDIA – MG

2025

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

JÚNIO CÉSAR GONÇALVES

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NOS
CESECS DE MINAS GERAIS: CAUSAS, DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS

Relatório de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação Profissional em Educação - PPGPE - Mestrado Profissional em Formação docente para a Educação Básica, na linha de pesquisa - Práticas docentes na Educação Básica, sob a orientação do professor Dr. Ricardo Baratella.

UBERLÂNDIA – MG

2025

i

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

- G586e Gonçalves, Júnio César.
A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Cesecs de Minas Gerais: causas, desafios e consequências / Júnio César Gonçalves. – Uberlândia (MG), 2025.
159 f. : il., color.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes na Educação Básica.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Baratella.
1. Evasão escolar. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Educação continuada. 4. Estudantes de educação de jovens e adultos. I. Baratella, Ricardo. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 374.981

Tatiane da Silva Viana – Bibliotecária – CRB-6/3171

JÚNIO CÉSAR GONÇALVES

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NOS
CESECS DE MINAS GERAIS: CAUSAS, DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS**

Dissertação / Produto apresentada ao Programa de Pós – graduação Profissional em Educação – Mestrado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 11/09/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO BARATELLA**
Data: 29/10/2025 14:18:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Baratella (Orientador)
Universidade de Uberaba - UNIUBE

Documento assinado digitalmente
 **VERA LUCIA BONFIM TIBURZIO**
Data: 30/10/2025 07:21:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Vera Lúcia Bonfim Tiburzio
Universidade Federal do Triângulo Mineiro -
UFTM

Osvaldo Freitas de Jesus

Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
Universidade de Uberaba - UNIUBE

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

O professor, pedagogo e filósofo **Paulo Freire** (1921-1997) é amplamente reconhecido como a maior referência brasileira no campo da educação.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

RESUMO

A presente dissertação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPPE) – Mestrado Profissional em Formação Docente para a Educação Básica, na linha de pesquisa Práticas Docentes na Educação Básica, tem como objeto de estudo a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) de Minas Gerais. A EJA, modalidade destinada a sujeitos que não concluíram a Educação Básica na idade regular, desempenha papel relevante na promoção da equidade e do direito à educação; entretanto, a evasão constitui um dos principais desafios à sua efetivação. O estudo tem como objetivo identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar nos Cesecs, analisando suas causas, desafios e consequências para os estudantes e para a sociedade. Trata-se de pesquisa qualitativa, fundamentada no método do Estado de Conhecimento, articulada à pesquisa bibliográfica, explicativa e à análise documental, com levantamento de produções científicas em bases nacionais e internacionais. Para a coleta e seleção do material, serão consultadas bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, tais como *Google Acadêmico*, *SciELO*, *Capes Periódicos*, *Redalyc* e *Latindex*, a fim de assegurar o acesso a produções científicas relevantes, atualizadas e alinhadas à temática da evasão escolar na EJA. A fundamentação teórica apoia-se em autores como Paulo Freire (1996), Miguel Arroyo (2017) e Moacir Gadotti (2009), que discutem a EJA, a exclusão escolar e a educação popular. Os resultados indicam que a evasão se configura como fenômeno multifatorial, relacionado a condições socioeconômicas, dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo, desmotivação e fragilidades institucionais. Conclui-se pela necessidade de estratégias pedagógicas e políticas públicas que promovam a permanência e a inclusão, fortalecendo o direito à educação ao longo da vida.

Palavras-chave - Evasão escolar. EJA. Cesecs. Permanência dos estudantes.

ABSTRACT

This dissertation, linked to the Professional Postgraduate Program in Education (PPGPE) - Professional Master's Degree in Teacher Training for Basic Education, in the research line of Teaching Practices in Basic Education, has as its object of study the school dropout in the education of young people and adults (EJA) in the State Centers for Continuing Education (Cesecs) of Minas Gerais. The EJA, a modality aimed at subjects who have not completed basic education at regular age, plays an important role in promoting equity and the right to education; however, evasion is one of the main challenges to its implementation. The study aims to identify the factors that contribute to school dropout in Cesecs, analyzing their causes, challenges and consequences for students and society. It is a qualitative research, based on the method of the State of Knowledge, articulated to bibliographic research, explanatory and documentary analysis, with survey of scientific productions in national and international bases. For the collection and selection of material, national and international academic databases such as *Google Scholar*, *SciELO*, *Capes Periódicos*, *Redalyc* and *Latindex* will be consulted in order to ensure access to relevant scientific productions, updated and aligned with the theme of school dropout in EJA. The theoretical basis is supported by authors such as Paulo Freire (1996), Miguel Arroyo (2017) and Moacir Gadotti (2009), who discuss EJA, school exclusion and popular education. The results indicate that evasion is a multifactorial phenomenon, related to socioeconomic conditions, difficulties in reconciling work and study, demotivation and institutional fragilities. It concludes by the need for pedagogical strategies and public policies that promote permanence and inclusion, strengthening the right to education throughout life.

Keywords - School dropout. EJA. Cesecs. Student stay.

RESUMEN

La presente disertación, vinculada al Programa de Postgrado Profesional en Educación (PPGPE) - Maestría Profesional en Formación Docente para la Educación Básica, en la línea de investigación Prácticas Docentes en la Educación Básica, tiene como objeto de estudio la deserción escolar en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en los Centros Estaduales de Educación Continuada (Cesecs) de Minas Gerais. La EJA, modalidad destinada a sujetos que no han completado la Educación Básica en edad regular, desempeña un papel relevante en la promoción de la equidad y del derecho a la educación; sin embargo, la evasión constituye uno de los principales desafíos para su efectividad. El estudio tiene como objetivo identificar los factores que contribuyen a la deserción escolar en las Cesecs, analizando sus causas, desafíos y consecuencias para los estudiantes y para la sociedad. Se trata de investigación cualitativa, fundamentada en el método del Estado del Conocimiento, articulada a la investigación bibliográfica, explicativa y al análisis documental, con levantamiento de producciones científicas en bases nacionales e internacionales. Para la recolección y selección del material, serán consultadas bases de datos académicas nacionales e internacionales, tales como *Google Académico*, *SciELO*, *Capes Periódicos*, *Redalyc* y *Latindex*, con el fin de asegurar el acceso a producciones científicas relevantes, actualizadas y alineadas al tema de la deserción escolar en la EJA. La fundamentación teórica se apoya en autores como Paulo Freire (1996), Miguel Arroyo (2017) y Moacir Gadotti (2009), que discuten la EJA, la exclusión escolar y la educación popular. Los resultados indican que la evasión se configura como un fenómeno multifactorial, relacionado con condiciones socioeconómicas, dificultades de conciliación entre trabajo y estudio, desmotivación y fragilidades institucionales. Se concluye por la necesidad de estrategias pedagógicas y políticas públicas que promuevan la permanencia y la inclusión, fortaleciendo el derecho a la educación durante toda la vida.

Palabras clave - Deserción escolar. EJA. Cesecs. Permanencia de los estudiantes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo da tese, da dissertação e dos artigos selecionados a partir dos seguintes termos indutores “EJA” e “Evasão escolar na EJA”.....	44
Quadro 2	Palavras-chaves da tese, da dissertação e dos artigos selecionados a partir dos seguintes termos indutores “EJA” e “Evasão escolar na EJA”.....	48
Quadro 3	Motivações para evasão	98
Quadro 4	Projetos para combate a evasão escolar	100
Quadro 5	Legislações - Cesec.....	132
Quadro 6	Comparativo entre a organização dos Cesecs e das escolas com ensino presencial da EJA.....	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente à tese “Trajetórias formativas de educadores da EJA: fios e desafios”	50
Figura 2	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente à dissertação “A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do Estado de Minas Gerais”	52
Figura 3	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “EJA e o mundo do trabalho: reflexões e relatos de experiência de pesquisa exploratória realizada na Educação de Jovens e Adultos”	54
Figura 4	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “As práticas educativas de regulação e emancipação na EJA”	55
Figura 5	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil”	56
Figura 6	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Reflexão sobre a formação do docente para a EJA”	58
Figura 7	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Educação de Jovens e Adultos: reparar, equalizar e qualificar”	60
Figura 8	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais”	61
Figura 9	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Perspectivas de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto para a EJA”	63
Figura 10	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Educação de Jovens e Adultos (EJA): reflexões acerca da evasão”	64
Figura 11	Nuvem de palavras a partir do <i>software Voyant Tools</i> referente ao artigo “Papel dos Centros de Educação Continuada – Cesecs, na Educação de Jovens e Adultos”	66
Figura 12	Componentes curriculares do Ensino Fundamental	133
Figura 13	Componentes curriculares do Ensino Médio	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas na tese “Trajetórias formativas de educadores da EJA: fios e desafios”	51
Gráfico 2	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas na dissertação “A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do Estado de Minas Gerais”	53
Gráfico 3	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “EJA e o mundo do trabalho: reflexões e relatos de experiência de pesquisa exploratória realizada na Educação de Jovens e Adultos”	54
Gráfico 4	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “As práticas educativas de regulação e emancipação na EJA”	55
Gráfico 5	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil”	57
Gráfico 6	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Reflexão sobre a formação do docente para a EJA”	58
Gráfico 7	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Educação de Jovens e Adultos: reparar, equalizar e qualificar”	59
Gráfico 8	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais”	61
Gráfico 9	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Perspectivas de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto para a EJA”	62
Gráfico 10	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Educação de Jovens e Adultos (EJA): reflexões acerca da evasão”	64
Gráfico 11	Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Papel dos Centros de Educação Continuada – Cesecs, na Educação de Jovens e Adultos”	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CESEC	Centro Estadual de Educação Continuada
DCN/EJA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNEP	Fundo Nacional de Ensino Primário
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OTP	Organização do Trabalho Pedagógico
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAA	Plano Nacional de Alfabetização de Adultos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNSE	Programa Nacional de Saúde Escola
PNTE	Programa Nacional de Transporte do Escolar
PPGP	Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

RME-BH	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
SEE/MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	Introdução	29
1.1	Justificativa	31
1.2	Objeto de estudo e Problema de pesquisa.....	31
1.3	Objetivos.....	32
1.3.1	Objetivo geral	32
1.3.2	Objetivos específicos	33
1.4	Bases teóricas da pesquisa	33
1.5	Procedimentos metodológicos: estratégias de investigação... ..	36
2	Estado de Conhecimento e <i>Voyant Tools</i>: uma abordagem tecnológica para a análise de textos em pesquisas científicas	39
2.1	Estado de Conhecimento: mapeamento e avanços em pesquisas educacionais.....	40
2.2	Explorando dados textuais na pesquisa educacional: o uso do <i>Voyant Tools</i>	50
3	Evasão escolar: desafios, causas e impactos na Educação de Jovens e Adultos	68
3.1	Considerações iniciais	68
3.2	Evasão escolar: desafios e impactos na educação.....	74
4	O percurso do conhecimento na Educação de Jovens e Adultos	104
4.1	Educação na construção da coletividade: reflexões sobre aprendizagem, participação e transformação social.....	106
4.2	Educação de Jovens e Adultos (EJA): desenvolvimento pessoal e inclusão social como caminhos para a cidadania	111
5	Políticas públicas da EJA e do Cesec.....	125
5.1	Políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos.....	125
5.2	O Cesec no estado de Minas Gerais.....	131
	Considerações finais	143
	Referências	148
	Apêndice – Produto Educacional	162

MEMORIAL

BOLA DE MEIA, BOLA DE GUDE

Milton Nascimento (1988)

Há um menino, há um moleque
 Morando sempre no meu coração
 Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão
 Há um passado no meu presente
 O sol bem quente lá no meu quintal
 Toda vez que a bruxa me assombra o menino me dá a mão
 E me fala de coisas bonitas
 Que eu acredito que não deixarão de existir
 Amizade, palavra, respeito, caráter, bondade, alegria e amor
 Pois não posso, não devo
 Não quero viver como toda essa gente insiste em viver
 Não posso aceitar sossegado
 Qualquer sacanagem ser coisa normal
 Há um menino, há um moleque
 Morando sempre no meu coração
 Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão
 Há um passado no meu presente
 O sol bem quente lá no meu quintal
 Toda vez que a bruxa me assombra o menino me dá a mão
 E me fala de coisas bonitas que eu acredito
 Que não deixarão de existir
 Amizade, palavra, respeito, caráter, bondade, alegria e amor
 Pois não posso, não devo
 Não quero viver como toda essa gente insiste em viver
 E não posso aceitar sossegado qualquer sacanagem
 Ser coisa normal
 Bola de meia
 Bola de gude
 Um solidário não quer solidão
 Toda vez que a tristeza me alcança um menino me dá a mão
 Há um menino, há um moleque morando sempre no meu coração
 Toda vez que o adulto fraqueja ele vem pra me dar a mão.

Pontos de partida

Ao longo da letra, há uma mensagem de resistência e superação, mostrando que, apesar dos desafios da vida, é essencial manter o coração jovem e a capacidade de sonhar. O eu lírico se apoia nas lembranças e na força interior para seguir em frente, reforçando que o amor e a amizade são fundamentais para continuar acreditando em um futuro.

A canção tem um tom nostálgico e, ao mesmo tempo, motivador, transmitindo a ideia de que, independentemente da idade, é possível manter a essência da infância como um refúgio e uma fonte de energia para enfrentar a vida, resgatando a pureza, a alegria e a esperança que nos

impulsionam a seguir em frente, mesmo diante dos desafios meio das adversidades, é o que nos fortalece e nos mantém firmes no caminho. É essa força interior que nos permite superar obstáculos, aprender com as dificuldades.

Meu nome é Júnio César Gonçalves, professor da Educação Básica no município de Patos de Minas/MG e aluno do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade de Uberaba (Uniube). Nasci no dia 11 de setembro de 1971, às 23 horas, na Fazenda Galena, localizada na zona rural do município de Presidente Olegário.

Vim ao mundo pelas mãos de uma parteira, como era comum nas famílias rurais da época. Sou filho de pais analfabetos e tive dez irmãos, sendo que quatro já faleceram. Entre os sobreviventes, apenas alguns chegaram a cursar o ensino superior, enquanto os demais seguiram outros ofícios, sem completar o Ensino Médio.

Minha história reflete a de muitas famílias que nasceram na zona rural na década de 1970. A falta de escolaridade dos meus pais trouxe dificuldades que impactaram diretamente nossa vida. Meu pai e minha mãe trabalhavam como meeiros, o que significava que estavam sempre mudando de fazenda em busca de melhores condições. Raramente permanecemos mais de cinco anos em um mesmo lugar. Essa constante migração trouxe instabilidade ao percurso escolar de todos os filhos, tornando o abandono ou a evasão escolar uma realidade frequente em nossa família.

Quando eu tinha apenas 11 meses de idade, nos mudamos para a Fazenda Contendas, mas nossa permanência lá foi curta. Não sei ao certo o que motivou o desentendimento entre meu pai e o filho do fazendeiro, mas fomos obrigados a partir novamente. Nossa próxima morada foi a Fazenda Lanhosos, nas proximidades. Inicialmente, as coisas pareciam caminhar bem.

Meu pai cultivava lavouras às margens do Rio Paranaíba e, nos dois primeiros anos, conseguimos manter nossa produção, pois as chuvas foram escassas e o rio não transbordou. Entretanto, em 1982, fomos surpreendidos por uma grande enchente que devastou toda a lavoura. Não colhemos um único grão de cereal, o que trouxe dificuldades financeiras severas para nossa família, uma vez que os meeiros dependem exclusivamente do que colhem para sobreviver.

A falta de recursos tornou nossa vida ainda mais difícil. Sem uma colheita para garantir o sustento, meu pai precisou buscar alternativas para manter a família, enquanto minha mãe fazia o possível para cuidar de nós. Esses desafios moldaram minha infância e me fizeram compreender, desde cedo, o valor da educação como um caminho para a transformação social.

Apesar das adversidades, nunca desisti dos estudos. Minha trajetória acadêmica foi marcada por dificuldades, mas também por muita determinação.

Hoje, como professor, levo comigo a consciência de que a educação é a chave para romper o ciclo de desigualdade e proporcionar novas oportunidades para tantas outras crianças e jovens que vivem situações semelhantes à que vivi. Acredito que minha história pode inspirar aqueles que, como eu, enfrentaram barreiras ao longo do caminho, mas que ainda assim continuam lutando por um futuro melhor por meio do conhecimento e da dedicação aos estudos.

Nesse ano, como se não bastasse o rio ter destruído toda a lavoura, de onde meu pai tirava nosso sustento, ele ainda foi acometido por uma doença grave que o impediu de trabalhar. Diagnosticado com a doença de Chagas e outros problemas de saúde, ficou extremamente adoentado. Pensávamos que perderíamos nosso pai.

Ele tinha, então, cerca de 35 anos. A doença de Chagas é transmitida pelo barbeiro e afeta principalmente pessoas que vivem em condições precárias na zona rural, em casas de pau a pique, tornando-as mais vulneráveis à infecção. Como meu pai sempre viveu nesse tipo de moradia, inclusive na casa onde nasci, no município de Presidente Olegário, ele acabou contraindo a doença.

Diante da doença do meu pai, surgiu a preocupação de que toda a família pudesse estar contaminada. No entanto, a doença se manifestou de forma mais severa apenas nele, comprometendo completamente sua capacidade de trabalho e deixando nossa família sem condições de se sustentar. Naquela época, não existiam programas de transferência de renda para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade. Esses programas só ganharam visibilidade a partir de 1991, com a apresentação do Projeto de Lei nº 80 pelo senador Eduardo Suplicy, aprovado em dezembro do mesmo ano.

O projeto propunha a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), com um modelo universalista, oferecendo uma renda a todos os cidadãos brasileiros acima de 25 anos que estivessem dentro de uma faixa de renda pré-determinada. O Programa beneficiaria, por meio de um imposto de renda negativo, aqueles que recebessem rendimentos brutos inferiores a 2,5 salários-mínimos da época.

Apesar da inexistência desses programas sociais, nossa família encontrou amparo na região por meio do Dispensário São Vicente de Paulo, uma instituição voltada à assistência de famílias carentes. Esse grupo arrecadava donativos, como mantimentos e dinheiro, para ajudar aqueles que mais necessitavam. Ao tomarem conhecimento da situação do meu pai, um senhor chamado Pedro Anacleto, já falecido, nos procurou e ofereceu apoio.

No ano de 1982, sobrevivemos graças às doações da Sociedade São Vicente de Paulo. No entanto, incomodados com nossa situação, essas pessoas tentaram, sem sucesso, conseguir a aposentadoria para o meu pai, que, por ter apenas 35 anos, não se enquadrava nos critérios vigentes. Ele permaneceu acamado por um ano, mas, surpreendentemente, conseguiu se recuperar.

Acredita-se que, além da doença de Chagas, a desnutrição severa tenha agravado seu quadro, resultando em uma anemia profunda. Graças à ajuda da instituição, ele teve acesso a tratamento médico e medicamentos para sua recuperação. Eu era pequeno, mas me lembro das injeções vermelhas que aplicavam na veia dele. A solidariedade daquela comunidade foi fundamental para nossa sobrevivência naquele período tão difícil. Essa experiência marcou profundamente minha formação e reforçou minha crença no valor da empatia e do apoio coletivo em tempos de necessidade.

Passado esse ano, tentamos novamente plantar as mesmas lavouras às margens do rio. No entanto, mais uma vez, o rio transbordou e destruiu toda a plantação. Com isso, continuamos a depender da assistência da Conferência, que não apenas nos fornecia alimentos, mas também roupas para a família.

Claro que essa ajuda vinha dentro das possibilidades da instituição: muitas vezes, recebíamos apenas os tecidos, e minha mãe costurava nossas roupas à mão ou buscava o auxílio de costureiras da região para garantir que tivéssemos o que vestir. Permanecemos nessa fazenda por cinco anos, período marcado por dificuldades extremas.

Além das adversidades causadas pelas chuvas e pelas doenças, enfrentamos a perda irreparável de um irmão, que faleceu aos 11 meses de idade devido à inanição. Naquela época, quando adoecíamos, não tínhamos acesso imediato a médicos. Em vez disso, recorríamos aos farmacêuticos locais, que nos receitavam remédios e aplicavam injeções sem a devida orientação médica.

É provável que a morte do meu irmão tenha sido causada não apenas pela desnutrição, mas também pelo uso inadequado de medicamentos, ministrados sem acompanhamento profissional adequado. Essa realidade era comum entre as famílias mais pobres da zona rural, que enfrentavam enormes dificuldades para obter atendimento médico adequado.

Do caminho à aprendizagem: experiências na Educação Básica

Ingressei na escola no ano de 1978, na Escola Municipal Delfim Moreira, localizada em Lanhosos, no município de Patos de Minas/MG. Era um grupo escolar

multisseriado, um modelo de organização no qual alunos de diferentes idades e níveis de escolarização compartilhavam a mesma sala de aula, sob a responsabilidade de um único professor.

As escolas multisseriadas são comuns no meio rural e têm suas origens no período colonial brasileiro, quando professores leigos e itinerantes ensinavam os filhos dos proprietários de terra e, posteriormente, os filhos dos trabalhadores, após a expulsão dos jesuítas do país em 1759. Segundo dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, mesmo após o intenso processo de nucleação das escolas nos anos 1990, em 2013 o Brasil ainda contava com aproximadamente 50 mil escolas multisseriadas no campo.

Na minha escola, a organização era simples: uma professora era responsável pelo 1º e 2º anos, e outra, pelo 3º e 4º anos. Havia apenas duas salas, e nos sentávamos em carteiras duplas. Muitas vezes, chegávamos à escola sem sequer ter comido um pedaço de pão. Nossa família era extremamente pobre e, naquela época, não existia uma política consolidada de merenda escolar como atualmente. As escolas rurais raramente recebiam ajuda da prefeitura ou do governo para garantir alimentação aos alunos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve suas primeiras iniciativas nos anos 1940, mas apenas em 1976 foi criado um programa nacional nos moldes do atual PNAE, cuja garantia se consolidou na Constituição de 1988. Antes disso, as escolas improvisavam com os poucos recursos disponíveis. Eu me lembro bem da cantineira preparando uma sopa rala de fubá com folhas de couve rasgadas e alguns ovos, utilizando os produtos da horta escolar. Era essa refeição simples que nos dava energia para assistir às aulas.

No meu primeiro ano de escola, fui reprovado, talvez pela frequência irregular. Nesse mesmo ano, meu pai teve seu contrato de meeiro rompido pelo dono da fazenda onde morávamos, e tivemos que nos mudar para outra propriedade, a Fazenda Serra das Palmeiras. Foi lá que refiz o 1º ano. A escola mais próxima, a Escola Municipal Antônio Cândido Borges, era ainda menor que a anterior, com apenas uma sala de aula, em que os alunos das quatro séries estudavam juntos.

Nas décadas de 1970 e 1980, muitos professores do campo tinham apenas a 4ª série primária e eram contratados pelas prefeituras para alfabetizar os filhos dos agricultores. Dados do Serviço Estatístico do Ministério da Educação e Cultura de 1987

apontam que, dos 1.117 mil professores do Brasil, 145,7 mil não possuíam o ensino médio completo. No entanto, com dedicação, conseguiram alfabetizar gerações de crianças.

Na escola em que estudava, algumas professoras já tinham formação em magistério, mas minha primeira professora contava apenas com a 4ª série do Ensino Fundamental. Além de ingressarmos tarde na escola, muitos alunos abandonavam os estudos devido às longas distâncias percorridas para chegar à sala de aula.

Algumas crianças andavam mais de seis quilômetros por trilhas cobertas por capim alto, muitas vezes descalças e encharcadas pela chuva. A dificuldade de acesso à escola resultava em faltas constantes e, conseqüentemente, em evasão escolar. Outro fator que impulsionava a evasão era o trabalho infantil.

Naquela época, a ajuda dos filhos na lavoura era essencial para garantir o sustento familiar. A ausência de métodos contraceptivos e políticas públicas de planejamento familiar fazia com que as famílias rurais tivessem entre 10 e 12 filhos, e os mais velhos precisavam trabalhar para auxiliar os pais. Foi nesse contexto que comecei a trabalhar na lavoura aos seis anos de idade. Embora fosse o sexto de onze filhos, minha contribuição era necessária para alimentar os mais novos.

O trabalho infantil sempre foi uma realidade em países em desenvolvimento como o Brasil. Somente em 2000 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), visando combater essa prática. Em 2019, tive a oportunidade de coordenar, no município de Patos de Minas, a implementação do PETI em parceria com as Secretarias de Ação Social, Educação e o Ministério Público do Trabalho, reforçando o compromisso com a erradicação do trabalho infantil.

A necessidade de trabalhar e a distância da Escola Municipal Antônio Cândido Borges me levaram a abandonar a escola na 2ª série e, posteriormente, na 3ª série. Somente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, os direitos das crianças passaram a ser mais rigidamente protegidos pelo Estado. O ECA trouxe avanços significativos na garantia de acesso à educação e na proteção contra o trabalho infantil, reforçando a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade na formação e desenvolvimento das crianças brasileiras.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

O Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi promulgado em 1990 no Brasil. Esse Artigo estabelece que a proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes não são responsabilidades exclusivas do Estado, mas um dever compartilhado entre família, comunidade, sociedade e poder público. A seguir, a explicação dos principais aspectos do artigo:

- **Com absoluta prioridade:** significa que os direitos da criança e do adolescente devem ser atendidos antes de qualquer outro interesse, assegurando-lhes proteção integral.
- **Direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação:** o artigo menciona um conjunto de direitos fundamentais para o desenvolvimento físico, emocional e social dos menores de idade.
- **Vida e saúde:** crianças e adolescentes devem ter acesso a serviços médicos adequados e condições dignas de sobrevivência.
- **Alimentação:** garante o direito à nutrição adequada, essencial para o crescimento e aprendizagem.
- **Educação:** o acesso à escola e à aprendizagem é um direito garantido, sendo proibida a exclusão por questões socioeconômicas.
- **Esporte e lazer:** além do ensino formal, a recreação é essencial para o desenvolvimento social e cognitivo.
- **Profissionalização:** os adolescentes devem ter acesso à oportunidades de formação e capacitação para o mercado de trabalho, sem prejuízo dos estudos e respeitando a legislação sobre trabalho infantil.
- **Cultura, dignidade e respeito:** a identidade, os valores culturais e a liberdade da criança devem ser preservados e incentivados.
- **Convivência familiar e comunitária:** a separação da criança de sua família deve ser evitada sempre que possível, sendo a comunidade um suporte para sua formação.

O Artigo 4º do ECA reforça o princípio da proteção integral, ou seja, toda criança e adolescente deve ser tratado como um sujeito de direitos, e não apenas como um futuro cidadão. Dessa forma, todas as esferas da sociedade têm o dever de garantir que esses direitos sejam efetivados, prevenindo situações de negligência, abandono e exploração.

Essa proteção exige a participação de toda a sociedade, garantindo todos os direitos da criança e do adolescente, dessa maneira que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (Brasil, 1990).

Conforme mencionado anteriormente, os meeiros – condição em que meu pai se encontrava – viviam quase como nômades, ora em uma fazenda, ora em outra. Na Fazenda Serra das Palmeiras, enfrentamos diversas dificuldades. No último ano de nossa permanência, o fazendeiro pediu que deixássemos a propriedade e proibiu que plantássemos a lavoura. Ficamos sem trabalho por um ano inteiro, sem meios de obter alimento. Eventualmente, surgiam trabalhos avulsos, conhecidos como diárias.

Apesar dessas adversidades, meu pai fazia o possível para nos sustentar, trabalhando onde conseguia. Embora fôssemos crianças, algumas pessoas nos pagavam as diárias completas, como forma de nos ajudar. Dessa fazenda, mudamos para a Fazenda Aragão. A escola continuava sendo multiseriada – a Escola Municipal Antônio Cândido Borges. Foi lá que, aos 14 anos, consegui concluir as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Entretanto, devido à distância de aproximadamente 15 km da cidade e à falta de transporte escolar, não pude continuar os estudos, pois caminhar até lá diariamente era inviável.

Após concluir a 4ª série, continuei trabalhando na lavoura, sem qualquer perspectiva para o futuro. Dois anos depois, o fazendeiro novamente pediu que meu pai deixasse a fazenda. Dessa vez, porém, ele não encontrou outra propriedade para onde pudéssemos ir, o que nos forçou a migrar para a zona urbana em 1987. Eu tinha 16 anos quando nos mudamos para Patos de Minas. Chegamos à cidade sem que meu pai soubesse ler ou escrever. E agora, como sobreviver? Essa era a pergunta que nos assombrava.

Naquele período, o Brasil ainda passava pelo êxodo rural, com muitas famílias deixando o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. Sem condições de adquirir uma casa própria, essas famílias precisavam alugar pequenas moradias nas periferias. Diferentemente de hoje, não havia programas habitacionais como o "Minha Casa, Minha Vida".

O sonho da casa própria era algo distante para muitas mães, que muitas vezes tinham até 12 filhos, como era o caso da minha mãe. Morar de aluguel era um grande desafio. Éramos cinco para trabalhar, mas o trabalho braçal pagava menos que um salário-mínimo. Dois ou três de nós precisavam trabalhar apenas para cobrir o aluguel, e nem sempre conseguíamos pagar

pontualmente. Isso porque o trabalho braçal era sazonal, com duração de três a quatro meses, principalmente no período de colheita.

Diante dessas dificuldades, em 1988, eu, meus irmãos mais velhos e meu pai tivemos que sair de Patos de Minas para trabalhar no Estado de Goiás, na queima de carvão. Foi nessa fazenda que recebi uma inesperada bênção do patrão. Sempre ouvimos críticas sobre pessoas ricas, mas esse empresário me surpreendeu com sua atitude humanizada. Ao me ver franzino naquele trabalho árduo, ele disse: “quando chegar a véspera de Natal, não é para você retornar à fazenda.”

O acesso à fazenda era difícil, com cerca de 150 km de estrada de terra, levando aproximadamente seis horas de viagem até o acampamento. Essa dificuldade, no entanto, era apenas para os trabalhadores braçais, que iam de pau de arara, pois o patrão chegava de avião. Nós, os carvoeiros, levantávamos às 4h da manhã e íamos para os fornos, chegando por volta das 6h. O trajeto até o local de trabalho me fascinava, pois, durante a madrugada, avistávamos lobos, onças e outros animais selvagens.

A promessa do patrão se cumpriu. No dia 18 de dezembro, ele nos deu a oportunidade de retornar a Patos de Minas. Porém, as dificuldades continuavam. Precisávamos trabalhar para sustentar os irmãos mais novos e pagar o aluguel. Voltamos a trabalhar nas fazendas próximas à cidade. A rotina era um pouco menos exaustiva: saíamos na segunda-feira e retornávamos na sexta. Essa vida árdua no campo perdurou até 1992.

Ao longo desses anos, trabalhei com meu pai e meus irmãos em diversas fazendas da região: Patos de Minas, Patrocínio, Coromandel, Carmo do Paranaíba, Rio Paranaíba e várias outras cidades pequenas. Apesar das dificuldades, eu sonhava com um futuro melhor. Minha mãe sempre me dizia: “meu filho, você precisa estudar. A vida é muito difícil para quem não tem estudo.” No entanto, as condições não me permitiam frequentar a escola, pois não havia empregos disponíveis na zona urbana.

Em 1992, surgiu uma oportunidade inesperada. A Prefeitura, em parceria com a Fundação Nacional da Saúde, lançou um mutirão contra o mosquito da dengue, contratando mais de 150 jovens. Minha mãe insistiu para que eu me inscrevesse, pois eu tinha a 4ª série primária. Acreditei que seria selecionado, pois, apesar das limitações da escola multisseriada, minha professora havia me ensinado o básico para ser considerado alfabetizado. E eu estava certo: fui aprovado e trabalhei por mais de três meses no combate à dengue. Foi a partir desse momento que minha vida começou a mudar.

Com o incentivo da minha mãe, matriculei-me na Escola Estadual Abner Afonso, que ficava próxima ao bairro em que morávamos. Estudar à noite me deu uma nova perspectiva. Nos intervalos, dizia aos colegas: “só paro de estudar quando me formar na faculdade.” As boas notas que tirava me motivavam ainda mais. Em 1994, a Prefeitura de Patos de Minas abriu um concurso público para trabalhadores braçais. Inscrevi-me e fui aprovado. Trabalhei por um ano, mas, devido ao desgaste físico, não consegui conciliar o trabalho com a escola e pedi demissão. Fiquei quase um ano desempregado, mas, em janeiro de 1995, surgiu outro concurso para o cargo de rodante. Sabendo que, em caso de empate, os mais jovens tinham prioridade, me esforcei ao máximo e consegui tirar nota 100%. Fiquei em 4º lugar e fui rapidamente convocado.

No dia 1º de maio de 1995, iniciei minhas atividades na Escola Municipal Professor Aristides Memória (Caic). Essa escola não apenas educava, mas também oferecia assistência à comunidade. Permaneci lá por mais de sete anos, trabalhando na portaria. Apesar do estresse, esse emprego me permitiu continuar sonhando. Assim, em 1998, depois de passar por várias escolas, finalmente concluí o Ensino Médio. Minha família acreditava que eu pararia por ali, mas o desejo de continuar estudando permanecia forte. Foi então que decidi prestar vestibular para o Centro Universitário de Patos de Minas – Unipam, dando mais um passo rumo à realização dos meus sonhos.

Entre desafios e conquistas: vivências no Ensino Superior

Ingressei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário de Patos de Minas aos 27 anos de idade. Naquela época, cursar uma faculdade não era tão acessível como atualmente. Meu curso tinha duração de quatro anos, com aulas de segunda a sábado. Durante a semana, as aulas aconteciam no período noturno, enquanto aos sábados eram ministradas pela manhã.

Além do mais, havia uma grande quantidade de trabalhos a serem entregues no portal do aluno. Esse período foi extremamente desafiador para mim, pois todo o meu salário era destinado ao pagamento da faculdade. A conciliação entre trabalho e estudo era difícil: começava a trabalhar às 6h da manhã e só terminava às 18h, sendo que as aulas iniciavam às 18h30min.

Apesar das dificuldades, essa fase foi enriquecedora e proporcionou uma grande ampliação dos meus conhecimentos. Isso possibilitou minha inscrição no concurso para professores da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais quando ainda estava no

terceiro ano do curso de Letras, em 2001. Na época, o Estado de Minas Gerais, contrariando o artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece o ingresso no serviço público por meio de provas ou provas e títulos, valorizava a experiência dos professores contratados, dificultando a entrada de novos docentes.

Mesmo diante desse critério que favorecia os professores mais experientes, consegui uma boa classificação. Quando concluí a graduação em Letras, em 2002, já havia conquistado uma vaga por meio desse concurso. Em fevereiro de 2003, fui designado para lecionar Língua Portuguesa na Escola Estadual de Ponte Firme, localizada na zona rural do município de Presidente Olegário, a 80 quilômetros de Patos de Minas.

O local era de difícil acesso e as condições de permanência eram bastante precárias. No entanto, aceitei o desafio e assumi 20 aulas nessa escola. Como o salário de professor não era suficiente para cobrir todas as despesas, resolvi participar de outro processo designatório e consegui um segundo cargo no município de Patos de Minas. Conciliar esses dois empregos era uma tarefa quase impossível, mas, por incrível que pareça, consegui realizar esse trajeto por um ano. As aulas terminavam às 11h30min em Presidente Olegário e, às 13h, eu já precisava estar na Escola Agrícola de Patos de Minas.

Durante a semana, utilizava o ônibus escolar para chegar até localidades próximas a São Pedro da Ponte Firme. Muitas vezes, descia do ônibus à meia-noite e ainda precisava percorrer seis quilômetros a pé até o povoado. A região, conhecida como Chapadão de São Pedro da Ponte Firme, era bastante plana, e eu caminhava sozinho pela madrugada, iluminado apenas pela luz da lua, imaginando a possibilidade de encontrar uma onça ou outro animal selvagem. Essa rotina exaustiva e arriscada durou um ano e quatro meses.

Após muita luta, em 2004, surgiu a oportunidade de realizar uma especialização em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário de Patos de Minas. As aulas presenciais ocorriam sempre em janeiro e julho, durante o recesso dos professores. No final desse mesmo ano, concluí a pós-graduação, mas queria seguir adiante. Sempre sonhei em ser inspetor escolar pela Secretaria Municipal de Educação de Patos de Minas, o que me motivou, em 2005, a ingressar na especialização em Inspeção Escolar na Faculdade de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

Após a conclusão das especializações, um novo concurso público da Secretaria Estadual de Educação foi publicado. Inscrevi-me e fui aprovado para o cargo de Professor de Educação Básica – Língua Portuguesa na cidade de Varjão de Minas. Permaneci nessa localidade por aproximadamente seis meses, até ser transferido para Patos de Minas, onde passei a atuar como professor em diversas escolas, tanto como efetivo quanto como designado.

Durante esse período, participei de diversas formações, tanto por iniciativa própria quanto promovidas pelo Estado de Minas Gerais. No entanto, apesar da estabilidade como professor, eu ainda nutria um antigo sonho: cursar Direito. Em 2008, prestei vestibular no Centro Universitário de Patos de Minas, fui aprovado e, ao longo do curso, tive várias oportunidades de formação na área jurídica.

Finalizei a graduação em Direito em 2013 e, em seguida, fui aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), passando a atuar como advogado, conciliando essa atividade com a de professor. Em 2015, aproveitei minha especialização em Inspeção Escolar para prestar o concurso da Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Fui aprovado em primeiro lugar e, desde então, exerço essa função concomitantemente com as atividades de advogado e professor de Educação Básica.

Formação científica e acadêmica no *stricto sensu*

Mesmo exercendo três funções, em 2021, nasceu em mim o desejo de cursar um Mestrado. Inscrevi-me no Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras), oferecido em rede nacional. Trata-se de um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Letras, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação, e ofertado por instituições de ensino superior públicas. Esse programa tem como objetivo capacitar professores de Língua Portuguesa para a docência no Ensino Fundamental, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino no país.

No entanto, devido a circunstâncias pessoais e à impossibilidade de obter licença da Secretaria Estadual de Educação, não consegui dar continuidade ao curso. Apesar dessa dificuldade, o desejo de cursar um Mestrado permaneceu latente. Em 2022, o governo de Minas Gerais lançou o “Programa Trilhas do Futuro – Educadores”, uma iniciativa voltada para a qualificação de servidores da Educação por meio da oferta gratuita de cursos de Aperfeiçoamento, Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

O programa representou uma oportunidade significativa para profissionais da educação que buscavam aprofundamento acadêmico e atualização pedagógica, oferecendo acesso a cursos de alta qualidade sem custos adicionais. Essa iniciativa não apenas incentivou a formação continuada, mas também possibilitou a ampliação de competências relacionadas à gestão, avaliação e práticas pedagógicas inovadoras, fortalecendo a atuação dos educadores na rede pública. Para mim, o lançamento do programa foi decisivo, renovando a motivação para

ingressar em um Mestrado e permitindo planejar com maior segurança e respaldo institucional minha trajetória acadêmica.

O período do Mestrado Profissional em Educação na Uniube foi marcado por uma intensa vivência acadêmica e profissional, que contribuiu significativamente para minha formação como pesquisador e educador. Ingressar no programa no polo de Uberlândia, após conquistar a 7ª colocação no processo seletivo de 2023, representou uma oportunidade singular de aprofundar conhecimentos teóricos e metodológicos, bem como de aprimorar competências de pesquisa e prática pedagógica.

Ao longo de 2024, participei de aulas síncronas e presenciais, seminários, discussões de artigos e atividades colaborativas que favoreceram o desenvolvimento crítico e reflexivo. Sob a orientação do professor Ricardo Baratella, refinei meu objeto de estudo e redimensionei o problema de pesquisa, passando de uma proposta inicial voltada à transformação social e práticas interdisciplinares no Cesec para um foco mais específico: “Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA): causas, desafios e consequências”.

Encerro este Memorial fundamentado nas reflexões proporcionadas pelas aulas dos professores da Uniube, que, a meu ver, promovem um debate educacional pautado na pedagogia da pergunta, conforme proposto por Paulo Freire e em diálogo com Antonio Faundez. Essa abordagem valoriza a curiosidade, o questionamento constante e a reflexão crítica, estimulando o educando a tornar-se protagonista do próprio processo de ensino e aprendizagem. Em oposição à pedagogia da resposta, Freire defende a problematização como caminho para a construção do conhecimento. Como ele afirma (Faundez, 2021, p. 74):

[...] O educando inserido num permanente processo de educação, tem de ser um grande perguntador de si mesmo. Quer dizer, não é possível passar de segunda a terça-feira sem se perguntar constantemente. Volto a insistir na necessidade de estimular permanentemente a curiosidade, o ato de perguntar, em lugar de reprimi-la. As escolas ora recusam as perguntas, ora burocratizam o ato de perguntar. A questão não está simplesmente em introduzir no currículo o momento das perguntas, de nove às dez, por exemplo. Não é isto! A questão nossa não é burocratização das perguntas, mas reconhecer a existência como um ato de perguntar.

Antonio Faundez (2021) destaca a relevância do ato de questionar e da curiosidade como elementos centrais no processo educacional. Para o autor (2021), o educando deve ser um “grande perguntador de si mesmo”, ou seja, alguém capaz de refletir continuamente sobre suas próprias ideias, escolhas e aprendizagens. Essa postura vai além de perguntas programadas ou limitadas a momentos específicos, como horários pré-determinados para questionamentos;

trata-se de cultivar uma atitude permanente de curiosidade e investigação, que permeie todas as experiências de aprendizagem.

Faundez (2021) critica a forma como muitas instituições educacionais limitam ou até reprimem o questionamento. Em alguns contextos, o ato de perguntar pode ser burocratizado ou ritualizado, transformando a curiosidade em uma prática formal e restrita, sem incentivo genuíno ao pensamento crítico. O ponto central, segundo o autor, é que a educação deve permitir que as perguntas surjam de maneira natural, espontânea e contínua, reconhecendo-as como parte essencial do processo de aprendizagem e não como um ato rígido ou meramente protocolar.

Essa perspectiva evidencia que o ato de perguntar está intrinsecamente ligado à pesquisa, pois envolve a busca por respostas, o aprofundamento do conhecimento e a satisfação da curiosidade intelectual. Assim, cultivar a inquietude investigativa torna-se fundamental para a formação de pesquisadores, uma vez que a capacidade de questionar continuamente permite explorar problemas, identificar lacunas e construir conhecimento de forma crítica e autônoma.

Portanto, a reflexão de Faundez (2021) reforça a ideia de que a educação não deve apenas transmitir conteúdos, mas estimular o pensamento crítico, a autonomia e a investigação, preparando os educandos para atuar de forma consciente e reflexiva no mundo. Nesse sentido, o questionamento não é apenas um instrumento pedagógico, mas um pilar do desenvolvimento intelectual e da prática investigativa.

Ao longo do Mestrado em Educação, percebi como essa perspectiva fortalece a prática docente e a pesquisa, incentivando a investigação de problemas reais da educação, a análise crítica das políticas públicas e a busca por soluções que promovam inclusão, equidade e transformação social. Nesse contexto, o ato de perguntar deixa de ser apenas uma formalidade acadêmica e passa a ser um instrumento contínuo de construção de conhecimento, permitindo compreender profundamente as dinâmicas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os desafios enfrentados pelos estudantes.

1 Introdução

“A EJA só terá efetividade quando for capaz de reconhecer as trajetórias interrompidas e transformá-las em percursos de dignidade e aprendizagem.”

Maria Clara Di Pierro (2007)

A reflexão de Di Pierro (2007) aponta para a essência da Educação de Jovens e Adultos: reconhecer a história de vida dos sujeitos e ressignificá-la em oportunidades de crescimento e emancipação. Desse modo, o papel que a educação desempenha no desenvolvimento da sociedade exerce um impacto profundo e abrangente em todas as esferas da vida individual, estando diretamente e indiretamente vinculado às relações organizacionais, sociais e familiares. A educação, em síntese, constitui uma fonte inesgotável de transmissão de saberes, cujos efeitos transcendem os limites físicos da escola, influenciando de maneira contínua e perene a formação integral do indivíduo e o progresso coletivo.

À vista disso, destaca-se que o processo educacional se fundamenta na premissa de que o fenômeno educativo constitui um fenômeno social intrinsecamente ligado ao sentido da educação escolar. Desse modo, a aprendizagem eficaz é aquela que integra os conhecimentos teóricos à essência da cultura, oferecendo ao educando a oportunidade de desenvolver sua sociabilidade e, conseqüentemente, inserindo-o tanto nos aspectos culturais quanto nos sociais (Araújo, 2006).

Quando se pensa na educação como sendo fonte de transformação na vida das pessoas, em especial na vida de jovens e adultos que por alguma razão abandonaram seus estudos anteriormente e estão retornando para as salas de aula, é preciso compreender que estes estudos serão utilizados para facilitar suas relações profissionais, bem como sociais (Gatti, 2014).

A **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** é uma modalidade educacional que visa atender pessoas que não tiveram acesso ou não puderam concluir a Educação Básica na idade adequada. A evasão escolar, no entanto, tem sido um desafio constante nessa modalidade, impedindo que a EJA alcance plenamente seus objetivos de inclusão e promoção da cidadania. É uma modalidade fundamental que busca garantir o direito à educação daqueles que não concluíram os estudos na idade abordada.

E dentro da modalidade de ensino da EJA tem-se atuante as escolas chamadas de **Cesecs** (Centros Estaduais de Educação Continuada), escolas semipresenciais, parte integrante da Rede Estadual de Ensino, e que ofertam atendimento a jovens e adultos que por razões diversas não concluíram os estudos nos anos considerados como adequados. Os Cesecs partem

do fundamento de que são parte constituinte de um espaço social que caminha em direção do resgate da cidadania, dignidade e bem-estar social de seus alunos. No entanto, a evasão escolar tem sido um dos maiores obstáculos para o sucesso dessa modalidade, refletindo desigualdades sociais, econômicas e culturais profundas.

A **evasão escolar** na EJA é uma característica multifacetada, cujas causas estão enraizadas em questões que vão além do ambiente escolar. As razões para o abandono dos estudos geralmente estão relacionadas a fatores socioeconômicos, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo. A sobrevivência tornou o trabalho prioritário em suas trajetórias de vida em relação à escola.

Os sujeitos adultos da EJA não são quaisquer adultos, são trabalhadores, mães e pais, têm cor/raça e classe. Pode ser do campo ou de municípios de pequeno porte e pertence a famílias numerosas, com precárias situações financeiras. Destarte, as dificuldades de acesso e/ou a ausência da instituição escolar nas zonas rurais impediram e/ou limitaram os estudos na infância e na adolescência (Galvão; Di Pierro, 2007).

De mais a mais, o cansaço físico e mental, após uma jornada de trabalho exaustiva, pode reduzir a motivação e a capacidade de concentração. Outro fator relevante é a baixa valorização da educação formal entre essa população. Muitos alunos da EJA enfrentam desmotivação e frustrações acumuladas ao longo de sua trajetória escolar, muitas vezes marcadas pelos insucessos anteriores, o que reforçam a sensação de que o retorno aos estudos é uma tarefa difícil ou sem grande benefício imediato. A falta de apoio familiar também pode ser um motivo importante, já que muitos jovens e adultos não encontram incentivo em casa para continuar os estudos.

Por outro lado, dificuldades de acesso à escola, seja pela localização geográfica ou pela falta de transporte público adequado, e a ausência de políticas públicas efetivas que considerem as especificidades da EJA também específicas para a evasão escolar. As condições precárias das instituições, com materiais didáticos inadequados e pouco atrativos para essa faixa etária, também desestimulam os alunos a permanecerem nos estudos.

Os estudantes da EJA enfrentam diversos desafios que os diferenciam dos alunos do ensino regular. Um dos principais desafios é o tempo limitado que têm para se dedicar aos estudos, uma vez que muitos precisam trabalhar para sustentar suas famílias. A conciliação entre trabalho, vida familiar e estudos representa um dos maiores obstáculos à permanência na escola.

Aliás, muitos estudantes da EJA voltam para a escola depois de longos períodos de folga do ambiente escolar. Muitos deles sentem vergonha ou são vítimas de preconceito por voltarem à escola em uma fase adulta. A percepção de que não se conseguiu concluir os estudos na idade regular pode provocar um sentimento de fracasso pessoal.

Para a sociedade, a evasão escolar impacta diretamente na produtividade e no desenvolvimento econômico do país. Quanto menor o nível de escolaridade de uma população, maiores são os índices de desemprego e informalidade, o que gera mais desigualdade e marginalização.

1.1 Justificativa

A evasão escolar na EJA representa um dos principais desafios para a garantia do direito à educação e para a promoção da inclusão social no Brasil. Nos Cesecs de Minas Gerais, essas características são particularmente preocupantes, visto que os alunos da EJA, em sua maioria, enfrentam situações de vulnerabilidade social, dificuldades econômicas e múltiplas responsabilidades, como trabalho e família, que dificultam sua permanência nos estudos.

Entender as causas que levam ao abandono escolar, os desafios enfrentados pelos estudantes e as consequências dessas características para suas vidas e para a sociedade é essencial para a criação de estratégias eficazes que promovam a permanência e o sucesso escolar nessa modalidade de ensino.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a evasão escolar na EJA, especialmente nos Cesecs, que oferecem uma proposta educacional diferenciada e flexível, mas que ainda enfrenta altos índices de abandono. Além de afetar diretamente a vida dos estudantes, a evasão escolar compromete o desenvolvimento econômico e social, ao limitar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e a participação ativa na vida comunitária.

A pesquisa visa, portanto, subsidiar políticas públicas e práticas pedagógicas que possam minimizar a evasão escolar e promover a inclusão educacional, com impacto positivo na formação de cidadãos mais vibrantes e conscientes de suas potencialidades.

1.2 Objeto de estudo e Problema de pesquisa

Esta pesquisa tem como **objeto de estudo** “fatores que contribuem para o abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) em Minas Gerais”. Este objeto de estudo tem como foco compreender as razões que

levam os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a abandonarem seus estudos nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) em Minas Gerais. Isso significa que o estudo busca identificar os principais fatores – sejam eles sociais, econômicos, institucionais ou pedagógicos – que influenciam a evasão escolar nesse contexto específico. A pesquisa analisará como esses fatores impactam a trajetória educacional dos alunos e quais estratégias poderiam ser adotadas para minimizar o abandono e promover a permanência e o sucesso dos estudantes na EJA.

Assim este estudo, fomenta o seguinte **problema de pesquisa**: “quais fatores influenciam a evasão escolar na EJA nos Cesecs de Minas Gerais e suas implicações para o mercado de trabalho, participação social e cidadania?” Este problema busca entender quais são os fatores que levam à evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) de Minas Gerais. Nesta pesquisa, pretendemos analisar as consequências desse fenômeno, especialmente em três dimensões principais:

- ❖ **Mercado de trabalho**: como a evasão escolar impacta as oportunidades de emprego e o acesso a melhores condições de trabalho para os ex-alunos da EJA.
- ❖ **Participação social**: de que forma a desistência dos estudos influencia o engajamento desses indivíduos em atividades sociais, comunitárias e políticas.
- ❖ **Cidadania**: qual o efeito da evasão na compreensão e no exercício dos direitos e deveres da cidadania, como o acesso a serviços públicos, a participação em decisões coletivas e o desenvolvimento de autonomia.

Dessa forma, o estudo busca não apenas identificar os motivos da evasão, mas também compreender suas repercussões na vida dos sujeitos e na sociedade.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) de Minas Gerais, analisando suas causas, desafios e consequências para estudantes e sociedade.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os fatores socioeconômicos, culturais e estruturais que contribuem para a evasão escolar na EJA nos Cesecs de Minas Gerais.
- Avaliar as consequências da evasão escolar para os estudantes em termos de inserção no mercado de trabalho, participação social e cidadania.
- Analisar os desafios enfrentados pelos alunos da EJA nos Cesecs, relacionados à conciliação entre trabalho, vida familiar e estudos, bem como às dificuldades de adaptação no dia a dia.
- Propor estratégias pedagógicas que possam contribuir para a redução da evasão escolar e para a promoção da permanência dos alunos na EJA nos Cesecs.

1.4 Bases teóricas da pesquisa

Este estudo será fundamentado em aportes teóricos de diversos autores, entre os quais se destacam:

A) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

- ❖ **Paulo Freire** (2018; 2020): um dos mais importantes teóricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), introduziu uma abordagem crítica e emancipadora à educação. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido" (2020), ainda que não trate exclusivamente da EJA, Freire estabelece fundamentos essenciais para a compreensão da educação popular e da alfabetização de adultos. Já em "Educação como Prática da Liberdade" (2018), o foco recai sobre a educação de adultos como um meio para a conscientização e a transformação social, destacando o papel da educação na libertação dos oprimidos.
- ❖ **Miguel Arroyo** (2011; 2012): é um autor de destaque com diversas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação popular no Brasil. Em sua obra "Ofício de Mestre: imagens e autoimagens" (2011), Arroyo (2011) reflete sobre o papel dos educadores, abrangendo também aqueles que atuam na EJA. Já em "Ensinar a viver - Educação de Jovens e Adultos" (2012), o autor concentra-se nas práticas pedagógicas e na formação dos educadores que trabalham diretamente com esse público, oferecendo uma análise aprofundada sobre os desafios e possibilidades dessa modalidade de ensino.
- ❖ **Moacir Gadotti** (2009): outro autor influenciado por Paulo Freire e que tem contribuições importantes para EJA. Em "Educação popular na escola cidadã", Moacir

Gadotti (2009) discute como as práticas de educação popular, incluindo a EJA, podem ser desenvolvidas nas escolas.

- ❖ **Maria Clara Di Pierro** (2007): uma das principais pesquisadoras sobre a EJA no Brasil. Na obra "Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e políticas públicas", a autora traz uma visão ampla e crítica sobre as políticas públicas e os desafios da EJA no Brasil.
- ❖ **Eliete Santiago** (2010): autora que aborda os desafios e perspectivas da EJA. Em "Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas", a obra apresenta uma análise das políticas educacionais voltadas para EJA e as dificuldades enfrentadas por educadores e alunos.

B) Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesec) em Minas Gerais

Os Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesec) em Minas Gerais são uma modalidade de ensino destinada à Educação de Jovens e Adultos, oferecendo uma forma mais flexível de ensino e avaliação. Aqui estão alguns autores e pesquisas que abordam os Cesecs em Minas Gerais:

- ❖ **Marcelo Peres** (2015): realizou um estudo sobre a contribuição dos Cesecs para a EJA em Minas Gerais, com foco na evasão escolar e na reintegração de alunos. Sua pesquisa mostrou que, embora os Cesecs proporcionem uma alternativa para os estudantes que precisam de mais flexibilidade, a evasão continua sendo um problema. Peres (2015) sugere que a falta de acompanhamento individualizado e o isolamento social que os alunos experimentam por não estarem em uma sala de aula tradicional podem contribuir para essa evasão.
- ❖ **Silvana Maria Pereira** (2014): desenvolveu um estudo sobre a evolução dos Cesecs ao longo dos anos em Minas Gerais, abordando as mudanças nas políticas públicas e no perfil dos alunos. Pereira (2014) constatou que a flexibilidade dos Cesecs é um dos principais atrativos, mas que o desafio está em fornecer suporte emocional e psicológico para que os alunos possam se manter engajados. Sua pesquisa também apontou a importância de melhorar a formação continuada dos professores, para que estejam preparados para lidar com as particularidades da EJA.

Esses autores e pesquisas abordam diferentes aspectos dos Cesecs em Minas Gerais, desde sua contribuição para a inclusão educacional até os desafios que essas instituições enfrentam para garantir que os alunos permaneçam e concluam seus estudos.

C) Evasão escolar

Aqui estão alguns autores e pesquisas relevantes sobre evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA):

- ❖ **Bordieu (1986)**: é conhecido por suas teorias sobre capital cultural e reprodução social, que ajudam a entender a evasão escolar em termos de desigualdades estruturais. Bordieu (1986) argumenta que os alunos provenientes de classes sociais menos favorecidas têm menos acesso a capital cultural (como normas, valores e conhecimentos valorizados pela escola), o que aumenta as chances de evasão.
- ❖ **José Francisco Soares (2017)**: especialista em avaliação educacional no Brasil, destacou a importância do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) na análise da evasão escolar. Em seus estudos, ele aponta que escolas em regiões menos favorecidas, com baixa infraestrutura e recursos, têm taxas mais elevadas de evasão. As pesquisas também mostram que políticas públicas de incentivo à permanência na escola, como o Bolsa Família, podem reduzir essas taxas.
- ❖ **Carlos Rodrigues Brandão (1984)**: outro importante nome da educação de adultos no Brasil, destacou em suas pesquisas como a EJA precisa ser repensada em termos de metodologia. Ele sugere que a evasão na EJA é muitas vezes consequência de uma educação que não se adapta às realidades e necessidades dos adultos. Quando a educação ignora as experiências prévias dos alunos e suas realidades cotidianas, o desinteresse e a evasão aumentam.
- ❖ **Vera Masagão Ribeiro et al. (2014)**: analisou as causas da evasão escolar na EJA, destacando o impacto da precariedade econômica e a baixa escolaridade anterior como fatores principais. Sua pesquisa aponta que a maioria dos alunos que desistem da EJA são trabalhadores de baixa renda que não conseguem conciliar os estudos com o trabalho. Ela também identifica a carência de políticas públicas focadas nas necessidades específicas dos adultos como um dos fatores cruciais para a evasão.

Os estudos sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferecem um rico embasamento para compreender os múltiplos fatores que influenciam a evasão escolar. José Francisco Soares e colaboradores destacam a importância do IDEB e das políticas públicas, como o Bolsa Família, para reduzir a desistência escolar, evidenciando como desigualdades regionais e infraestrutura escolar impactam diretamente a permanência dos alunos.

Carlos Rodrigues Brandão (1984) enfatiza a necessidade de metodologias que considerem as experiências e realidades dos estudantes adultos, apontando que a falta de adaptação pedagógica contribui para o desinteresse e abandono. Vera Masagão Ribeiro *et al.* (2014) analisa o efeito da precariedade econômica e da baixa escolaridade anterior, ressaltando a carência de políticas públicas específicas para o público adulto.

Dermeval Saviani (2008; 2011) reforça a importância de uma escola inclusiva e de currículos conectados à realidade do aluno, defendendo uma educação socialmente referenciada e comprometida com a superação das desigualdades históricas. Thomas Dee (2007; 2011) evidencia que programas de mentoria e tutoria podem reduzir a evasão, especialmente entre grupos vulneráveis, ao fortalecer vínculos institucionais e oferecer acompanhamento sistemático aos estudantes.

Maria Malta Campos e Sérgio Haddad (2007) analisam os fatores socioeconômicos, familiares e de expectativas educacionais que incidem sobre o percurso escolar, destacando que a permanência depende também de políticas públicas articuladas e de condições estruturais adequadas. Nessa perspectiva, a evasão não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do estudante, mas como expressão de múltiplas determinações sociais e institucionais.

1.5 Procedimentos metodológicos: estratégias de investigação

Na etapa inicial de construção do referencial teórico, realizamos uma pesquisa abrangente em obras clássicas e contemporâneas, seguindo o delineamento geral estabelecido no projeto de pesquisa. Em seguida, avançamos para uma leitura analítica, ajustando-a à especificidade do problema investigado. Por meio do Estado de Conhecimento, examinamos as produções acadêmicas selecionadas, a fim de identificar estudos já existentes e relevantes para o tema proposto.

A realização de pesquisas do tipo Estado de Conhecimento proporciona diversos benefícios. Primeiramente, possibilita uma revisão crítica e uma síntese das descobertas já existentes, identificando lacunas no conhecimento que podem direcionar futuras investigações. Essa análise abrangente contribui para uma compreensão aprofundada do panorama atual do campo de estudo, destacando áreas promissoras para novas pesquisas. Outro aspecto relevante é a prevenção da duplicação de esforços, permitindo que os pesquisadores se apoiem em estudos anteriores e avancem no conhecimento científico de maneira mais eficiente e fundamentada.

Neste estudo, adotamos a abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, pesquisa explicativa e análise documental para compreender, em profundidade, as causas e consequências da evasão escolar na EJA. A **pesquisa bibliográfica** desempenha um papel essencial no processo científico, proporcionando ao pesquisador acesso direto a um amplo conjunto de materiais escritos sobre o tema, enriquecendo e fundamentando sua análise. Prodanov (2013, p. 55) destaca que a pesquisa bibliográfica segue etapas fundamentais, incluindo a escolha do tema, levantamento preliminar da literatura, formulação do problema, elaboração de um plano provisório, busca de fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do conteúdo e redação do texto.

Já quanto à **pesquisa explicativa**, Gil (2008, p. 28) ressalta que seu objetivo principal é identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando a compreensão das relações de causa e efeito. Os documentos representam uma fonte sólida e contínua de dados, especialmente em estudos de natureza histórica, devido à sua permanência ao longo do tempo. Nesse contexto, destaca-se a relevância da **análise documental**, uma metodologia qualitativa que envolve o exame sistemático e crítico de documentos para extrair informações significativas ao estudo em questão.

Por meio dessa abordagem, buscamos compreender o contexto de produção dos documentos, identificar discursos, valores e ideologias subjacentes, além de interpretar as informações de modo a correlacioná-las com o problema de pesquisa. Amplamente utilizada nas ciências sociais e humanas, a análise documental permite uma investigação aprofundada e fundamentada, contribuindo para a construção do conhecimento científico.

No capítulo “**Estado de Conhecimento e Voyant Tools**: uma abordagem tecnológica para a análise de textos em pesquisas científicas”, destacamos a importância na identificação de tendências, lacunas e contribuições no campo da Educação. Adicionalmente, apresentamos o *software Voyant Tools* como uma ferramenta tecnológica para a análise textual, demonstrando como sua aplicação pode potencializar a interpretação de grandes volumes de textos científicos. A abordagem combina revisão bibliográfica e análise computacional, evidenciando como a tecnologia pode auxiliar na organização e sistematização do conhecimento em pesquisas acadêmicas.

No capítulo “**Evasão escolar**: desafios, causas e impactos na Educação de Jovens e Adultos” analisamos seus desafios, causas e impactos. Inicialmente, exploramos os principais fatores que contribuem para a desistência dos estudantes, como questões socioeconômicas, dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho, metodologias de ensino pouco atrativas e

falta de políticas de permanência. Na sequência, argumenta-se os desafios enfrentados pelas instituições de ensino para minimizar esse problema. À guisa de conclusão, examinamos as consequências da evasão para os indivíduos e para a sociedade, incluindo a limitação de oportunidades no mercado de trabalho, a exclusão social e os impactos no exercício da cidadania.

O capítulo “**O percurso do conhecimento na Educação de Jovens e Adultos**”, aborda a evolução das pesquisas sobre essa modalidade de ensino. Inicialmente, apresenta um mapeamento das principais produções acadêmicas, destacando teorias, políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a EJA. Dando continuidade, analisa-se os desafios e avanços no campo, considerando aspectos como evasão escolar, inclusão social e impacto no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. Para concluir, considera-se as contribuições dessas pesquisas para a construção de um ensino mais acessível e efetivo, fortalecendo a EJA como um direito fundamental.

No capítulo “**Políticas públicas da EJA e do Cesec**”, analisamos as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase no papel dos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesec). Inicialmente, apresenta o contexto histórico e normativo da EJA no Brasil, destacando as principais diretrizes legais e programas governamentais que orientam essa modalidade de ensino. Subsequentemente, problematiza-se o funcionamento dos Cesecs, sua estrutura, metodologias e impacto na formação dos estudantes.

Esta dissertação busca contribuir para a compreensão aprofundada da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no contexto dos Centros Estaduais de Educação Continuada de Minas Gerais, evidenciando que tal fenômeno resulta de múltiplas determinações sociais, econômicas e pedagógicas.

A seguir, no capítulo **Estado de Conhecimento e Voyant Tools**: uma abordagem tecnológica para a análise de textos em pesquisas científicas, exploramos como o mapeamento do Estado de Conhecimento pode revelar caminhos ainda pouco estudados e destacar avanços significativos na área da educação.

Para tanto, incorporamos o *Voyant Tools*, um ambiente digital de análise textual que possibilita novas leituras e interpretações de grandes conjuntos de produções científicas. A combinação entre fundamentos teóricos e recursos computacionais mostra-se estratégica para organizar, interpretar e sistematizar informações, ampliando o alcance das pesquisas científicas.

2 Estado de Conhecimento e *Voyant Tools*: uma abordagem tecnológica para a análise de textos em pesquisas científicas

"[...] Estado de Conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo".

Morosini e Fernandes (2014)

O **Estado de Conhecimento** caracteriza-se pelo mapeamento, levantamento e sistematização da produção científica em uma área específica, possibilitando a análise crítica e a síntese dos avanços em determinado recorte temporal (Morosini; Fernandes, 2014). Essa perspectiva mostra-se essencial para nortear investigações, evidenciar lacunas e fortalecer a compreensão acadêmica acerca de um determinado objeto de estudo.

Conduzir uma pesquisa que seja simultaneamente rigorosa e inovadora, promovendo avanços expressivos em uma área do conhecimento, requer um embasamento metodológico consistente, uma abordagem autoral e uma compreensão aprofundada do campo investigado. Ademais, é imprescindível a capacidade de articular teoria e prática, bem como a utilização estratégica de recursos tecnológicos que otimizem a análise e a interpretação dos dados. A convergência desses elementos viabiliza não apenas a produção de resultados fidedignos, mas também contribuições capazes de impactar e transformar a área em questão, ampliando as fronteiras do conhecimento e estimulando novas vertentes de investigação.

Para alcançar esses objetivos, é essencial conduzir um levantamento abrangente da literatura existente, identificando não apenas as principais contribuições teóricas e empíricas, mas também as lacunas investigativas, as tendências emergentes e os eixos temáticos com potencial para novos estudos. A articulação analítica entre distintas perspectivas e abordagens teóricas possibilita a constituição de um referencial sólido, assegurando a pertinência e a originalidade da pesquisa. Sob essa perspectiva, o estudo sintoniza-se com os desafios contemporâneos e colabora de maneira efetiva para o desenvolvimento da área.

Com o avanço das tecnologias digitais, ferramentas como o *software Voyant Tools* surgem como importantes recursos para a análise textual em pesquisas científicas. O *Voyant Tools* oferece uma interface interativa que possibilita o exame aprofundado de grandes volumes de textos, promovendo uma visão quantitativa e qualitativa dos conteúdos estudados. Integrar o Estado de Conhecimento com tecnologias como o *software Voyant Tools* contribui para uma

análise mais eficiente e inovadora da literatura científica, ampliando as possibilidades interpretativas e facilitando a organização das informações relevantes para a área de estudo.

2.1 Estado de Conhecimento: mapeamento e avanços em pesquisas educacionais

O Estado de Conhecimento configura-se como uma etapa destinada ao mapeamento e à sistematização dos avanços nas pesquisas educacionais. Por meio da identificação, catalogação e análise reflexiva da produção científica, torna-se possível delinear tendências, evidenciar lacunas e ressaltar contribuições significativas para o campo educacional. Esse processo subsidia o desenvolvimento de investigações mais consistentes e orientadas, impulsionando o aprimoramento do conhecimento e a inovação na área.

Morosini, Nascimento e Nez (2021) ressaltam a importância do equilíbrio entre tradição e inovação na pesquisa acadêmica. O pesquisador deve recorrer a estudos clássicos, pois estes oferecem um arcabouço teórico consolidado e amplamente legitimado, assegurando que a investigação se apoie em fundamentos estruturantes da área. Paralelamente, torna-se imprescindível incorporar produções recentes, visto que contemplam avanços teóricos e metodológicos, além de responderem a demandas emergentes, garantindo que a pesquisa esteja sintonizada com as problemáticas contemporâneas.

Desenvolver uma compreensão abrangente e atualizada acerca dos movimentos investigativos relacionados ao objeto de estudo exige um compromisso permanente com a exploração e a análise das múltiplas fontes de conhecimento disponíveis. Esse percurso não se restringe à familiarização com produções clássicas e recentes, mas requer também a capacidade de reconhecer recorrências, lacunas e avanços que orientam a consolidação e a transformação do campo ao longo do tempo.

Essa análise não apenas aprofunda a compreensão dos resultados já consolidados, mas também favorece a elaboração de novas interpretações, hipóteses e possibilidades de aplicação desses achados em distintos contextos. Ao promover um diálogo entre o conhecimento acumulado e as demandas emergentes do campo, o pesquisador amplia o alcance da investigação, reforçando a pertinência do estudo e fomentando avanços com repercussões tanto teóricas quanto práticas. Em decorrência disso, a pesquisa transcende a mera revisão do saber estabelecido, propondo perspectivas inovadoras que colaboram para sua renovação e aplicabilidade.

Por essa razão, adotamos o Estado de Conhecimento como abordagem metodológica nesta pesquisa, pois ele possibilita o mapeamento e a sistematização da produção científica sobre o tema investigado. De acordo com Morosini, Nascimento e Nez (2021), essa

metodologia é composta por diversas etapas, cada uma fundamental para assegurar a qualidade e a profundidade da análise. Entre essas etapas, destacam-se:

- ❖ Definição das fontes de produção científica, considerando publicações nacionais e/ou internacionais.
- ❖ Seleção criteriosa dos descritores de busca, garantindo precisão na identificação dos estudos relevantes.
- ❖ Organização do *corpus* de análise, iniciando pela leitura exploratória dos resumos disponíveis em bases de dados.
- ❖ Identificação e seleção dos primeiros achados, por meio de uma bibliografia anotada.
- ❖ Construção da bibliografia sistematizada, refinando as fontes que compõem o *corpus* de análise.
- ❖ Elaboração das categorias analíticas, a partir da análise detalhada das fontes selecionadas.
- ❖ Organização da bibliografia categorizada, estruturada conforme as categorias definidas.
- ❖ Formulação de considerações sobre o campo e o tema de pesquisa, destacando as contribuições do Estado de Conhecimento para a delimitação do problema e a definição dos caminhos metodológicos que orientarão a dissertação.

Esse processo possibilita uma compreensão mais abrangente e minuciosa do panorama investigativo, evidenciando tendências, lacunas e novas perspectivas que qualificam e aprofundam a fundamentação teórica do estudo. No artigo "**Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**", Morosini e Fernandes (2014, p. 54) esclarecem que o *corpus* de análise pode ser formado a partir de:

livros - produção amadurecida; teses e dissertações - produção reconhecida junto aos órgãos de avaliação da produção nacional. Banco de todas as teses e dissertações produzidas no país com reconhecimento do governo - CAPES [...]. O *corpus* de análise pode ser constituído também por textos advindos de eventos da área, que congregam o novo, o emergente, e, na maioria das vezes, o pensamento da comunidade acadêmica.

Morosini e Fernandes (2014, p. 54) destacam a pluralidade das produções acadêmicas e sua relevância na edificação do conhecimento científico. Os livros configuram uma produção intelectual consolidada, resultante de investigações aprofundadas e amadurecidas ao longo do tempo, oferecendo um referencial teórico consistente e análises densas. Por essa razão, são amplamente legitimados como fontes de referência em distintas áreas do saber. Em

contrapartida, teses e dissertações, avaliadas por instâncias como a Capes, expressam contribuições atuais e significativas ao campo acadêmico, submetidas a criteriosos processos de orientação, defesa e apreciação nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A fim de assegurar visibilidade e difusão ampliada, a Capes disponibiliza uma base de dados abrangente com a produção acadêmica desenvolvida no Brasil.

Por outro lado, os trabalhos apresentados em eventos científicos — como congressos, simpósios e seminários — revelam-se essenciais para apreender o estágio atual e emergente das investigações, favorecendo o intercâmbio de ideias e o debate acerca de novos desafios e tendências. Assim, para uma análise consistente e abrangente, torna-se imprescindível que o *corpus* investigativo contemple fontes diversificadas, articulando o conhecimento consolidado, a produção academicamente legitimada e as abordagens inovadoras em processo de construção.

O **Estado de Conhecimento** constitui uma abordagem metodológica que compreende o mapeamento e a análise da produção acadêmica em determinado campo investigativo, possibilitando uma compreensão aprofundada acerca da constituição do saber e dos principais debates da área. A apreciação articulada de teses, dissertações, artigos e outras publicações científicas permite evidenciar tendências emergentes, reconhecer temáticas ainda incipientemente exploradas e indicar possibilidades para investigações futuras, ampliando a compreensão do objeto em estudo.

Além de subsidiar a elaboração de novas problemáticas e hipóteses de pesquisa, o Estado de Conhecimento fomenta a reflexão crítica sobre os procedimentos metodológicos, as matrizes teóricas e os fundamentos epistemológicos presentes nas produções examinadas. Por conseguinte, contribui para o aperfeiçoamento da produção científica, incentivando investigações mais consistentes e inovadoras. Acrescenta-se que, essa abordagem favorece a constituição de um panorama atualizado do campo analisado, facilitando a identificação de tendências, desafios e oportunidades emergentes, indispensáveis ao desenvolvimento contínuo do conhecimento.

A ampliação das buscas ressalta a importância de um olhar atento às tendências e desafios que atravessam o campo educacional, possibilitando que os pesquisadores e educadores tomem decisões fundamentadas em relação às suas escolhas. Afinal, nenhuma investigação parte de um ponto neutro ou desprovido de intencionalidade. Nesse contexto, realizamos a identificação, registro e seleção de um *corpus* de produções acadêmicas para compor o Estado de Conhecimento. Esse processo nos permitiu aprofundar reflexões e elaborar sínteses mais embasadas sobre o nosso **objeto de estudo** “fatores que contribuem para o

abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) em Minas Gerais” e o **problema de pesquisa** “quais fatores influenciam a evasão escolar na EJA nos Cesecs de Minas Gerais e suas implicações para o mercado de trabalho, participação social e cidadania?”

Ao recorrer ao Estado de Conhecimento, realizamos uma análise detalhada das produções selecionadas no *Google Acadêmico*, na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Portal de periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. O propósito dessa análise é mapear as contribuições centrais, identificar tendências emergentes e revelar as áreas ainda pouco exploradas no campo investigado.

Ao organizar e sintetizar essas produções acadêmicas, é possível desenvolver uma visão crítica e abrangente dos progressos alcançados e dos desafios remanescentes. Esse processo orienta a formulação de futuras investigações, assegurando que sejam fundamentadas em referenciais teóricos e metodológicos pertinentes, contribuindo assim para o fortalecimento e a evolução contínua do conhecimento na área.

No **Quadro 1**, apresenta-se o resumo da tese e dos artigos selecionados a partir dos seguintes termos indutores: “EJA” e “Evasão escolar na EJA”. A análise dos resumos (Tese 01; Dissertação 01 e Art. 01 a Art. 09) das produções elencadas (Quadro 1), no âmbito do Estado de Conhecimento, possibilitou orientar de maneira consistente o processo de revisão da literatura. Esses resumos desempenharam papel fundamental na definição dos critérios de seleção das fontes, viabilizando a identificação das publicações mais pertinentes ao estudo.

Essa etapa possibilitou mapear as principais abordagens teóricas e metodológicas adotadas, contribuindo para o delineamento dos objetivos e das hipóteses da pesquisa. Em decorrência disso, assegurou-se que a revisão de literatura não apenas oferecesse sustentação teórica ao estudo, mas também indicasse possibilidades para investigações futuras, fortalecendo a coerência e a densidade da análise empreendida.

A revisão permitiu situar a pesquisa no panorama acadêmico contemporâneo, articulando referenciais clássicos e atuais e destacando as inter-relações entre políticas públicas, práticas pedagógicas e resultados educacionais. Essa integração favorece a construção de uma perspectiva crítica e analítica, indispensável à compreensão dos fenômenos investigados e à proposição de intervenções fundamentadas e inovadoras.

Cumpram ainda destacar que, possibilitou identificar convergências e divergências entre os estudos examinados, ampliando a consistência argumentativa da investigação. Tal movimento contribui para o refinamento do problema de pesquisa e para o fortalecimento do

diálogo com a produção científica da área. Consequentemente, o estudo se consolida como parte de um debate mais amplo, comprometido com o avanço qualificado do conhecimento educacional.

Quadro 1 - Resumo da tese, da dissertação e dos artigos selecionados a partir dos seguintes termos indutores “EJA” e “Evasão escolar na EJA”

Nº	Resumo
Tese 01	A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como todo processo de escolarização, constitui-se uma modalidade educativa estruturada a partir da constatação acerca das especificidades de seus sujeitos. Nesse sentido, presume-se que o perfil do profissional que atua nessa modalidade deve também ser diferenciado. Entretanto, estudos têm revelado que a grande maioria dos educadores dessa modalidade de ensino não possui uma formação específica. Em razão de tais constatações, esta pesquisa teve como objeto de estudo a formação de educadores no campo da EJA, especialmente no contexto de uma escola pertencente à Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH). [...] Nessa perspectiva, no intuito de investigar os processos formativos dos educadores de jovens e adultos da referida escola, propôs-se, para a concretização deste estudo, a realização de uma pesquisa qualitativa, utilizando pesquisa documental, observação dos encontros voltados para a formação e entrevistas semiestruturadas com os docentes. É importante ressaltar que, nesta investigação, além de captar os caminhos percorridos por esses docentes em seus processos formativos, também se ofereceram diretrizes que possam contribuir para o avanço das discussões acerca da problemática da formação docente na EJA (Pedroso, 2015).
Dis. 01	A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O trabalho abordou a não permanência de estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresencial em uma escola pública da rede estadual de Minas Gerais, denominada Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec). Nesse enfoque, analisou como a gestão dessa escola pode contribuir para a identificação dos fatores que levam à não permanência dos estudantes, buscando atuar no incentivo à frequência e elevando os índices de conclusão nessa modalidade. O caso de gestão estudado teve como objetivo geral analisar quais os desafios da gestão frente à não permanência dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da EJA, no contexto de um Cesec da rede estadual de Minas Gerais, para propor medidas que visem atenuar as altas taxas de não permanência na instituição em foco. [...] A partir da análise dos dados produzidos, constatando-se que a razão mais apontada para a não permanência na escola é a necessidade de trabalhar, procedeu-se à apresentação de um Plano de Ação Educacional propondo ações que possam auxiliar a gestão a minimizar o problema detectado, buscando a diminuição gradativa dos níveis de não permanência na EJA semipresencial por meio de inovações e de planejamento pedagógico constante (Mourão, 2017).
Art. 01	O presente artigo propõe discorrer sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA, por meio da perspectiva do Mundo do Trabalho, que tanto atravessa a trajetória dos sujeitos educandos dessa modalidade de educação. Para tornar possível esse diálogo e a análise desses temas – EJA e trabalho – foi realizada uma pesquisa exploratória em nove escolas da Rede Municipal do município de Betim, em Minas Gerais, que ofertam a modalidade EJA (Ribeiro, 2023).

Art. 02	As Práticas Educativas de Regulação e Emancipação na EJA. O texto analisa parte dos dados produzidos no âmbito de uma pesquisa de Mestrado. Fundamenta-se nos pressupostos da abordagem qualitativa e utiliza entrevistas para a produção dos dados. Para orientar a realização deste estudo, destaca-se Freire (1998), Santos (2000), Arroyo (2005), Galvão e Di Pierro (2007) e Gomes (2020). Os resultados da investigação reafirmam a necessidade, ampliada no contexto pós-pandemia, de reflexão sobre a natureza e a organização do trabalho pedagógico na escolarização de jovens e adultos. Discute-se a presença de elementos de emancipação característicos da educação popular, de que a EJA é herdeira, assim como de aspectos de regulação, característicos dos sistemas de ensino (Reis e Eiterer, 2023).
Art. 03	Este estudo analisa os avanços e desafios das pesquisas e das políticas públicas sobre/para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Apesar dos progressos, como o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) em 2007, persistem desafios como a qualidade do ensino, a evasão escolar e a falta de estrutura adequada. A EJA desempenha um papel fundamental na inclusão e equalização de oportunidades, porém, para cumprir seu papel de forma eficaz, é necessário compreender os avanços e desafios enfrentados pelas políticas públicas destinadas a essa modalidade. A metodologia se constituiu em revisão bibliográfica sobre políticas públicas para a EJA, analisando documentos e estudos que abordam a evolução e os impactos dessas políticas. Destaca-se a importância de políticas acessíveis, inclusivas e de qualidade, além da capacitação adequada dos professores, para garantir a eficácia das políticas públicas para a EJA e superar os desafios existentes (Machado; Lages e Sant'ana, 2024).
Art. 04	Este artigo tem como foco refletir sobre o papel da formação do docente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas campanhas de alfabetização. Como a EJA se torna modalidade de ensino somente em 1996, por meio da LDB, a formação de professores para essa área não era prioridade. As campanhas de alfabetização no Brasil tiveram seu início na década de 1940 e mesmo nas décadas posteriores, muitos governantes, continuaram a acreditar que o Brasil poderia erradicar o analfabetismo por meio de campanhas e programas de alfabetização. Segundo as referências documentais e bibliográficas que nos subsidiaram, a campanha mais cara e com pouco sucesso, foi o Mobral, que durou aproximadamente dez anos. Em seguida tivemos a Fundação Educar. Nos anos 1990 tivemos surgiram vários programas para erradicação do analfabetismo nos municípios brasileiros, o mais estudado foi o Programa Alfabetização Solidária, que tinha muita semelhança com as campanhas anteriores. A campanha mais recente foi a Brasil Alfabetizado, que não evoluiu nada em relação aos docentes e as concepções de leitura e escrita. Para esses programas e campanhas qualquer ser humano pode alfabetizar, não havendo necessidade de habilitação em nenhuma licenciatura. Nossos resultados apontaram que apesar de ter existido várias campanhas e programas de alfabetização na história da Educação de Jovens e Adultos, podemos afirmar que não houve preocupação com a formação inicial e continuada dos professores de EJA, e esta quando se dava, acontecia de forma rasa, para ensinar pessoas leigas e estudantes da graduação para atuar nos projetos (Romero; Santos, 2024).

Art. 05	Este artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade da Educação Básica destinada a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos fundamentais e médios. A partir de uma abordagem histórica, destaca-se a influência de Paulo Freire na concepção da EJA, enfatizando sua abordagem pedagógica inovadora e seu foco na conscientização social e política. Este trabalho apresenta ainda os desafios atuais da escola, como a adaptação às transformações sociais, o avanço tecnológico e os impactos da pandemia de Covid-19, especialmente na transição para o ensino a distância, analisando o impacto da pandemia na dinâmica escolar, com a necessidade de atividades a distância. Por fim, destaca as dificuldades enfrentadas por educadores e alunos, incluindo a falta de acesso às novas mídias e a necessidade de adaptação às novas formas de trabalho (Costa; Bugarim e Dondoni, 2020).
Art. 06	No âmbito da legislação brasileira, a escolarização das pessoas jovens e adultas sem a Educação Básica é um direito incorporado no sistema público de ensino que requer acompanhamento e avaliação das condições em que se opera o respeito ao pleno atendimento deste dever constitucional. Os esforços empreendidos pelo poder local efetivam o direito educacional dessa população? A questão norteou um estudo amplo com 29 municípios mineiros inicialmente, dos quais o aprofundamento ocorreu com 10 municípios, tendo como preocupação central verificar o provimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um momento em que turmas e escolas são fechadas em todo o País. Serão apresentadas, neste artigo, as etapas quanti-qualitativas que retrataram a contagem de escolas e de matrículas do Ensino Fundamental EJA e a validação dos dados pelos gestores municipais. O mapeamento apontou acentuada tendência negativa das matrículas em conformidade com a realidade nacional. Buscou-se compreender essa realidade educacional pelo olhar dos coordenadores municipais da EJA. A análise compreensiva aponta que, na EJA dos municípios, convergem tensões multilaterais que se associam à descontinuidade do executivo e às condições políticas da oferta municipal e seus desdobramentos. As singularidades apresentadas são quanto à elaboração de materiais didáticos próprios e ao horário de aula diurno. Ressalta-se a importância do monitoramento da oferta de EJA na agenda municipal visto ser uma arena em que disputam vontade política e capacidade administrativa (Silva; Soares e Leal, 2024).
Art. 07	O objetivo deste relato é narrar a experiência da escrita do capítulo do TCC sob a ótica desses dois autores, aplicada à EJA. Para Paulo Freire, a Educação de Jovens e Adultos deve partir da realidade concreta dos educandos, reconhecendo seus saberes prévios, seus interesses e suas necessidades, assim construir o conhecimento de forma coletiva e dialogada, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica do mundo, deste modo contribui para a formação da consciência política e para a prática da cidadania. E para Álvaro Vieira Pinto, a Educação de Jovens e Adultos deve ser orientada pela ideia de humanização, que implica na superação da condição de subdesenvolvimento e dependência cultural. Nesse sentido, deve promover a autonomia intelectual e moral dos educandos, estimulando o exercício do pensamento criador e da ação transformadora, favorecendo o desenvolvimento da consciência histórica e da responsabilidade social (Costa; Barbosa e Cunha Júnior, 2022).

Art. 08	A educação no Brasil passou por inúmeras transformações, com avanços e recuos, com a adoção de diferentes posturas pedagógicas e prerrogativas legais, chegando à Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Ambos os documentos asseguram a educação e a permanência dos estudantes nas escolas, bem como lança as bases para fomentação educativa no país. Entretanto, a realidade é diferente da teorização e planejamento, existem vários problemas no âmbito educacional a evasão escolar, que se caracteriza como abandono da vida escolar. [...]A metodologia utilizada é alicerçada a partir da revisão bibliográfica, na qual foram definidas as seguintes etapas: sondagem de textos, no <i>Google Acadêmico</i> e em outros repositórios acadêmicos, que discutiam a temática, para isto utilizamos palavras-chave como “EJA” e “evasão”, por vezes mesclando-as; depois partimos para a seleção dos trabalhos mais relevantes; fichamento; análise e escrita do artigo. Desse modo, observa-se que as causas da evasão escolar na EJA são múltiplas, de ordem social, econômica, familiar e emocional. Destarte, para enfrentar este grave problema é necessário um conjunto de esforços por parte da comunidade escolar e dos governos (Brito; Ramalho Neto, 2022).
Art. 09	O presente artigo tem como enfoque principal a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio da apresentação dos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) que, em Minas Gerais são as instituições formais que oferecem escolarização para alunos jovens e adultos que não concluíram seus estudos na época considerada “oportuna” e que buscam desenvolver suas capacidades, enriquecer seus conhecimentos e melhorar suas competências técnicas ou profissionais ou orientá-las a fim de atender suas próprias necessidades e as da sociedade. São apresentadas, também, características desses Centros, bem como seus limites e desafios para o futuro (Borges, 2022).

Fonte: dados da pesquisa bibliográfica (2024-2025).

As **palavras-chave** em uma pesquisa desempenham um papel essencial na síntese do conteúdo central, auxiliando na organização do estudo, na busca por informações relevantes e na compreensão do tema abordado. A escolha criteriosa desses termos (Quadro 2) permite uma definição mais precisa do foco da pesquisa, garantindo que seu escopo seja delimitado de maneira clara e objetiva.

De modo concomitante, descritores adequadamente escolhidos favorecem o acesso de outros pesquisadores às produções científicas, ampliando a difusão e a repercussão do estudo na comunidade acadêmica. Essa prática também colabora para a organização dos dados durante a revisão de literatura, garantindo que as fontes examinadas estejam em consonância com os objetivos da investigação, o que reforça a solidez e a qualidade do trabalho realizado.

Ao analisarmos as palavras-chave, nosso objetivo foi compreender o conteúdo central das pesquisas a partir dos termos indutores “EJA” e “Evasão escolar na EJA”. Essa abordagem possibilitou captar a essência dos estudos selecionados, orientando nossa investigação de maneira mais precisa e fundamentada. Dessa maneira, pudemos direcionar a análise para aspectos relevantes do tema, assegurando a coerência e a profundidade necessárias para a construção de um referencial teórico consistente.

Quadro 2 - Palavras-chaves da tese, da dissertação e dos artigos selecionados a partir dos seguintes termos indutores “EJA” e “Evasão escolar na EJA”

Nº	Palavras-chave
Tese 01	Educação de Jovens e Adultos. Formação Docente. Prática Pedagógica.
Dis. 01	Não permanência. Educação de Jovens e Adultos-EJA. Gestão Escolar.
Art. 01	Educação de Jovens e Adultos. Mundo do trabalho.
Art. 02	Educação de Jovens e Adultos. Regulação. Emancipação. Educação Popular.
Art. 03	Educação de Jovens e Adultos (EJA). Políticas Públicas. Inclusão Educacional.
Art. 04	Educação de Jovens e Adultos. Formação inicial. Alfabetização.
Art. 05	Educação. Estratégias pedagógicas. EJA. Covid-19.
Art. 06	Educação de Jovens e Adultos. Coordenação da EJA. Oferta Municipal.
Art. 07	Paulo Freire. Álvaro Vieira Pinto. Ensino-aprendizagem. Relato de experiência.
Art. 08	Educação. EJA. Evasão escolar.
Art. 09	Educação de adultos. Cesec.

Fonte: dados da pesquisa bibliográfica (2024-2025).

A análise bibliográfica realizada para esta pesquisa teve como eixo central os termos “Educação de Jovens e Adultos (EJA)” e “evasão escolar na EJA”, permitindo identificar os principais conceitos, tendências e abordagens sobre o tema. A seleção de tese, dissertação e artigos científicos revelou um conjunto diversificado de palavras-chave, evidenciando diferentes dimensões da investigação.

Entre elas, destacam-se temas relacionados à formação docente e prática pedagógica, reforçando a importância da preparação profissional para atuar com estudantes adultos, bem como questões de gestão escolar e coordenação da EJA, fundamentais para garantir a permanência e o acompanhamento dos alunos.

Outros estudos enfocam a educação popular, regulação e políticas públicas, evidenciando a necessidade de uma atuação educativa emancipatória, alinhada aos princípios de inclusão e equidade. Aspectos práticos, como alfabetização, estratégias pedagógicas e impactos da Covid-19, também aparecem como elementos centrais nas pesquisas recentes, refletindo desafios contemporâneos enfrentados pela EJA.

Autores clássicos, como Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto, surgem como referências

na construção do ensino-aprendizagem voltado para adultos, reforçando a perspectiva crítica e reflexiva da educação. A bibliografia consultada demonstra ainda a articulação entre a EJA e o mundo do trabalho, evidenciando a necessidade de conciliar formação educacional com demandas laborais e socioeconômicas dos alunos.

A análise das palavras-chave evidencia a centralidade de temas como não permanência, evasão escolar e inclusão educacional, apontando para a complexidade multifatorial que caracteriza a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A não permanência não deve ser entendida apenas como ausência física do estudante, mas como resultado de fatores socioeconômicos, culturais, institucionais e pedagógicos que afetam diretamente a trajetória educativa.

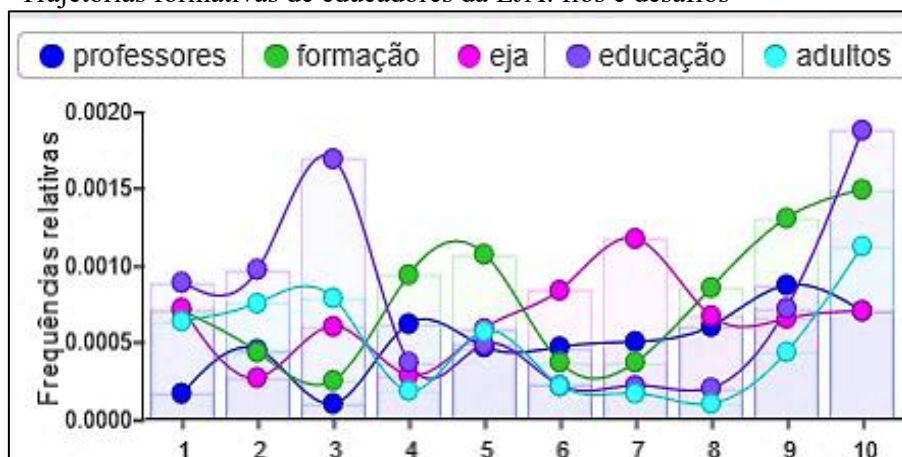
A evasão escolar, por sua vez, emerge como um fenômeno dinâmico, influenciado por condições de trabalho, responsabilidades familiares, infraestrutura inadequada, currículos pouco contextualizados e práticas pedagógicas que nem sempre consideram as experiências de vida e os saberes prévios dos alunos. A inclusão educacional, nessa perspectiva, vai além do acesso formal à escola, exigindo a criação de estratégias pedagógicas flexíveis, acolhedoras e significativas, capazes de atender às necessidades específicas de cada estudante, valorizando sua trajetória pessoal e seu ritmo de aprendizagem.

Essa complexidade demanda a formulação de políticas públicas integradas, que articulem gestão escolar, formação docente, oferta de cursos e acompanhamento contínuo, de modo a promover ambientes educativos que estimulem a permanência e a participação ativa dos alunos. Paralelamente, reforça-se a necessidade de programas de incentivo, acompanhamento socioeducativo e recursos que minimizem desigualdades, garantindo que a educação não seja apenas um direito formal, mas uma prática efetiva e transformadora.

Do ponto de vista pedagógico, observa-se que o trabalho docente deve combinar rigor metodológico, criatividade e sensibilidade social, oferecendo oportunidades de aprendizagem que conectem o conhecimento acadêmico à realidade concreta dos estudantes adultos. Compreender os elementos que levam à evasão e às dificuldades de permanência permite delinear ações educativas mais eficientes, promovendo a continuidade dos percursos educativos, a valorização da experiência do aluno e o fortalecimento da função social da escola, consolidando a EJA como um instrumento de emancipação pessoal e transformação social.

É fundamental que o docente adote estratégias inclusivas e flexíveis, capazes de atender às diversidades de ritmos, trajetórias e contextos de vida dos alunos adultos, garantindo que cada estudante se sinta acolhido e motivado a concluir seu processo formativo. O planejamento pedagógico deve articular teoria e prática, considerando tanto a formação de competências

Gráfico 1 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas na tese “Trajetórias formativas de educadores da EJA: fios e desafios”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

❖ **Formação (465 ocorrências) e Educação (456 ocorrências):** esses dois elementos linguísticos estão intimamente ligados, indicando que a pesquisa enfatiza a construção do conhecimento e o desenvolvimento profissional dos educadores da EJA. A proximidade quantitativa considera que a formação docente é um aspecto central da educação no contexto analisado.

❖ **EJA (388 ocorrências) e Adultos (297 ocorrências):** a presença marcante do termo "EJA" reforça o foco na Educação de Jovens e Adultos, enquanto "adultos" destaca o perfil do público atendido. Essa correlação propicia uma análise voltada para as especificidades do ensino para essa faixa etária.

❖ **Professores (296 ocorrências) e Formação (465 ocorrências):** a frequência relativamente alta de "professores" em relação a "formação" sugere que a tese discute intensamente o papel dos docentes na EJA, suas trajetórias e desafios formativos.

Os dados indicam uma relação significativa entre a formação docente e as práticas educacionais na EJA, ressaltando a importância da qualificação dos professores para o ensino de jovens e adultos. A análise textual realizada com o *software Voyant Tools* permitiu identificar padrões, recorrências e tendências linguísticas em produções acadêmicas, ampliando a compreensão dos textos examinados e oferecendo novas perspectivas sobre o tema (figura 2; gráfico 2).

Figura 2 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente à dissertação “A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do Estado de Minas Gerais”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

Na dissertação “A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do estado de Minas Gerais”. A análise dos termos na dissertação "A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do Estado de Minas Gerais", com o auxílio do *software Voyant Tools*, revela conexões relevantes entre os conceitos-chave da pesquisa.

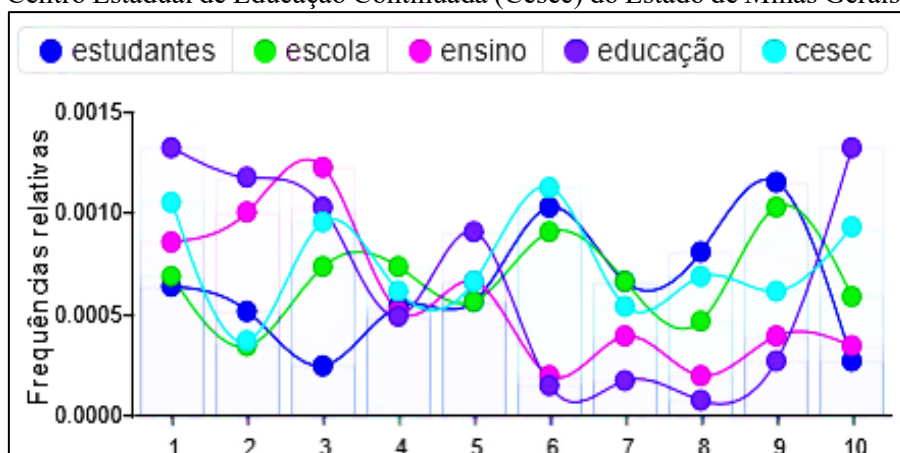
❖ **CESEC (308 frequências) e Educação (282 frequências):** a alta frequência do vocábulo "Cesec" indica que a dissertação tem como foco principal o funcionamento desse modelo educacional em Minas Gerais. A forte presença de "educação" apresenta uma abordagem ampla, analisando como o Cesec contribui (ou não) para a permanência dos estudantes na EJA semipresencial.

❖ **Escola (274 frequências) e Estudantes (262 frequências):** a proximidade entre esses vocábulos demonstra uma preocupação com o ambiente escolar e sua relação com os alunos. A dissertação investiga como a estrutura e a dinâmica da escola afetam a permanência dos estudantes no Cesec.

❖ **Ensino (236 frequências) e Educação (282 frequências):** a relação entre esses vocábulos constitui uma forma de discutir as diferentes abordagens pedagógicas e metodológicas adotadas no Cesec, bem como suas implicações para a evasão escolar. Tal articulação possibilita compreender como determinadas práticas educativas podem

influenciar a permanência ou o afastamento dos estudantes ao longo do percurso formativo. Além disso, favorece uma análise crítica das estratégias institucionais, contribuindo para a identificação de ações que promovam a permanência e o sucesso escolar.

Gráfico 2 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas na dissertação “A não permanência na Educação de Jovens e Adultos semipresencial em um Centro Estadual de Educação Continuada (Cesec) do Estado de Minas Gerais”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

Ao examinarmos os termos do artigo "EJA e o mundo do trabalho: reflexões e relatos de experiência de pesquisa exploratória realizada na Educação de Jovens e Adultos" (gráfico 3; figura 3), verificamos conexões significativas entre os conceitos centrais do estudo, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das temáticas abordadas.

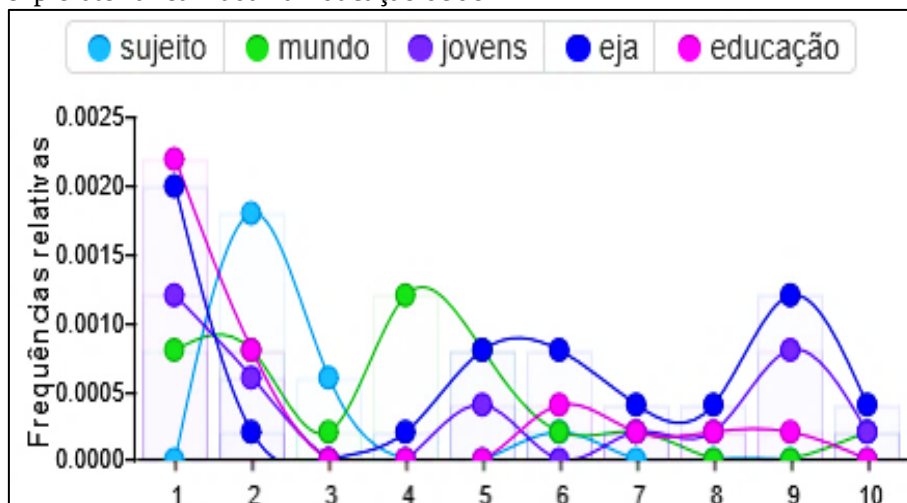
❖ **EJA (32 recorrências) e Educação (20 recorrências):** a alta frequência de "EJA" indica que o foco do artigo está na Educação de Jovens e Adultos, enquanto "educação" reforça a abordagem mais ampla sobre os processos formativos. A articulação entre esses registros permite compreender como a EJA se insere no âmbito das políticas educacionais, considerando suas especificidades históricas, sociais e pedagógicas.

❖ **Mundo (22 recorrências) e Trabalho** (implícito no título): o termo "mundo" aparece com destaque, possivelmente associado ao "mundo do trabalho", que é o eixo central do artigo. Essa circunstância evidencia a necessidade de uma análise das relações entre a EJA e a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

❖ **Jovens (18 recorrências) e Sujeito (13 recorrências):** a presença das palavras “jovens” e “sujeito” indica que o artigo direciona sua análise às trajetórias individuais e coletivas dos estudantes da EJA. O uso da palavra “sujeito” evidencia uma abordagem que reconhece

os educandos como protagonistas de suas experiências, valorizando suas vivências, identidades e perspectivas no âmbito educacional.

Gráfico 3 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “EJA e o mundo do trabalho: reflexões e relatos de experiência de pesquisa exploratória realizada na Educação de Jovens e Adultos”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

Figura 3 - Nuvem de palavras a partir do software Voyant Tools referente ao artigo “EJA e o mundo do trabalho: reflexões e relatos de experiência de pesquisa exploratória realizada na Educação de Jovens e Adultos”



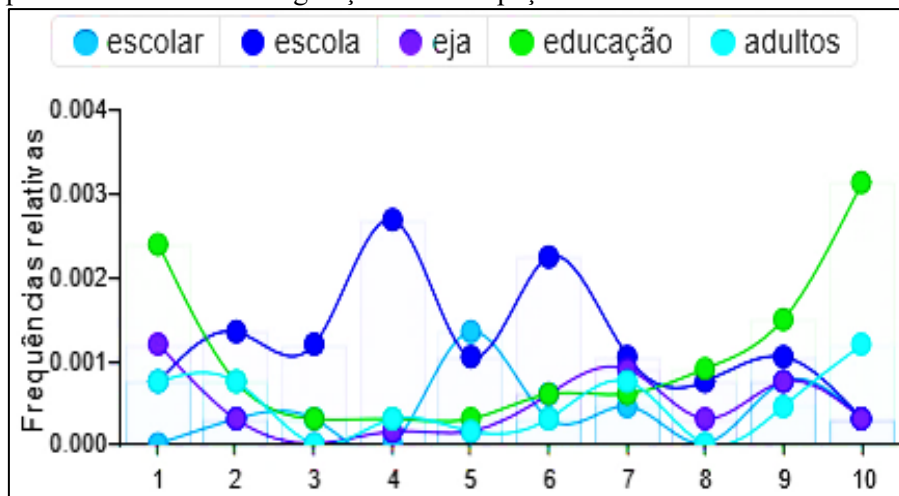
Fonte: software Voyant Tools (2025).

O artigo “EJA e o mundo do trabalho: reflexões e relatos de experiência de pesquisa exploratória realizada na Educação de Jovens e Adultos” examina a relação entre a EJA e o mundo do trabalho, investigando de que forma a educação influencia as oportunidades e os desafios vivenciados pelos estudantes. A frequência das palavras analisadas aponta para um enfoque tanto nas políticas educacionais quanto nas experiências individuais dos sujeitos da

EJA, evidenciando a interação entre formação escolar e inserção profissional (gráfico 3; figura 3).

A análise dos vocábulos do artigo “As práticas educativas de regulação e emancipação na EJA” (gráfico 4; figura 4), evidencia relações relevantes entre os conceitos centrais do estudo, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas entre regulação e emancipação na Educação de Jovens e Adultos.

Gráfico 4 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “As práticas educativas de regulação e emancipação na EJA”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

Figura 4 - Nuvem de palavras a partir do software Voyant Tools referente ao artigo “As práticas educativas de regulação e emancipação na EJA”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

❖ **Escola (83 verificações) e Educação (72 verificações):** as unidades lexicais explicitam que o artigo enfatiza o papel da escola no processo educativo da EJA. A relação entre

‘escola’ e ‘educação’ demonstra uma análise de como as instituições escolares promovem, simultaneamente, práticas de regulação e emancipação dos estudantes.

❖ **EJA (31 verificações) e Adultos (31 verificações):** a equivalência na frequência dessas unidades lexicais demonstra que o artigo trata a EJA como um espaço voltado especificamente ao público adulto, evidenciando uma reflexão sobre como esse grupo vivencia os processos de ensino e aprendizagem nesse contexto.

❖ **Escolar (25 verificações) e Escola (83 verificações):** a recorrência da unidade lexical “escolar”, em associação com “escola”, evidencia uma abordagem acerca da estrutura e da organização da educação escolar na EJA, analisando currículos, metodologias e políticas educacionais aplicadas a essa modalidade de ensino.

A investigação dos termos (gráfico 4; figura 4) investiga a dualidade entre regulação e emancipação na EJA, considerando o papel da escola como um espaço tanto de normatização quanto de desenvolvimento crítico. Além disso, evidencia como práticas pedagógicas e políticas educacionais podem favorecer a permanência e o engajamento dos estudantes, apontando estratégias para fortalecer a inclusão e a efetividade da modalidade.

Figura 5 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente ao artigo “Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil”



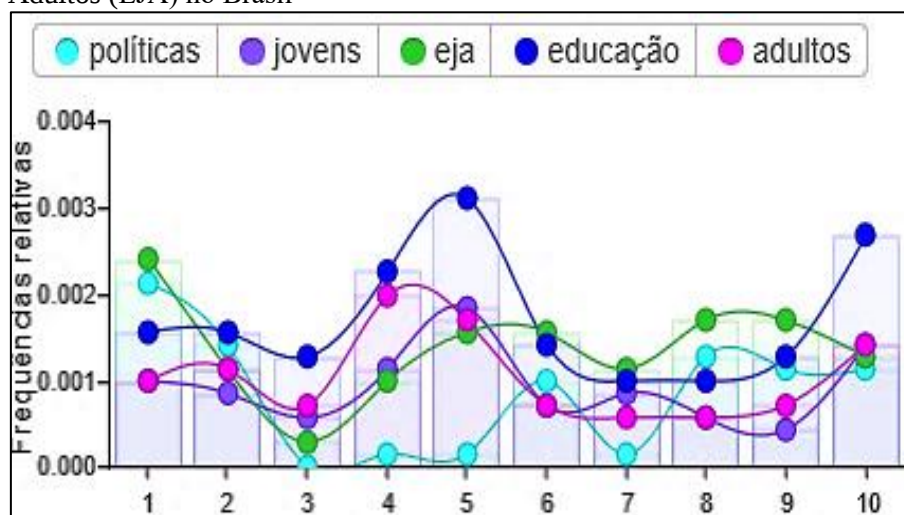
Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

A identificação das palavras no artigo “Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil” (figura 5; gráfico 5), apresenta articulações

entre os conceitos-chave da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das políticas educacionais voltadas para a EJA.

❖ **Educação (121 ocorrências) e EJA (97 ocorrências):** a alta recorrência dessas palavras demonstra que o artigo tem como foco central a Educação de Jovens e Adultos, explorando seus avanços e desafios. A relação entre “educação” e “EJA” sinaliza uma abordagem que ultrapassa o ensino formal, incorporando reflexões sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas voltadas para essa modalidade.

Gráfico 5 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

❖ **Adultos (74 ocorrências) e Jovens (66 ocorrências):** a frequência semelhante dessas palavras expressa que o artigo discute a EJA como um espaço voltado tanto para adultos quanto para jovens, destacando as particularidades e demandas desses públicos no processo educativo. Essa questão denota uma análise sobre o perfil dos estudantes da EJA e as dificuldades que enfrentam para acessar e permanecer na educação.

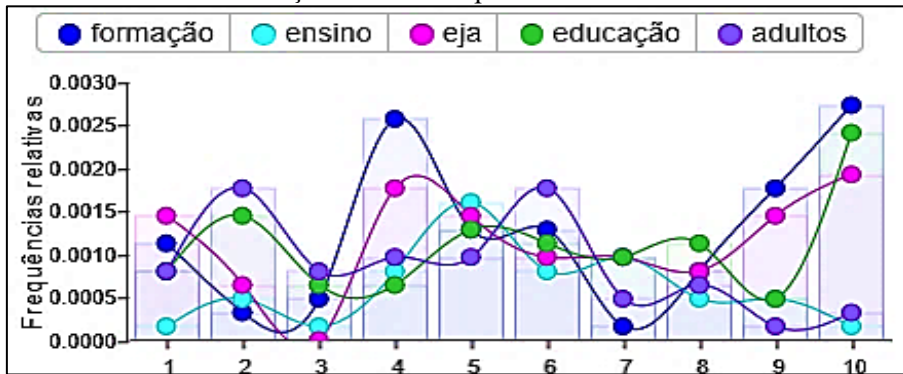
❖ **Políticas (60 ocorrências) e Educação (121 ocorrências):** a relação entre essas palavras aponta para uma discussão sobre o papel das políticas públicas na garantia do direito à EJA. O artigo investiga marcos legais, programas governamentais e desafios estruturais que impactam a efetividade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A análise das palavras (figura 5; gráfico 5) indica que o artigo aborda a EJA no Brasil a partir da perspectiva das políticas públicas educacionais, examinando o impacto dessas iniciativas na formação de jovens e adultos. A frequência dos termos evidencia uma abordagem

que articula reflexões sobre educação, perfil do público-alvo e as diretrizes políticas que estruturam essa modalidade de ensino.

A recorrência dos termos no artigo “Reflexão sobre a formação do docente para a EJA” (gráfico 6; figura 6) revela vínculos entre os principais conceitos abordados, demonstrando a relação entre a qualificação docente, as práticas pedagógicas e os desafios específicos do ensino para jovens e adultos. A análise desses termos possibilita uma compreensão mais profunda das demandas formativas dos educadores da EJA, bem como das estratégias e políticas voltadas para o aprimoramento da atuação profissional nesse contexto.

Gráfico 6 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Reflexão sobre a formação do docente para a EJA”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

Figura 6 - Nuvem de palavras a partir do software Voyant Tools referente ao artigo “Reflexão sobre a formação do docente para a EJA”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

❖ **Formação (78 recorrências) e Educação (68 recorrências):** a alta frequência do termo "formação" indica que o artigo tem um foco central no desenvolvimento profissional dos docentes da EJA. A relação com “educação” expressa que a formação dos professores é

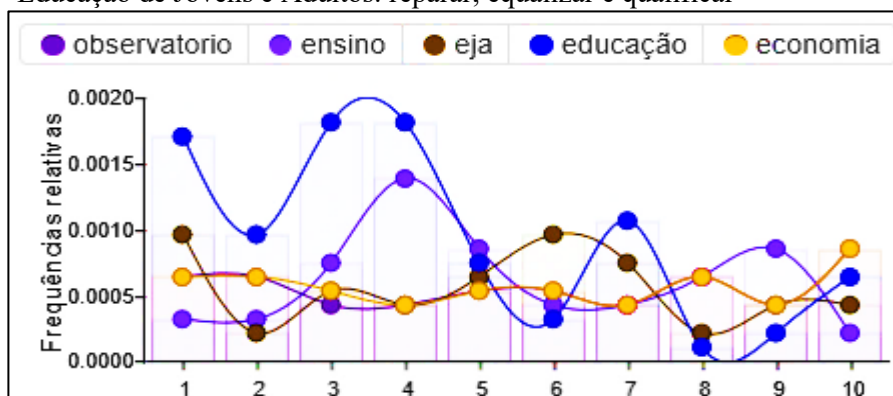
analisada como um fator determinante para a qualidade do ensino na EJA, abordando desafios e necessidades específicas dessa modalidade.

❖ **EJA (71 recorrências) e Adultos (54 recorrências):** a recorrência desses termos indica que o artigo discute a Educação de Jovens e Adultos como um espaço voltado principalmente para o público adulto. A ligação entre os termos sinaliza uma reflexão sobre as especificidades do ensino para essa faixa etária, incluindo abordagens pedagógicas e metodológicas adequadas.

❖ **Ensino (38 recorrências) e Formação (78 recorrências):** a relação entre esses termos torna evidente que o artigo explora como a formação docente impacta diretamente as práticas de ensino na EJA. Essa observação inclui discussões sobre metodologias ativas, práticas inclusivas e a importância do preparo pedagógico para atender às demandas desse público.

A análise dos conceitos do artigo “Educação de Jovens e Adultos: reparar, equalizar e qualificar” (gráfico 7; figura 7), revela interligações entre os principais temas da pesquisa, destacando a inter-relação entre reparação educacional, equidade no acesso ao ensino e a qualificação do público da EJA.

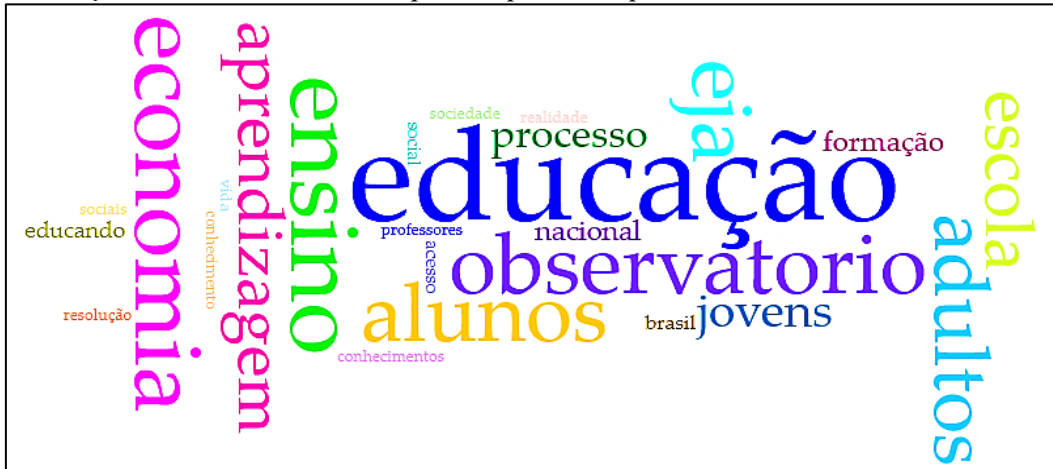
Gráfico 7 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Educação de Jovens e Adultos: reparar, equalizar e qualificar”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

❖ **Educação (88 frequências) e Ensino (58 frequências):** a elevada recorrência desses vocábulos evidencia que o artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a perspectiva da formação docente e das práticas de ensino. A relação entre “educação” e “ensino” apresenta um debate sobre a qualidade da formação oferecida, abordando metodologias pedagógicas e os desafios estruturais enfrentados pelos estudantes da EJA.

Figura 7 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente ao artigo “Educação de Jovens e Adultos: reparar, equalizar e qualificar”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025)..

❖ **Economia (53 frequências) e EJA (52 frequências):** a presença expressiva do vocábulo “economia” demonstra que o artigo estabelece uma relação entre a EJA e fatores socioeconômicos. Esse fato representa uma análise sobre como a educação impacta a qualificação profissional dos estudantes e sua inserção no mercado de trabalho, reforçando o papel da EJA na promoção da equidade social e econômica.

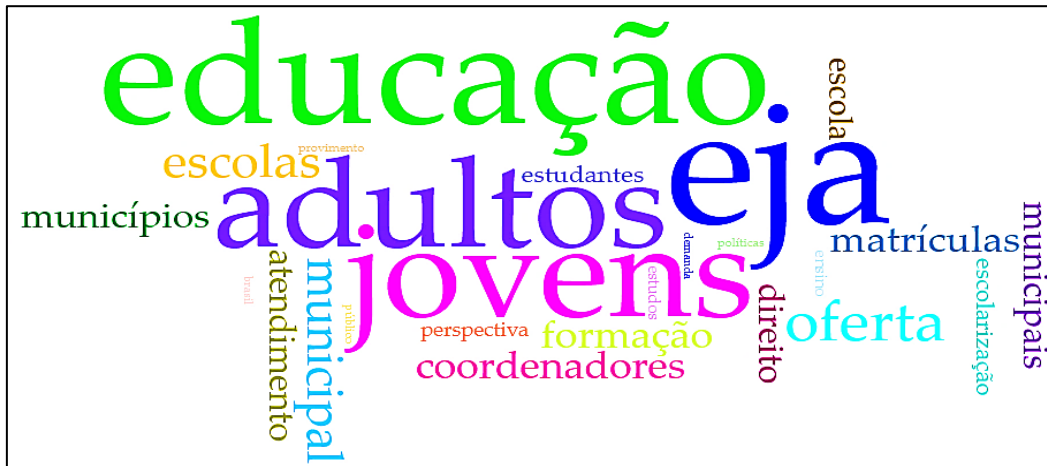
❖ **Observatório (52 frequências) e Educação (88 frequências):** o termo “observatório” está relacionado a um órgão ou iniciativa de monitoramento da EJA, evidenciando que o artigo se baseia em dados e análises de acompanhamento dessa modalidade educacional. A relação com “educação” expressa um estudo que busca avaliar políticas públicas e sua efetividade na promoção da EJA.

A análise das unidades lexicais do artigo “Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais” (figura 8; gráfico 8), evidencia conexões significativas entre os principais temas discutidos. Os resultados apontam para a relação entre gestão educacional, desafios no provimento da EJA e o papel dos coordenadores municipais na implementação de políticas públicas.

Além do mais, a recorrência das unidades lexicais destaca questões como a oferta de vagas, a permanência dos alunos e as estratégias adotadas para superar as dificuldades enfrentadas na administração da EJA nos municípios mineiros. Essa ênfase evidencia a complexidade da gestão educacional nessa modalidade, que envolve aspectos estruturais, pedagógicos e socioeconômicos.

Também aponta para a necessidade de políticas públicas integradas e de práticas escolares adaptadas às especificidades do público adulto. Ademais, reforça a importância de acompanhamento contínuo e de estratégias de intervenção que promovam a inclusão e o sucesso dos estudantes.

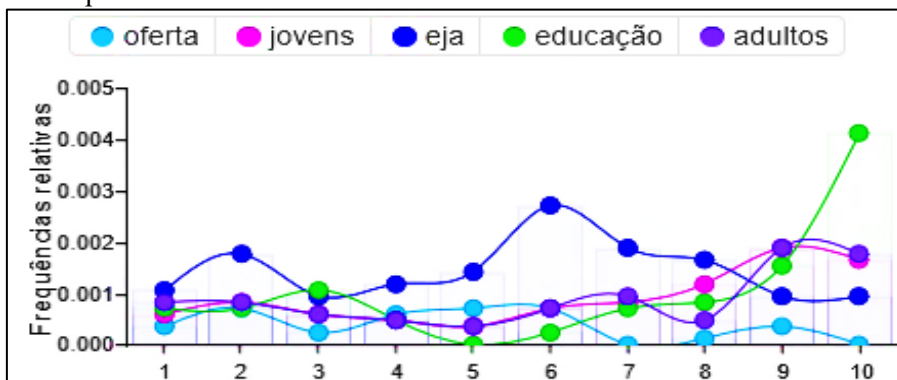
Figura 8 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente ao artigo “Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

❖ **EJA (123 incidências) e Educação (88 incidências):** a elevada frequência desses termos evidencia que o artigo tem como foco central a Educação de Jovens e Adultos, com ênfase em seu provimento e gestão no âmbito municipal. A relação entre “EJA” e “educação” apresenta uma análise sobre a implementação dessa modalidade nas redes municipais, destacando os desafios enfrentados para assegurar sua efetividade e qualidade.

Gráfico 8 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

❖ **Jovens (77 incidências) e Adultos (75 incidências):** a presença quase equilibrada desses vocábulos indica que o artigo considera tanto as especificidades dos jovens quanto

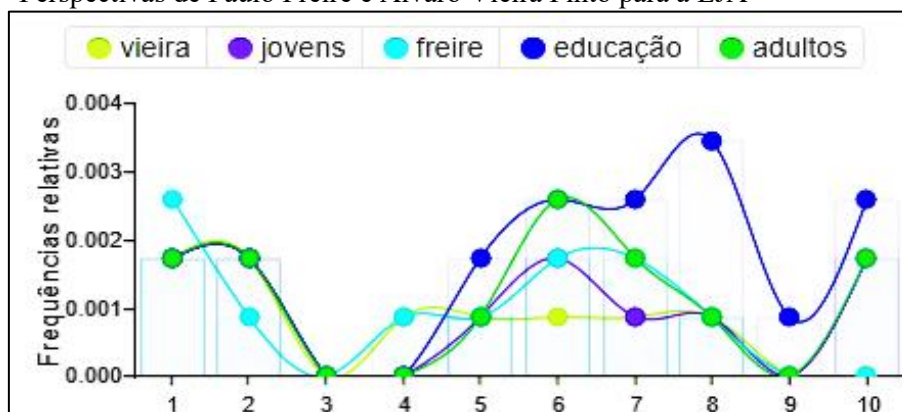
dos adultos que frequentam a EJA. Essa relação revela uma análise sobre os diferentes perfis de estudantes e como suas necessidades influenciam a organização e a oferta da modalidade.

❖ **Oferta (32 incidências) e Educação (88 incidências):** o vocábulo "oferta" aparece em correlação com "educação", indicando que o artigo discute como a EJA é disponibilizada nos municípios de Minas Gerais. Isso pode envolver questões como infraestrutura, disponibilidade de turmas, financiamento e adesão de estudantes, além das políticas públicas que regulam essa oferta.

A inter-relação entre os vocábulos "jovens" e "adultos" sugere uma análise sobre a diversidade do público atendido na EJA, considerando suas necessidades específicas e trajetórias educacionais. Já o termo "oferta" ressalta a preocupação com a acessibilidade, a estrutura e a disponibilidade de vagas, evidenciando desafios na implementação de políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino. A utilização do *software Voyant Tools* possibilitou a identificação dessas integrações, destacando os eixos centrais da discussão e fornecendo uma visão mais aprofundada sobre os principais focos do estudo.

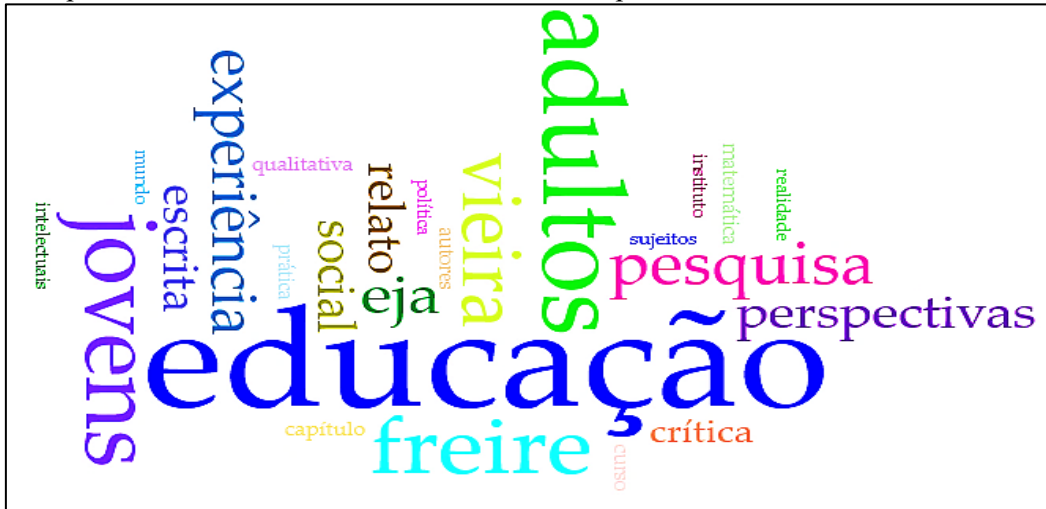
A análise dos conceitos do artigo “Perspectivas de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto para a EJA”, realizada com o auxílio do *software Voyant Tools* (gráfico 9; figura 9), evidencia conexões entre os principais temas abordados, ressaltando a importância da emancipação, da consciência crítica e do papel transformador da educação. A recorrência de determinados termos aponta para a valorização do diálogo, da autonomia dos educandos e da relação entre educação e cidadania, aspectos centrais nas perspectivas dos autores analisados.

Gráfico 9 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Perspectivas de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto para a EJA”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

Figura 9 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente ao artigo “Perspectivas de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto para a EJA”

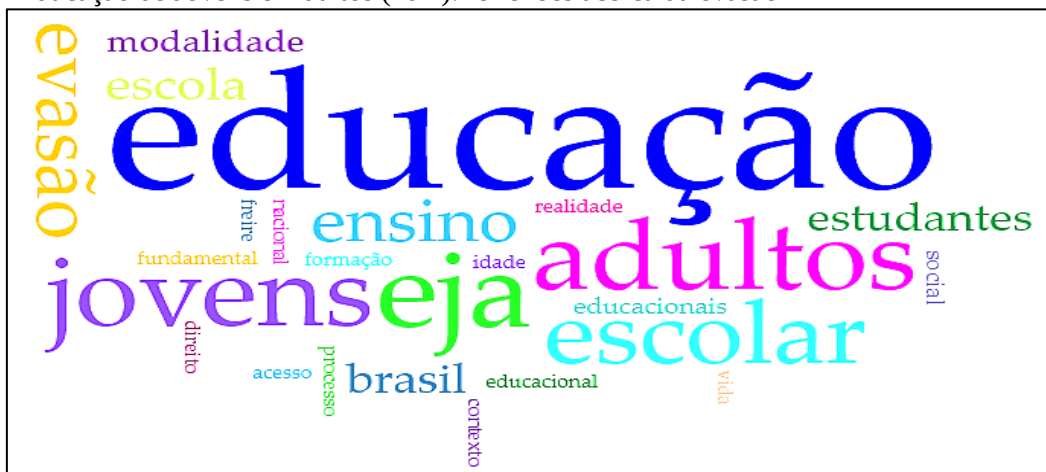


Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

- ❖ **Educação (20 frequências) e EJA:** a alta frequência do termo "educação" indica que o artigo enfatiza os processos formativos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), discutindo o papel transformador da educação a partir das perspectivas de Freire e Vieira Pinto.
- ❖ **Adultos (13 frequências) e Jovens (11 frequências):** a presença desses elementos linguísticos indica que o artigo analisa a EJA como um espaço voltado tanto para jovens quanto para adultos. Isso reforça a ideia de que a EJA atende públicos diversos, cada um com desafios e necessidades específicas no processo educativo.
- ❖ **Freire (11 frequências) e Vieira (9 frequências):** a recorrência dos nomes Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto demonstra que o artigo estabelece um diálogo entre as concepções desses pensadores sobre a EJA. Freire, conhecido por sua pedagogia libertadora, e Vieira Pinto, com suas reflexões sobre consciência crítica e desenvolvimento, são apresentados como referências teóricas para compreender a Educação de Jovens e Adultos.

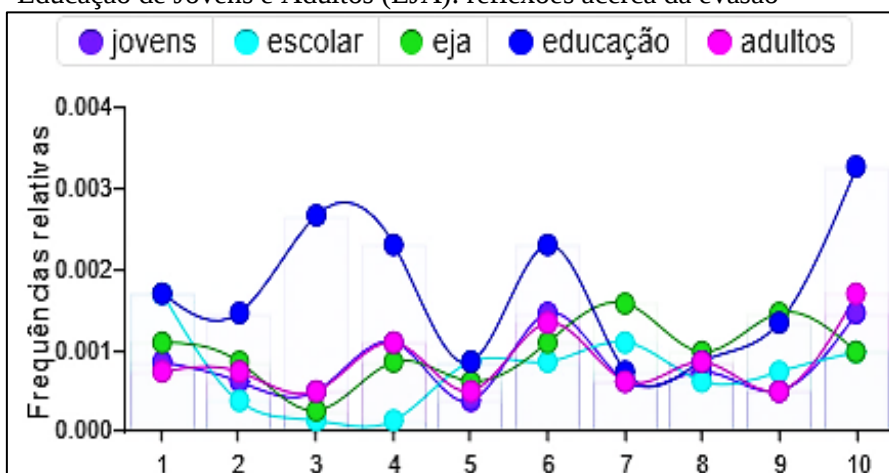
A influência das ideias de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto sobre a EJA (gráfico 9; figura 9) revela suas contribuições para a construção de uma educação crítica e emancipatória, pautada no diálogo, na conscientização e na valorização do sujeito como protagonista do próprio aprendizado. Suas perspectivas destacam a necessidade de uma abordagem pedagógica que vá além da simples transmissão de conteúdo, promovendo uma formação que estimule a reflexão, a autonomia e a transformação social, especialmente para jovens e adultos historicamente marginalizados do sistema educacional.

Figura 10 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente ao artigo “Educação de Jovens e Adultos (EJA): reflexões acerca da evasão”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

Gráfico 10 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Educação de Jovens e Adultos (EJA): reflexões acerca da evasão”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

❖ **Educação (144 ocorrências) e EJA (80 ocorrências):** a elevada ocorrência desses vocábulos indica que o artigo tem como foco central a relação entre educação e EJA, destacando aspectos estruturais e pedagógicos dessa modalidade de ensino. A articulação entre os dois vocábulos aponta que o estudo explora a inserção da EJA nas políticas educacionais e os desafios enfrentados para assegurar o direito à educação desse público.

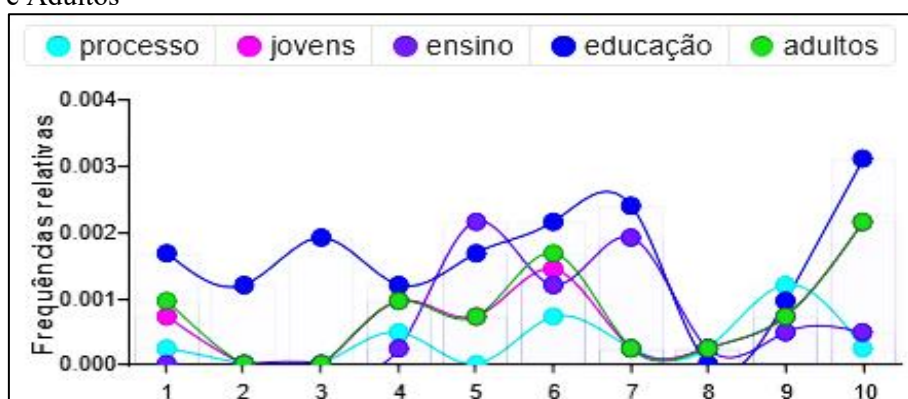
❖ **Adultos (70 ocorrências) e Jovens (67 ocorrências):** a ocorrência desses elementos linguísticos evidencia que o artigo aborda a EJA considerando os diferentes perfis de alunos. Isso reflete uma análise das especificidades do público jovem e adultos, discutindo os motivos que levam cada grupo à evasão escolar e os fatores que influenciam sua permanência nos estudos.

❖ **Escolar (61 ocorrências) e Educação (144 ocorrências):** a presença do termo "Escolar" em conjunto com "Educação" aponta para uma discussão sobre a trajetória educacional dos estudantes da EJA. Essa relação pode indicar uma análise sobre os desafios enfrentados por jovens e adultos no ambiente escolar, as dificuldades de acesso e permanência, além da influência do contexto socioeconômico na evasão.

O texto aborda a evasão na EJA sob uma perspectiva ampla, examinando não apenas as condições educacionais, mas também os múltiplos desafios enfrentados por jovens e adultos para permanecerem na escola. A ênfase nos termos analisados sugere uma reflexão crítica sobre a estrutura da educação escolar, evidenciando fatores como a flexibilidade curricular, a adequação dos métodos pedagógicos e a oferta de suporte aos estudantes. Destaca-se a importância das políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, analisando seu impacto na retenção e no engajamento dos alunos, bem como na promoção de uma educação mais inclusiva e acessível.

O artigo “Papel dos Centros de Educação Continuada – Cesecs, na Educação de Jovens e Adultos” (gráfico 11; figura 11) investiga a evasão na Educação de Jovens e Adultos e evidencia uma reflexão crítica sobre a estrutura do ensino nessa modalidade, ressaltando aspectos como a necessidade de um currículo mais flexível, metodologias pedagógicas adequadas à realidade dos alunos e a disponibilização de suporte institucional.

Gráfico 11 - Frequência relativa das cinco palavras mais citadas no artigo “Papel dos Centros de Educação Continuada – Cesecs, na Educação de Jovens e Adultos”



Fonte: software Voyant Tools (2025).

O texto destaca o papel das políticas públicas na redução da evasão escolar, analisando seu impacto na retenção e no engajamento dos estudantes, além de sua contribuição para uma educação mais equitativa, inclusiva e adaptada às necessidades desse público. De mais a mais, evidencia a importância de estratégias estruturadas e de acompanhamento contínuo, capazes de

fortalecer a permanência dos alunos e promover práticas pedagógicas que respondam aos desafios específicos da EJA.

Figura 11 - Nuvem de palavras a partir do *software Voyant Tools* referente ao artigo “Papel dos Centros de Educação Continuada – Cesecs, na Educação de Jovens e Adultos”



Fonte: *software Voyant Tools* (2025).

❖ **Educação (68 recorrências) e Ensino (28 recorrências):** a alta frequência das unidades lexicais “educação” e “ensino” evidencia que o artigo discute o papel dos Cesecs na formação educacional de jovens e adultos. A relação entre esses termos indica um foco na estrutura pedagógica oferecida por esses centros e sua contribuição para a aprendizagem ao longo da vida.

❖ **Adultos (32 recorrências) e Jovens (30 recorrências):** a presença desses termos demonstra que o artigo analisa a atuação dos Cesecs considerando os diferentes perfis de alunos atendidos. Essa relação evidencia reflexões sobre as necessidades específicas de cada grupo no acesso à educação continuada e os desafios enfrentados para garantir sua permanência nos estudos.

❖ **Processo (14 recorrências) e Ensino (28 recorrências):** a conexão entre “processo” e “ensino” sinaliza que o artigo aborda metodologias de ensino aplicadas nos Cesecs, enfatizando o caráter contínuo da aprendizagem na EJA. Isso inclui discussões sobre estratégias pedagógicas, avaliações e impactos da educação continuada na vida dos estudantes.

O artigo investiga o papel dos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) na oferta de educação para jovens e adultos, analisando sua relevância no processo educacional e sua contribuição para a ampliação do acesso ao ensino. A recorrência das unidades lexicais sugere uma reflexão sobre a estrutura organizacional dessas instituições, os desafios

enfrentados por estudantes com perfis diversos e as estratégias adotadas para garantir a permanência e o sucesso escolar. O estudo aborda as metodologias pedagógicas utilizadas, considerando sua adequação às necessidades do público da EJA, bem como o impacto das políticas públicas na consolidação de uma educação continuada mais inclusiva e eficaz.

O mapeamento e a análise das produções acadêmicas, aliado ao uso de ferramentas digitais, possibilitam uma compreensão mais detalhada do panorama da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa perspectiva, a integração do Estado de Conhecimento com recursos tecnológicos, como o *software Voyant Tools*, oferece uma abordagem inovadora para explorar textos científicos, identificar padrões lexicais, recorrências e relações entre conceitos-chave. Essa metodologia não apenas fortalece a revisão de literatura, como também orienta a construção de análises mais consistentes e fundamentadas, contribuindo para a produção de resultados acadêmicos rigorosos.

Com base na análise realizada por meio do Estado de Conhecimento e das ferramentas digitais de exploração textual, o estudo avança agora para a discussão central da pesquisa: o capítulo, intitulado “**Evasão escolar**: desafios, causas e impactos na Educação de Jovens e Adultos”, que examina os fatores que influenciam a permanência dos estudantes na EJA, suas consequências individuais e coletivas, e as estratégias pedagógicas e institucionais voltadas para a mitigação desse fenômeno.

Será discutido sobre diversos fatores que contribuem para o abandono escolar, incluindo dificuldades socioeconômicas, responsabilidades laborais, distância da escola, infraestrutura inadequada e currículos pouco adaptados à realidade do estudante adulto. A falta de apoio pedagógico e emocional, bem como a ausência de políticas públicas integradas, intensifica o desinteresse e a desistência.

Os impactos da evasão vão além do indivíduo, afetando o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades, perpetuando desigualdades históricas. Compreender as causas e os efeitos da evasão é essencial para desenvolver estratégias educativas, programas de incentivo e metodologias inclusivas que promovam a permanência, valorizem a experiência de vida dos alunos e fortaleçam a função social da EJA como instrumento de emancipação e transformação social.

3 Evasão escolar: desafios, causas e impactos na Educação de Jovens e Adultos

"A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade real de transformação social, enfrentando desigualdades e promovendo a inclusão."

José Carlos Libâneo, 2013

3.1 Considerações iniciais

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um desafio significativo, que compromete os objetivos inclusivos e transformadores dessa modalidade educacional. Na visão de José Carlos Libâneo (2013), a EJA representa uma possibilidade real de transformação social, ao enfrentar desigualdades e promover a inclusão. Acrescenta-se que, a evasão impacta não apenas o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também a eficácia das políticas públicas, exigindo estratégias pedagógicas e institucionais que fortaleçam a permanência e o engajamento no processo educativo.

No entanto, as causas da evasão são multifacetadas, envolvendo fatores socioeconômicos, familiares, institucionais e pedagógicos, que impactam diretamente a permanência dos estudantes. Essa complexidade evidencia a necessidade de políticas integradas e de práticas pedagógicas adaptadas às especificidades do público da EJA, garantindo apoio contínuo e oportunidades efetivas de aprendizagem.

Compreender esses desafios é fundamental para desenvolver políticas e práticas educativas eficazes, capazes de assegurar a continuidade dos estudos e ampliar o acesso à educação de qualidade para esse público tão vulnerável. Ao adotar uma visão crítica, é possível identificar falhas estruturais, avaliar o impacto das intervenções existentes e propor estratégias inovadoras que enfrentem as desigualdades e promovam uma aprendizagem mais inclusiva e significativa.

No decurso do tempo, muitas transformações ocorreram nos cenários sociopolíticos, culturais e econômicos, sendo essas mudanças responsáveis pelo formato da sociedade moderna. Em consequência, a educação desempenha um papel central, influenciando essas alterações e possibilitando a adaptação das pessoas às novas demandas, promovendo competências e habilidades necessárias para enfrentar os desafios contemporâneos (Almeida; Hora; Nascimento Júnior, 2024).

Por meio da educação, uma pessoa é capaz de se desenvolver plenamente, tornando-se um sujeito mais atuante dentro da comunidade à qual pertence, além de aprimorar seu senso crítico em relação a si mesma e aos acontecimentos políticos, econômicos e culturais. Essa nova percepção de mundo atua como propulsora das mudanças sociais, tendo seu ponto de partida no processo de ensino e aprendizagem.

Com isso, o desenvolvimento da educação no espaço escolar deve orientar-se para um ensino de qualidade, articulado ao compromisso com a cidadania e com o contexto político e econômico contemporâneo. As transformações sociais em curso têm colocado no centro da formação humana a capacidade de comunicação, bem como a habilidade de acessar, selecionar e transmitir informações de forma crítica e responsável.

Nesse cenário, torna-se imprescindível que os indivíduos desenvolvam competências para decodificar, interpretar e analisar o volume crescente de informações que recebem continuamente, favorecendo relações sociais e profissionais mais qualificadas e conscientes (Gatti, 2014). A autora (2014) destaca a importância de uma educação de qualidade que esteja alinhada tanto ao compromisso com a cidadania quanto às demandas do contexto político e econômico contemporâneo.

Nesse sentido, torna-se fundamental que os estudantes aprendam a interpretar, selecionar e analisar o volume crescente de informações que circula no cotidiano, transformando dados em conhecimento significativo. Tal formação contribui para relações sociais e profissionais mais conscientes, fortalecendo a autonomia e a capacidade de intervenção na realidade social.

No cenário atual, marcado por constantes transformações sociais e tecnológicas, a comunicação, o acesso à informação e a capacidade de interpretar e utilizar esses dados de maneira crítica tornam-se elementos fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional.

A educação deve ir além do ensino tradicional, incorporando práticas pedagógicas que fortaleçam a autonomia dos estudantes e sua capacidade de interagir com o mundo ao seu redor. Isso contribui não apenas para seu sucesso no mercado de trabalho, mas também para sua participação cidadã, permitindo que se tornem agentes ativos na construção de uma sociedade mais democrática e informada.

O sujeito que não consegue acompanhar todas essas mudanças e/ou não possui habilidades que facilitem a sua adaptação às novas demandas e realidades, provavelmente se manterão à margem dos avanços societários. Essa posição de marginalização não afetará apenas

o sujeito de forma isolada, mas também terá reflexos em seu meio e na sociedade como um todo e devido à percepção sobre as possíveis consequências deste processo, a educação foi incluída como sendo um direito básico que todos possuem.

No entanto, apesar de na atualidade existirem leis que garantem o direito à educação para jovens e adultos, ainda existem circunstâncias que impedem estas pessoas de concluírem o seu ciclo de escolaridade. As diferenças que existem dentro desta modalidade de ensino quando comparado com alunos das outras modalidades de ensino são muitas, e a evasão escolar na EJA apresenta múltiplas razões que vão destes fatores econômicos, sociais como também fatores por parte da escola, fazendo-se muito importante que diante da ocorrência do fracasso escolar, seja realizado um diagnóstico para avaliação e para intervenção.

Com isso, apesar da democratização do ensino, que enfatiza a todos o direito a educação, isso nem sempre é garantia de real direito do sujeito à educação. Para que este direito seja realmente vivenciado é preciso que o ensino ofertado seja de qualidade para que os alunos possam permanecer na vida educacional, ou seja, é preciso ir além da entrada destes estudantes na escola, é preciso que eles ao entrar, permaneçam até a conclusão de seus estudos (Rocha; Coelho, 2024).

Rocha e Coelho (2024) discutem a diferença entre o acesso à educação e a garantia efetiva do direito à educação. Embora a democratização do ensino tenha ampliado a possibilidade de ingresso de estudantes na escola, isso, por si só, não assegura que todos terão uma trajetória educacional completa e de qualidade. Para que o direito à educação seja plenamente exercido, não basta apenas garantir vagas nas escolas.

Isso significa que políticas educacionais devem não apenas focar na ampliação do acesso, mas também na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes, proporcionando um ambiente escolar que favoreça o aprendizado, a inclusão e o desenvolvimento integral. A qualidade do ensino é um fator determinante para a permanência dos alunos na escola.

Quando a educação não atende às necessidades e expectativas dos estudantes, seja por falta de infraestrutura, metodologias inadequadas ou ausência de apoio pedagógico, aumenta o risco de evasão. Nesse sentido, a democratização do ensino precisa ser acompanhada por medidas que garantam equidade, incentivo à aprendizagem e suporte contínuo para que os alunos concluam seus estudos com sucesso.

Entende-se que a escolarização deve possibilitar aos jovens e adultos uma ampliação em sua maneira de pensar por meio da transmissão de conteúdos que sejam diversificados e que

façam parte do interesse pessoal e profissional dos alunos, levando o indivíduo a uma nova trajetória de vida e maiores possibilidades no mercado de trabalho.

À medida que estes alunos não permanecem nos estudos, isto é considerado como sendo uma adversidade pública que requer ser entendida e esclarecida por meio de políticas públicas que sejam realmente eficazes, visto que a evasão escolar está interligada com fatores culturais, políticos, econômicos e sociais (Alves, 2022).

Trata-se de um fenômeno complexo, que demanda ações articuladas entre diferentes esferas governamentais e institucionais, bem como estratégias pedagógicas sensíveis às especificidades do público da EJA. Somente por meio de intervenções integradas e contínuas será possível reduzir os índices de evasão e promover condições reais de permanência e sucesso escolar.

A educação constitui um caminho essencial para o desenvolvimento pleno do indivíduo, pois é por meio desse processo que suas habilidades são potencializadas e suas dificuldades podem ser enfrentadas e superadas. No espaço escolar, ampliam-se horizontes, constroem-se novos conhecimentos e promovem-se reflexões que, muitas vezes, não estariam acessíveis fora desse contexto.

É necessário que a educação seja concebida e desenvolvida com a finalidade de preparar os alunos para atender às diversas demandas que enfrentarão ao longo da vida. Mais do que transmitir conhecimentos, deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender sua própria existência e reconhecer seu papel na sociedade e no mundo.

Ao mesmo tempo em que essas reflexões são ampliadas, é necessário que este cidadão seja preparado para o mercado de trabalho e esteja apto para preencher os requisitos que o mercado irá exigir (Silva, 2021).

O desafio é abranger esses dois universos, sendo preciso levar em conta o contexto social/cultural de cada público, ao mesmo tempo em que essas especificidades precisam estar em harmonia, uma vez que cada indivíduo é único, sendo um ser social vivendo na coletividade (Silva, 2021, p.30).

A educação que trará o sujeito para o protagonismo de sua existência e o fará ser parte atuante dos processos de transformação de uma sociedade não é aquela que limita o sujeito em seu desenvolvimento ou que o coloca dentro de um padrão igualitário para todos. O processo de ensino que faz com que o sujeito seja agente de transformação é aquele que une as necessidades dos alunos com as demandas emitidas pela sociedade, fazendo uma interlocução entre o que a comunidade precisa com aquilo que o educando necessita e anseia.

O processo de ensino na EJA deve orientar-se por uma perspectiva diferenciada, cuja essência esteja articulada à valorização da realidade dos estudantes presentes na sala de aula. Trata-se de jovens e adultos que já possuem experiências acumuladas e uma leitura de mundo significativa, elementos que precisam ser reconhecidos e incorporados ao percurso formativo. Dessa maneira, compreender as múltiplas dimensões desse universo constitui um fator facilitador para o processo de ensino e aprendizagem, além de contribuir para a identificação das possíveis razões que levam esses alunos à interrupção de seus estudos (Silva, 2020).

Silva (2020) enfatiza a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada na Educação de Jovens e Adultos (EJA), levando em consideração a realidade e as experiências de vida dos alunos. Diferente do ensino regular, os estudantes da EJA são, em grande parte, jovens e adultos que já possuem uma trajetória pessoal e profissional, trazendo consigo uma leitura de mundo mais significativa e complexa.

O aprendizado na EJA deve estar interligado à valorização dessas vivências, tornando o ensino mais contextualizado e significativo para os alunos. Isso implica o uso de metodologias que reconheçam e dialoguem com suas realidades sociais, culturais e econômicas, tornando o processo educacional mais envolvente e eficaz. Fatores como dificuldades econômicas, responsabilidades familiares, necessidade de trabalhar desde cedo e falta de acesso a uma educação de qualidade podem estar entre as principais causas da evasão escolar na EJA.

Esta modalidade de ensino apresenta um ambiente enriquecedor e dinâmico que possibilita a troca de diferentes experiências contribuindo positivamente para a formação destes alunos como protagonistas de suas histórias. Esse protagonismo e o espaço de trocas também contribuem para moldar as diversas facetas que constituem uma identidade social (Almeida; Hora; Nascimento Júnior, 2024).

Compreender as peculiaridades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem para jovens e adultos é um dos fundamentos básicos para se construir uma modalidade de ensino que realmente seja capaz de atingir seu principal objetivo: *tornar aquele cidadão em alguém dotado de direitos e capaz de reivindicar seu lugar dentro da sociedade, tornando-se atuante e capaz de mudar sua realidade de vida.*

Ou seja, a modalidade deve ir além de apenas oferecer um espaço para recuperação da escolaridade, ela deve se constituir de um ambiente capaz de promover a transformação social e pessoal daqueles envolvidos, fazendo com que o conhecimento adquirido tenha sentido dentro do cotidiano de vida de seus alunos, fazendo com que este possa cumprir com seu papel de promotora da cidadania e da inclusão social (Silva, 2024).

Almeida, Hora e Nascimento Júnior (2024) destacam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade educacional que vai além de simplesmente atender a uma faixa etária específica. Em vez disso, a EJA representa uma resposta direta à necessidade de escolarização de jovens e adultos que, por diversos motivos, não tiveram acesso à Educação Básica na idade considerada apropriada.

Essa demanda por educação está profundamente ligada a desafios estruturais enfrentados por países em desenvolvimento, como o analfabetismo e a defasagem idade-série. Fatores socioeconômicos, históricos e políticos contribuem para que uma parcela significativa da população não tenha completado seus estudos no tempo regular, o que amplia a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão educacional e à redução das desigualdades.

Dessa forma, a EJA se torna uma modalidade não apenas para oferecer oportunidades de aprendizado àqueles que foram excluídos do sistema educacional, mas também para corrigir distorções históricas, promovendo inclusão social, qualificação profissional e maior participação cidadã. Mais do que um modelo de ensino voltado a uma determinada faixa etária, a EJA cumpre um papel social fundamental ao possibilitar que jovens e adultos retomem sua trajetória educacional e ampliem suas oportunidades de vida.

A EJA vai além de apenas regularizar as séries faltantes no currículo de uma pessoa, esta modalidade é uma forma de ressarcimento pela exclusão vivida por uma boa parcela da população brasileira. Durante muitos anos, a população com renda baixa foi marginalizada do desenvolvimento social e econômico do país, ficando o direito a educação apenas destinada para uma fatia seleta de pessoas. Com a ampliação de um olhar que busca dar igualdade de oportunidade e de direitos para as pessoas, a educação entra como fonte essencial para se atingir este fim.

Com isso, surge a necessidade de compreender as determinações principais e a dinâmica que envolve a aprendizagem de jovens e adultos. Para tanto é muito importante que durante o processo de construção do saber dentro deste espaço e também no entendimento das possíveis transformações qualitativas que a educação viabiliza na vida destes educandos, ter claro que este processo modifica seus alunos como pessoa e principalmente como agente de transformação de sua história e de seu contexto social (Soares; Leal, 2023).

Por isso, torna-se fundamental compreender os principais fatores que influenciam a aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecendo a necessidade de uma abordagem que ultrapasse a mera transmissão de conteúdo. O processo educativo, nesse contexto, deve considerar não apenas o aprendizado formal, mas também as transformações

qualitativas que se refletem na vida dos educandos, tanto em sua dimensão pessoal quanto em sua inserção social e profissional.

3.2 Evasão escolar: desafios e impactos na educação

A educação tem o potencial de transformar os alunos, tornando-os agentes ativos na construção de sua história e na transformação de seu meio social. Isso significa que, ao adquirir conhecimento, esses indivíduos não apenas ampliam suas oportunidades pessoais, mas também fortalecem sua capacidade de intervir e modificar a realidade em que são inseridos. A aprendizagem na EJA não se restringe a um processo individual, mas tem implicações coletivas, promovendo mudanças tanto no aluno quanto na comunidade em que ele vive.

No entanto, apesar dos avanços em relação ao EJA com o passar dos anos uma nova questão ganhou destaque: a evasão destes alunos, já que é notório o declínio no número de matrículas nesta modalidade. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP em 2017 havia um pouco mais de 2 milhões de estudantes matriculados na categoria, ao passo que em 2020 constou-se um pouco mais de 1.7500.00, sendo nos anos seguintes a continuidade na redução de matriculados (Dias; Souza; Ferreira, 2023).

Já os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2023 havia 48,5 milhões de pessoas no Brasil com idades entre 15 até 29 anos, sendo que destas 15,3% trabalhavam e estudavam, 19,8% não estavam estudando nem exercendo atividade laborativa, 25,5% apenas estudavam e 39,4% apenas trabalhavam. Ainda de acordo com o instituto, dentre os homens 53,4% deles justificam a ausência na escola devido à necessidade de trabalhar enquanto entre as mulheres os motivos mais recorrentes eram trabalho com 25,5%, seguido por gestação 23,1% (Barreto; Pinho, 2024).

Estes dados nos mostram que ainda há um caminho para ser percorrido quando se fala em educação para jovens e adultos, expondo a necessidade de um olhar aprofundado sobre a modalidade e sua forma de execução, para identificar as lacunas que ainda existem dentro deste processo e assim conseguir atingir os números adequados de alunos e mantê-los frequente e motivados até a conclusão de seu ensino.

A evasão escolar está ligada às questões do fracasso escolar e se configura como sendo um dos maiores desafios que a educação enfrenta no Brasil, sendo objeto de vários estudos que buscam compreender e minimizar a sua ocorrência bem como as possíveis consequências do ato, sendo assim um complexo processo histórico que ainda perdura na atualidade (Barbosa, 2017).

Barbosa (2017) aponta que a evasão escolar está diretamente relacionada ao fracasso escolar, ou seja, ao insucesso dos alunos no processo de aprendizagem, seja por dificuldades pedagógicas, falta de apoio, condições socioeconômicas ou outros fatores. Esse aspecto é considerado um dos grandes desafios da educação no Brasil, pois compromete o direito à educação e afeta a formação profissional e a cidadania dos indivíduos.

Um educando ao se matricular na EJA possui diferentes motivos, sendo os mais comuns aqueles relacionados com a visão de que o estudo o pode proporcionar um futuro mais promissor além do desejo de finalizar os estudos. No entanto, muitos destes que se matriculam, acabam por abandonar as aulas, evadindo-se das escolas um tempo depois, sendo os motivos desta evasão tão variados quanto aqueles motivos que os fizeram procurar pela continuidade nos estudos (Soares; Leal, 2023).

A evasão escolar tem sido amplamente estudada com o objetivo de entender suas causas e buscar estratégias para reduzir sua incidência, pois suas consequências são graves, tanto para o indivíduo – que pode enfrentar dificuldades no mercado de trabalho e na inclusão social – quanto para uma sociedade, que sofre com o aumento das desigualdades e a perda de capital humano qualificado.

Estudos e análises sobre o público-alvo da EJA e suas motivações para a não continuidade nos estudos concluíram que os padrões atuais da EJA não são satisfatórios e apesar das reformulações ainda há muito a se avançar para conseguir superar os problemas observados, reformulando e moldando uma nova identidade que abarque as necessidades básicas dos jovens e adultos que frequentam os bancos escolares, levando em consideração suas realidades (Matos, 2018).

A perspectiva que faz que com uma pessoa retorne para os bancos escolares muitas vezes não são condizentes com o que é encontrado dentro da sala de aula ao retornar para a escola. Essa discrepância entre o que o aluno espera e o que é a realidade da EJA pode se tornar um obstáculo para a continuidade dos estudos uma vez que este fato pode se juntar a outros motivos que também influenciam a desistência do estudante.

Em consonância com isso, a modalidade deve estar em constante reformulação, visto que diferente das demais modalidades, a junção entre o ensino e a aplicabilidade na vida do discente será fator primordial para a adesão de seu público-alvo. Paulo Freire na década de 1960, já enfatizava a importância de que a educação para essa faixa etária seja moldada de acordo com a realidade e a vivência de seus alunos, visto que estes trazem para a escola uma bagagem de vida que deve ser considerada, visto sua importância na formação deste sujeito.

Ao considerar as vivências e as trocas de experiências que chegam à escola, além de conferir voz a esse sujeito, constroem-se também importantes fatores de proteção contra a evasão escolar. O reconhecimento de suas trajetórias fortalece o sentimento de pertencimento e amplia o vínculo com o ambiente educativo. Dessa forma, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a constituir-se como lugar de acolhimento, diálogo e valorização da identidade dos educandos.

Evasão é o ato de se, fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. Quando o aluno ou aluna não permanecem no ambiente escolar trata-se de evasão. Entende-se também, por fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade (Silva, 2020, p. 172).

Silva (2020, p. 172) define a evasão como o ato de abandonar ou desistir de algo, no caso, a escola. Isso significa que um aluno ou ex-aluno que deixa de frequentar uma instituição de ensino, sem concluir a etapa em que estava matriculado, caracterizando-se como um caso de evasão escolar. A evasão não ocorre apenas por falta de interesse, mas pode estar relacionada à necessidade de realizar outras atividades, como trabalhar para ajudar na renda familiar, cuidar de familiares ou até mesmo lidar com dificuldades pessoais e sociais.

Também se utiliza do termo abandono ou desistência quando falamos em evasão escolar. Para alguns autores a distinção entre abandono e desistência está no fato de que o primeiro ocorre ao final do ano letivo, enquanto o segundo acontece em qualquer momento durante o ano letivo, nas duas situações há o afastamento do aluno da escola e a interrupção definitiva ou temporária da escolarização. No entanto, na ocorrência do abandono ou da desistência, a evasão escolar é caracterizada (Sampaio, 2018).

Assim, compreende-se por evasão escolar quando um aluno ao finalizar o ano letivo, mas não efetua sua matrícula para o ano letivo seguinte, estando este aluno aprovado ou não. De tal modo, entende-se que a evasão escolar nada mais é que uma consequência do fracasso escolar e as variáveis contidas neste resultado vão desde questões singulares do aluno, até fatores institucionais e do processo de educar da própria sala de aula (Freire, 1997).

A palavra **evasão** vem da palavra *evasio* do *latim* e possui o significado de evadir-se, fuga. Enquanto evadir, também vem da palavra latina *evadere* e significa evitar, desviar. Quando colocamos essas duas palavras dentro do contexto escolar, o significado não deve se limitar a simples interpretação de saída da escola, pois contempla o abandono do processo antes iniciado de ensino e aprendizagem do sujeito (Rocha; Coelho, 2024).

Consequentemente, dentro do âmbito escolar, a palavra evasão vem carregada de um amplo significado, pois além do sentido de que o aluno deixou de continuar seu processo de

escolarização, a evasão escolar vem também carregada de outros sentidos, uma vez que o abandono escolar não se limita apenas a não continuidade do estudo, ele traz consigo questões sociais, culturais e econômicas.

Com isso, a evasão escolar tira da escola milhões de alunos gerando consequências nestes que abandonaram a escola e também na própria instituição de ensino, uma vez que manter o aluno na escola faz parte das metas que as instituições de ensino devem alcançar. Além disto, a sociedade também é afetada em sua totalidade, pois aquele estudante que não concluiu o ensino terá maior probabilidade de não se qualificar para o mercado de trabalho e para exercer seus direitos de forma plena, podendo ocasionar no futuro problemas na sua vida e para a sociedade (Costa, *et al.*, 2020).

Dentre as consequências possíveis, estão aquelas relacionadas ao campo de desenvolvimento profissional do indivíduo, já que, com qualificação reduzida, é destinatário direto de empregos precarizados que contribuem, em grande parte, para sua inclusão em situações de vulnerabilidade e dependência social. Por conseguinte, pessoas em situação de vulnerabilidade social estão sujeitas a vários riscos, tais como envolvimento com drogas ou substâncias ilícitas, alcoolismo, crimes, violência tanto em casa quanto fora de casa, fome, doenças, problemas psicológicos e outros. Essas condições são agravadas em situações de pobreza, o que traz sérias consequências para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, sendo também um indutor do trabalho infantil (Sampaio, 2018, p. 8).

Sampaio (2018, p. 8) destaca as graves consequências da evasão escolar, especialmente no campo de desenvolvimento profissional e social do indivíduo. Quando um aluno abandona a escola, sua qualificação profissional torna-se limitada, proporcionando suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Isso o torna mais vulnerável a empregos precarizados, com baixas atualizações e poucas garantias trabalhistas, o que contribui para sua permanência em ciclos de pobreza e exclusão social.

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, traz consigo a repetição de um padrão de marginalização desta população. Ao se construir a EJA, uma das metas era trazer para o centro aquelas pessoas que antes ficavam a margem do desenvolvimento econômico, social e cultural e com o abandono do processo de escolarização, estas pessoas caminham na direção de novamente ficarem a margem de seus direitos como cidadãos.

Considerando que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, torna-se relevante compreender os processos envolvidos no abandono escolar, a fim de viabilizar a construção de estratégias capazes de minimizar os índices de evasão, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tal compreensão permite identificar fatores estruturais,

institucionais e sociais que influenciam a permanência dos estudantes, subsidiando a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

A evasão escolar é caracterizada quando o aluno para de frequentar as aulas, e não apresenta intencionalidade de retorno, não renovando a matrícula e assim rompendo com o vínculo existente entre a escola e o aluno, logo constituindo o abandono escolar durante o ano letivo. Esse processo de abandono escolar apresenta diversas consequências, e é constituída de uma pluralidade de motivos (Ferreira; Oliveira, 2020).

Quando se busca minimizar o quantitativo de evasões entre jovens e adultos é importante que a conduta adotada pelos docentes seja compatível com a dinâmica própria que deve ser utilizada com este público em questão. É importante que se leve em consideração o contexto social e cultural no qual estes alunos estão inseridos e sua gama de conhecimentos já adquiridos (Matos, 2018).

Evidencia-se, mais uma vez, a importância de que o espaço educacional seja estruturado de modo a valorizar a cultura, as experiências e as trajetórias dos alunos que nele ingressam. A construção de um ambiente acolhedor, pautado no respeito, na escuta e na identificação com a realidade dos estudantes, configura-se como um relevante fator de proteção contra o abandono escolar.

Quando os educandos se reconhecem no processo formativo e percebem que seus saberes são legitimados, fortalecem-se os vínculos com a escola e amplia-se o sentimento de pertencimento. Essa relação contribui significativamente para a permanência e o engajamento na trajetória educacional.

Somado a isso, é significativo compreender que a temática evasão escolar é multifatorial e seus prejuízos atingem tanto os alunos como a sociedade como um todo, uma vez que este indivíduo que evadiu do ambiente escolar abandona a oportunidade de ampliar seu repertório acadêmico, cultural e consequentemente de participação social (Ferreira; Oliveira, 2020).

A evasão é um dos maiores percalços no desenvolvimento do aluno jovem ou adulto que, por diversos fatores, internos e/ou externos à escola, foram levados ao abandono escolar. E esse problema deve ser conduzido com seriedade para que futuras turmas ou até mesmo a modalidade EJA não acabe por falta de alunos e/ou projetos que visem à garantia de permanência no recinto educacional (Fernandes; Oliveira, 2020, p. 90).

Fatores relacionados ao modo de ensino e didática adotados pela instituição poderá ser um fator decisivo no aumento ou na queda da evasão escolar, uma vez que entre jovens e adultos o conhecimento adquirido deve fazer sentido dentro de sua realidade e no seu dia a dia. Em

conformidade com essa afirmação, Fernandes e Oliveira (2020) destacam que entre os motivos para a evasão escolar deste público estão: falta de projetos que despertem o interesse dos alunos em permanecer na escola; falta de motivação dos estudantes; dificuldade em encontrar professores que sejam mais comprometidos com a educação; e percepção dos alunos de que a direção da escola não os trata com o mesmo respeito que os demais estudantes.

Lidar com a multiplicidade das origens da evasão é necessário para a compreensão e enfrentamento do fenômeno. A desmotivação diante do estudo, ausência de suporte familiar, indisciplina, sobrecarga de trabalho ou afazeres domésticos/familiares são exemplos de motivações intrínsecas ao estudante.

Enquanto as estruturas precárias de muitas instituições de ensino, criação de um espaço de diálogo entre escola e alunos, falta de manejo do corpo docente, são motivações extrínsecas ao aluno (Silva, 2020). A problemática não pode ser atribuída apenas a um fator isolado ou um agente, a evasão envolve todos que estão inseridos naquele ambiente.

[...] Entender que a participação dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar (alunos, alunas, professores, professoras, supervisores e supervisoras pedagógicos, diretores, diretoras e famílias) é indispensável na resolução deste problema que afeta um número expressivo de instituições de ensino da rede pública (Silva, 2020, p. 173).

Silva (2020, p. 173) enfatiza a importância da participação de todos os envolvidos no ambiente escolar para enfrentar o problema da evasão escolar. Incluem-se, nesse movimento, alunos e alunas, professores e professoras, supervisores e supervisoras pedagógicas, diretores e diretoras, além das famílias. A atuação articulada desses sujeitos fortalece a construção de estratégias coletivas de acompanhamento e intervenção, favorecendo a identificação precoce de situações de risco. Diante disso, consolida-se uma rede de apoio capaz de promover a permanência, o engajamento e o sucesso escolar dos estudantes.

A presença ativa dos professores e da equipe gestora possibilita criar um ambiente acolhedor e motivador, enquanto o envolvimento das famílias ajuda a garantir que os alunos se sintam incentivados a permanecer na escola. Igualmente, quando os próprios estudantes participam das decisões e das estratégias para tornar uma escola mais atrativa e inclusiva, há um fortalecimento do vínculo escolar.

Levando em consideração que a relação entre estudantes e instituição de ensino é fundamental para minimizar o número de evasão escolar e que quanto mais estreita esta relação está, mais significativa ela será para o desenvolvimento de seus discentes a Resolução SEE nº

4955 de 05 de fevereiro de 2024 que altera o ensino do Cesec de semipresencial para EAD é um ponto que pode ser considerado como crítico.

As relações que são estabelecidas dentro do ambiente da escola, são partes importantes do processo de aprendizagem, uma vez que ali se torna propício o desenvolvimento da autonomia do aluno, além de influenciar na adaptação das relações coletivas e na troca de experiências que serão relevantes para todo o processo de ensino/aprendizagem (Araújo *et al.*, 2023). Em decorrência disso, a alteração do ensino semipresencial para o EAD no CESEC afetará entre outras questões, a elaboração de vínculos sociais e afetivos importantes para o desenvolvimento dos alunos ali presentes, uma vez que limita a interação entre eles.

Por meio das relações sociais que o ambiente escolar proporciona para os educandos, muitas questões intrínsecas são desenvolvidas sem que os alunos tenham conhecimento, uma vez que presentes no mesmo ambiente eles possuem a oportunidade de expressar seus anseios e seus conhecimentos, expor suas opiniões e reivindicar por seus direitos, elaborando assim, conceitos importantes para o desenvolvimento de sua cidadania e atuação como agente de transformação.

O convívio é de extrema importância para o processo de ensino e aprendizagem, onde a integralidade do conhecimento deve ser alcançada através da compreensão das diversidades do meio para que estes se vejam como transformadores sociais (Araújo *et al.*, 2023, p. 57).

Os Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) foram criados em Minas Gerais com o objetivo de atender a uma grande demanda por Educação de Jovens e Adultos que, por diversos motivos, não conseguiram concluir seus estudos no tempo adequado. A criação desses centros foi uma resposta à necessidade de ampliar o acesso à educação, especialmente para aqueles que, devido a fatores socioeconômicos e familiares, não puderam seguir o ritmo da educação convencional.

A proposta inicial dos Cesecs era oferecer uma segunda chance educacional, permitindo que adultos, pais de família e trabalhadores tivessem a oportunidade de concluir o ensino fundamental e até mesmo o ensino médio, com uma metodologia que fosse mais acessível à realidade de suas vidas.

Em outras palavras, o objetivo principal é oferecer aprendizagem de habilidades e de conteúdos importantes para o desenvolvimento não apenas profissional, como também o social e o pessoal. À luz do exposto, ofertar um ensino que esteja em acordo com a realidade do aluno torna o processo mais significativo e facilita o despertar do interesse pelos alunos, uma vez que

poderão colocar em prática o conhecimento que adquiriu na escola (Governo do Estado de Minas Gerais, 2016).

Ao longo dos anos, os Cesecs se tornaram um espaço importante de transformação social, atendendo principalmente àqueles que veem na educação uma oportunidade de mudança em suas condições de vida. Para muitos alunos, a escola é mais do que um lugar de aprendizagem: é um ponto de apoio, um espaço onde podem encontrar suporte, orientação e um caminho para a ascensão social. A flexibilidade do modelo semipresencial foi um dos pilares que permitiu que muitos desses alunos continuassem seus estudos, equilibrando suas responsabilidades familiares e profissionais com a educação.

A modalidade em formato EAD retira desses alunos a oportunidade de realizar trocas significativas para o seu desenvolvimento, além de diminuir a percepção de pertencimento a um grupo, essa sensação é fundamental para que o indivíduo tenha consciência de que sua história se assemelha a de várias outras pessoas e assim encontre no grupo de pares, o fortalecimento que precisa para dar continuidade em seu processo de escolarização.

Um dos grandes diferenciais da EJA, é o olhar diferenciado que ela possibilita sobre os alunos que dela necessitam, com uma constante necessidade de buscar alternativas e meios que possam combinar os conhecimentos trazidos pelos alunos com a metodologia proposta, a fim de prover uma aprendizagem significativa e satisfatória (Silva, 2021). Contudo, com a recente mudança para o ensino predominantemente à distância, surgem preocupações sobre o impacto negativo que essa transição pode ter, especialmente em relação à evasão escolar.

Para os gestores e professores dos Cesecs, essa mudança não é vista como uma solução, mas como uma estratégia que pode agravar ainda mais os problemas já existentes. A adaptação do ensino a distância exige uma infraestrutura tecnológica adequada, o que nem todos os alunos possuem, além de uma autonomia no aprendizado que muitos ainda não conseguem desenvolver, especialmente aqueles que têm pouca experiência com ferramentas digitais ou que enfrentam dificuldades no acesso à *internet*.

Muitos destes estudantes podem apresentar dificuldades significativas quanto ao acesso à *internet* uma vez que podem não possuir em casa um ambiente motivador e tranquilo para realizar suas aulas ou mesmo não possuir os recursos tecnológicos necessários (Dias; Souza; Ferreira, 2023).

Considerando esses aspectos, com o ensino EAD pode-se fazer o caminho reverso ao que a proposta de ensino para jovens e adultos preconiza. Ao invés de reparar a marginalização que perdurou durante muitos alunos com essa parcela da população, ao exigir para o ensino um

recurso tecnológico ou de conhecimento que ele não possui, voltamos a colocá-lo a margem do desenvolvimento da sociedade.

A Resolução SEE nº 4955 de 05 de fevereiro de 2024 dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nos Centros Estaduais de Educação Continuada – Cesec. O artigo art. 28 da resolução trata especificamente da distribuição da carga horária, sendo estipulado que 20% da carga horária será reservada para atividades presenciais, incluindo aqui orientação de estudos, realização de autoavaliação e avaliação final e os outros 80% serão destinados para atividades à distância (Governo do estado de Minas Gerais, 2024).

Sob essa perspectiva, não apenas a interação entre alunos será prejudicada, mas a própria interação entre alunos e professores, uma vez que a carga horária destinada para atendimento presencial diminui de forma significativa. A redução da interação direta entre alunos e professores, característica do ensino à distância, também pode comprometer o vínculo afetivo e a motivação dos estudantes.

Muitos dos alunos dos Cesecs são adultos que buscam na escola não apenas um diploma, mas uma oportunidade de transformação pessoal e social. São pessoas que, ao longo dos anos, foram marginalizadas pelo sistema educacional tradicional e que encontram no ambiente escolar uma chance de resgatar a autoestima e de superar as limitações impostas pela falta de acesso à educação de qualidade.

Para esses alunos, a presença física do professor, o apoio emocional e a troca direta com os colegas são fundamentais para o sucesso no processo educativo. Esse olhar sobre a importância do vínculo social que a sala de aula proporciona ganhou força durante o período da pandemia em que as aulas foram paralisadas e iniciou-se o ensino de maneira remota.

Desde então, os prejuízos que esse distanciamento social ocasiona são pontos fundamentais a serem considerados. O distanciamento social fragiliza além das interações sociais outras questões como motivação, aprendizado, frequência de participação nas aulas, falta de contato direto entre docentes e alunos (Araújo *et al.*, 2023).

O período pandêmico e o ensino remoto que prevaleceu durante a crise sanitária, geraram e ainda geram muitas consequências no ensino, visto que o distanciamento que foi estipulado naquele período gerou consequências na qualidade do ensino ofertado e na retenção de conhecimentos por parte dos alunos.

Sendo assim, diante da experiência já vivida, o modelo EAD proposto atualmente para os Cesec não deverão obter resultados distintos daqueles obtidos durante o distanciamento social que já foi vivido anteriormente. “[...] o ensino não presencial retira a experiência humana

de contato social que promove a construção de relações, e desta forma se perde a percepção das necessidades dos estudantes, bem como, reitera a evasão escolar (Araújo *et al.*, 2023, p. 57)”.

Ainda, como anteriormente citado, o modelo à distância tende a excluir ainda mais os alunos mais vulneráveis, aqueles que têm menos recursos e menos suporte familiar para lidar com a nova realidade educacional. Essa mudança, na prática, pode reforçar a exclusão social, uma vez que a redução de custos, característica dos governos neoliberais, está diretamente ligada à diminuição da presença de professores e à eliminação de estruturas de apoio.

Tal trajeto vai à direção contrária dos objetivos da educação para jovens e adultos que objetiva retirar seus alunos da exclusão bem como da exploração, indo além da emissão de um certificado. É preciso oportunizar a educação de forma a gerar mudanças significativas na vida daqueles que ali estão, colocando-os no caminho de novas oportunidades de emprego, participação social e acesso à cultura e lazer (Scherer *et al.*, 2023).

O governo estadual, ao adotar essa estratégia, busca reduzir os custos com infraestrutura e pessoal, mas sem considerar as implicações sociais dessa decisão. Ao focar na economia de recursos, a estratégia acaba por marginalizar ainda mais os indivíduos que buscam na educação uma forma de transformação, sem levar em conta que, para muitos, o acesso ao ensino é a única forma de melhorar a qualidade de vida.

É importante destacar que devido às características socioeconômicas do público do Cesec, a modalidade EAD pode evidenciar ainda mais as desigualdades sociais que demarca a sociedade, uma vez que alguns alunos terão condições de terem acesso às tecnologias e a *internet*, enquanto outros ficaram marginalizados neste processo devido à dificuldade em ter acesso às ferramentas digitais necessárias ou mesmo por não saberem utilizar aqueles disponíveis (Victor; Santos, 2024).

O impacto dessa alteração no formato da oferta do ensino no Cesec poderá contribuir de forma relevante para a evasão escolar daqueles alunos que além das dificuldades em conciliar os estudos com os afazeres diários, ainda apresentam limitação de recursos para adquirir as ferramentas necessárias para assistir as aulas ou mesmo não possuem conhecimentos básicos para utilizar tais recursos, uma vez que uma parcela do público que é atendido pela modalidade são idosos e com escolarização baixa.

Em contrapartida, essa tentativa de redução nos números de professores com o objetivo de reduzir gastos com a modalidade vai em direção a outro desafio que a EJA enfrenta: o fechamento e diminuição no número de turmas que ofertam o ensino para jovens e adultos. A

concentração de turmas em poucas ou apenas uma unidade escolar nos municípios dificulta o acesso e a permanência do estudante na escola (Dias; Souza; Ferreira, 2023).

A partir daí, é comum a culpabilização aos estudantes como justificativa para o desinvestimento na modalidade, a partir da afirmação de que os estudantes evadem muito e que investir na EJA é um desperdício. Esse tipo de prática e concepções nesta área é comum (Dias; Souza; Ferreira, 2023, p. 8554).

Dias, Souza e Ferreira (2023, p. 8554) destaca um problema recorrente na Educação de Jovens e Adultos (EJA): a culpabilização dos próprios estudantes pela evasão escolar. Ao considerar os desafios estruturais e sociais que levam muitos alunos a abandonarem os estudos, há uma tendência de responsabilizá-los individualmente, justificando assim a falta de investimentos na modalidade.

Esse tipo de discurso reforça a concepção equivocada de que a EJA não merece prioridade em termos de atenção e investimento, sob a justificativa de que os alunos “não querem estudar” ou “sempre desistem”. Tal perspectiva simplifica um fenômeno complexo e desconsidera as múltiplas determinações que atravessam a trajetória desses estudantes.

Ignoram-se, nesse contexto, fatores como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a insuficiência de políticas públicas de apoio, a ausência de metodologias adequadas às especificidades do público jovem e adultos e, ainda, a precarização da oferta educacional. Ao desconsiderar essas dimensões estruturais e sociais, transfere-se indevidamente a responsabilidade da evasão para o próprio estudante, invisibilizando os condicionantes históricos e institucionais que influenciam sua permanência ou abandono escolar.

No artigo 46 da resolução SEE nº 4955 de 05 de fevereiro de 2024 é definido como será a distribuição do efetivo de profissionais que atuará nos Cesecs, visto que com a implementação do ensino EAD, este quadro de pessoal exigirá menos profissionais.

Art. 46 - O Quadro de Pessoal do Cesec será definido por Resolução específica de Quadro de Pessoal, publicada pela SEE/MG. §1º - A adequação do quantitativo de Professores Orientadores de Aprendizagem se dará em função da carga horária prevista na matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos e do número de estudantes matriculados e enturmados no SIMADE, semestralmente. §2º - O cumprimento da jornada de trabalho do Professor Orientador de Aprendizagem obedecerá à legislação de pessoal vigente (Governo do estado de Minas Gerais, 2024, p. 7).

O ensino remoto possibilita que o mesmo professor atenda ao mesmo tempo um número maior de estudantes, o que não é possível com turmas presenciais, reforçando assim, o desejo da política neoliberal de cortar recursos nas esferas mais carentes e que possuem menos articulação e menos conhecimentos para reivindicar seus direitos. Sendo assim, o objetivo de

que formar cidadãos mais conscientes de seus direitos e mais atuantes dentro do quadro social, político e econômico fica em segundo plano.

Essa mudança para o ensino à distância, não é apenas uma mudança de modelo educacional, mas também uma forma de aprofundar a desigualdade educacional. Em vez de buscar soluções que garantam mais apoio e inclusão para esses alunos, a redução da carga horária presencial e o enxugamento do quadro de professores tendem a enfraquecer ainda mais os vínculos com a escola e aumentar a dificuldade de conclusão do curso.

Para os alunos que veem na escola uma possibilidade concreta de transformação social, a mudança pode representar mais uma barreira ao acesso, à permanência e à concretização do sonho de um futuro melhor. Quando as políticas e práticas educacionais não consideram suas realidades e necessidades, ampliam-se as dificuldades já existentes, comprometendo trajetórias que poderiam ser marcadas pela superação e pela conquista de novos horizontes.

Com essas mudanças, o ensino voltado para jovens e adultos, fundamentado nos preceitos de Paulo Freire, pode gradativamente perder sua essência emancipatória. A proposta freiriana valoriza o diálogo, a problematização da realidade e o reconhecimento dos saberes construídos ao longo da vida dos educandos, elementos centrais para uma formação crítica e transformadora.

Fernandes, Nogueira e Tronco (2023) destacam que a metodologia freiriana enfatiza a importância de que o processo de ensino e aprendizagem contemple as vivências e os conhecimentos trazidos pelos alunos, articulando os aportes teóricos à realidade concreta dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, o conhecimento deixa de ser mera transmissão de conteúdos e passa a constituir-se como construção coletiva, vinculada à experiência e à transformação social.

O modelo proposto para o Cesec em formato EAD dificultará a exploração desse universo particular que os alunos trariam para a sala de aula, deixando então as questões culturais, as vivências e as histórias deste público de fora do processo de ensino, o que ocasionará em uma menor identificação com o ensino, maior dificuldade em assimilar os conteúdos teóricos com a aplicabilidade no dia a dia e maior propensão para a evasão escolar.

Freire postula que a educação deve ser uma prática que promova a liberdade, sendo o conhecimento construído a partir das vivências apresentadas pelos alunos, dentro do Cesec e da EJA isto significa que sua estruturação deve ser realizada de forma a permitir que os alunos possam trocar suas experiências e aplicar em sua vida aquilo que tem aprendido na escola (Silva, 2024).

Em síntese, a criação dos Cesecs teve como propósito combater a exclusão educacional, oferecendo uma segunda chance para aqueles que mais precisavam de apoio. A transição para o ensino a distância pode ser vista como um retrocesso, que ameaça não apenas a continuidade do processo de aprendizagem, mas também a possibilidade de uma transformação social que muitos desses alunos ainda buscam.

O impacto dessa mudança reflete uma lógica neoliberal de corte de custos que, embora econômica em curto prazo, gera consequências sociais profundas, afetando aqueles que mais dependem da educação para superar as dificuldades e alcançar uma vida melhor. Ao priorizar a racionalidade financeira em detrimento do compromisso social, enfraquece-se o papel emancipador da escola e ampliam-se as desigualdades já existentes. A longo prazo, tais medidas podem comprometer não apenas trajetórias individuais, mas também o desenvolvimento social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A escola é considerada como sendo além de um espaço de transmissão de conhecimento acadêmico, um espaço de convivência entre alunos, professores e a comunidade de forma geral, proporcionando o desenvolvimento da cidadania nas pessoas. E partir da junção do ambiente escolar com outros setores da vida do indivíduo, que se consegue garantir que estes possam conviver de forma saudável e adequada no contexto em que estiverem inseridos.

Logo, quando se fala em evasão escolar é inevitável que não ocorra uma preocupação com o avanço do processo de escolarização dos jovens e adultos. Essa ruptura compromete de forma significativa os resultados da educação em todo o país e consequentemente atinja outras camadas como a cultural, social e econômica. “A falta de conclusão da educação formal nos níveis que se seguem contribui consideravelmente para que a linha de pobreza se acentue” (Silva, 2020, p. 173).

Diante disso, a evasão escolar não é um fenômeno que afeta apenas aquelas pessoas que estão diretamente envolvidas no processo, como os alunos e as instituições de ensino. O abandono escolar impacta todos os setores de uma sociedade uma vez que coloca dentro da sociedade indivíduos que não foram levados ao seu máximo desenvolvimento, fazendo com que eles produzam menos e sejam menos atuantes diante de seu papel como cidadão dotado de direitos e deveres.

Assim, para reduzir os índices de evasão na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), torna-se imprescindível a adoção de uma abordagem multifacetada, capaz de contemplar tanto as determinações socioeconômicas quanto os desafios educacionais específicos enfrentados por esses estudantes. É necessário reconhecer que o abandono escolar

não decorre de um único fator, mas resulta da interação entre condições materiais de vida, trajetórias interrompidas e fragilidades institucionais.

Políticas públicas integradas, aliadas a práticas pedagógicas contextualizadas e a mecanismos de acompanhamento contínuo, mostram-se fundamentais para promover a permanência e o sucesso escolar. Somente por meio de ações articuladas e sensíveis à realidade do público da EJA será possível enfrentar, de maneira efetiva, esse fenômeno complexo.

O investimento nos alunos da Educação de Jovens e Adultos, além de beneficiar os estudantes de forma individual, também fortalece a sociedade, uma vez que promove inclusão, desenvolvimento sustentável e, sobretudo, igualdade de oportunidades (Victor; Santos, 2024). Ao ampliar o acesso à escolarização e favorecer a qualificação profissional, contribui-se para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da cidadania.

A formação educacional de jovens e adultos repercute positivamente no desenvolvimento econômico e na participação social, uma vez que sujeitos mais escolarizados tendem a exercer seus direitos de maneira mais consciente e ativa. Trata-se, portanto, de um investimento que transcende o âmbito individual e assume relevância estratégica para o progresso coletivo e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Com isso, o sistema de ensino deve estar sempre buscando estratégias para diminuir ou mesmo evitar a evasão escolar, bem como o desinteresse dos educandos durante o processo de aprendizagem deles. Mesmo com as várias modificações que as escolas que ofertam a EJA já passaram, ainda é necessário vencer o viés social dos programas de educação destinado para este público (Carvalho; Silva; Matos, 2024).

É preciso que o olhar sobre o abandono da escolarização seja minucioso e focado nos detalhes que poderá contribuir para diminuir e/ou sanar a problemática, com atuação política em todas as camadas da sociedade, atingindo aqueles que diretamente estão envolvidos como grupo escolar e alunos e aqueles que não estão diretamente envolvidos, como a sociedade como um todo, focando no desenvolvimento cultural, social e econômico daquela comunidade onde a evasão escolar tem se tornando assídua.

Os fatores externos ao aluno possuem um forte impacto para a decisão do aluno em não dar continuidade no seu processo de escolarização, possuindo muitas vezes um peso maior na tomada de decisão do que aqueles fatores internos, sendo de muita relevância a compreensão destes fatores que vão além da responsabilidade ou decisão do aluno. Sendo entendido aqui como fatores de responsabilidade do ambiente escolar, questões sociais e familiares (Sampaio, 2018).

Sob esse enfoque, se faz importante compreender os motivadores para a evasão escolar que esteja relacionada com a escola, o ambiente escolar, professor e seu modo de ensino, bem como compreender aqueles motivos intrínsecos do público-alvo da EJA. O combate à evasão inicia quando na elaboração do projeto pedagógico se busca aparar todas as arestas que podem ter relação com o abandono do aluno ao estudo.

Um dos motivadores para a que o estudante evada da sala de aula é a organização do trabalho pedagógico. Entende-se que o propósito da **Organização do Trabalho Pedagógico** – OTP deve caminhar na direção de proporcionar a produção de um conhecimento que proporcione aos alunos incorporar em suas personalidades, porções de cultura por meio do processo educativo.

Em outras palavras, a escola deve ir além da simples emissão de certificados em larga escala, especialmente quando esses não promovem transformações significativas na vida dos educandos e em sua comunidade (Sewald; Portelinha; Rocha, 2023). É fundamental que a formação ofertada esteja comprometida com a construção de conhecimentos relevantes e com o desenvolvimento de competências que impactem positivamente as trajetórias pessoais e coletivas. Somente assim a educação cumprirá sua função social, deixando de ser um processo meramente burocrático para tornar-se um instrumento efetivo de emancipação e transformação social.

Quando o OTP é construindo levando em consideração a comunidade escolar, ele fomenta em seus alunos a sensação de pertencimento daquele mundo escolar, além de fazer com que os discentes consigam associar os conhecimentos teóricos com sua realidade de vida, favorecendo assim a adesão as propostas acadêmicas e a continuidade da escolarização.

Sewald, Portelinha e Rocha (2023) enfatizam que a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) não deve restringir-se às atividades desenvolvidas pelos professores em sala de aula. Ao contrário, deve envolver a totalidade da instituição escolar, articulando ações, decisões e práticas que ultrapassem o espaço da aula. Nessa perspectiva, a OTP compreende a gestão, o planejamento coletivo, a avaliação e as relações estabelecidas no cotidiano escolar, assegurando que os processos pedagógicos estejam integrados ao contexto institucional e às necessidades da comunidade atendida.

Em outras palavras, entende-se que a OTP se constitui em diferentes níveis da dinâmica escolar, abarcando a escola de forma total e a sala de aula. Aqui inclui as ações da equipe gestora da instituição, o relacionamento entre professores e gestores, as interações entre docentes e alunos e as próprias interações entre os estudantes. A importância da organização

do trabalho pedagógico é destaque porque ela impede que o olhar seja limitado nas interações entre professores e alunos (Dias, 2014).

A OTP faz a junção entre todas as unidades da escola, ela abrange o ensino para além da sala de aula, colocando na gestão escolar a responsabilidade que cabe a ela executar, uma vez que não é apenas o professor que faz com que o aluno se sinta pertencente aquele universo, toda a equipe pedagógica e de gestão é responsável por construir um ambiente escolar favorável para o processo de ensino e aprendizagem.

Na atualidade, os sistemas de educação enfrentam grandes desafios na elaboração de seus currículos e metodologias, pois precisam não apenas trazer o aluno para dentro da escola, precisam também proporcionar condições para que estes alunos permaneçam estudando, ou seja, é necessário ocorrer identificação dos discentes com a instituição de ensino. A falta de interesse dos alunos na aprendizagem é um motivo muito relevante quando se fala em evasão escolar, trazendo à luz a importância do papel do professor neste processo.

O professor, além de trazer os conteúdos que são ministrados nas aulas, precisa fazer a interlocução destes conteúdos com a realidade dos alunos, tornando assim, pertinente e atrativo aos olhos dos discentes (Silva, 2021).

A matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um elemento central para a eficácia dessa modalidade de ensino, cuja principal finalidade é oferecer uma formação adequada às necessidades de uma população extremamente diversa. A composição da matriz curricular na EJA visa não apenas suprir lacunas educacionais, mas também desenvolver competências que permitam a inserção social e profissional dos alunos. No entanto, o desafio de conciliar a estrutura curricular com as realidades socioeconômicas e culturais dos estudantes da EJA é significativo, exigindo uma abordagem diferenciada e flexível (Silva, 2024, p. 6).

Silva (2024, p. 6) destaca a importância da matriz curricular na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um fator determinante para a eficácia dessa modalidade de ensino. A matriz curricular é responsável por estruturar os conteúdos e as metodologias de ensino, garantindo que a formação oferecida atenda às necessidades específicas desse público, que é altamente diversa em termos de idade e experiências de vida.

Além de preencher lacunas educacionais, a matriz curricular da EJA deve promover o desenvolvimento de competências que favoreçam a inserção social e profissional dos alunos, ampliando suas oportunidades no mundo do trabalho e na vida em sociedade. É fundamental que o currículo esteja articulado às demandas contemporâneas, sem perder de vista a formação crítica e cidadã.

Ao integrar conhecimentos científicos, saberes práticos e experiências de vida dos educandos, a proposta curricular contribui para a construção de trajetórias mais autônomas e emancipadas. Dessa forma, a EJA consolida-se não apenas como modalidade de escolarização tardia, mas como espaço efetivo de transformação pessoal e social.

No entanto, um dos principais desafios mencionados na citação é equilibrar essa estrutura curricular com a realidade dos estudantes da EJA, que muitas vezes enfrenta dificuldades como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, responsabilidades familiares e até mesmo obstáculos financeiros.

O papel do professor é fundamental para o combate à evasão escolar na EJA, visto que ele está diretamente envolvido na motivação dos seus alunos e no processo de ensino e de aprendizagem, assim é função do docente criar um ambiente acolhedor, adaptar os métodos de ensino, promover a valorização e autoestima dos alunos, realizar o apoio e acompanhamento individual dos discentes, prover um ambiente com diálogo aberto, incentivar a participação de seus aluno e flexibilizar e personalizar o ensino.

É um desafio constante enfrentado por todos os que fazem a educação no Brasil e, em especial, a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) que necessita do apoio incondicional do professor e de todos que estão envolvidos de forma direta com a modalidade de ensino EJA (Educação de Jovens e Adultos) (Silva, 2021, p. 41).

Na EJA, o papel do professor torna-se ainda mais importante que nas demais modalidades, pois diferente das outras, o professor precisa ter a capacidade de construir um método de ensino que supra as recomendações das legislações educacionais para aquele ano de ensino ao mesmo tempo em que ele realiza um paralelo deste conteúdo didático com a realidade e experiências de seus alunos, tornando cada turma da EJA única na sua forma de associação.

É preciso que o professor consiga unir as técnicas e métodos às vivências de seus alunos, tornando a sala de aula um ambiente acolhedor, que não veja as limitações e histórias de vida por um viés preconceituoso, propondo assim, um ensino totalmente destinado para a motivação e o sucesso de seus alunos.

A educação escolar nada mais é que uma prática social que realiza uma mediação entre os sujeitos ali presentes e o contexto educacional, estando tanto os professores quanto os alunos no lugar de protagonistas dessa construção (Santos, 2022). Trata-se de um espaço de interação, diálogo e produção de sentidos, no qual o conhecimento é elaborado de forma dinâmica e contextualizada.

Nesse movimento, tanto docentes quanto discentes assumem papéis ativos na construção do saber, fortalecendo vínculos, compartilhando experiências e promovendo aprendizagens significativas. Assim, a escola reafirma sua função social de formar sujeitos críticos, participativos e conscientes de sua atuação na sociedade.

A quebra desse viés de preconceito que envolve a EJA é o primeiro passo para a transformação desse modo de ensinar, quando o docente não consegue ver nos seus alunos com idades mais avançadas o poder de superação de limites e de serem possuídos de capacidade de aquisição de conhecimento que poderão transformar suas realidades, dificilmente o profissional conseguirá manter seus alunos motivados e capazes de construir um senso crítico da realidade.

O professor deve estar em constante processo de formação, buscando fomentar em seus alunos uma participação ativa dentro das aulas que são ministradas, fortalecendo a autonomia dos mesmos dentro da escola e também em seu meio social. É importante destacar que nem sempre os docentes do EJA possuem uma formação continuada que foque em trabalhar conforme as necessidades dos alunos, sendo fundamental que a capacitação destes profissionais seja específica para trabalhar com este público, contribuindo assim para a permanência destes alunos (Alves, 2022).

Cursos de especialização atuam como iniciativa de resgatar a cidadania do educando, contribuindo para incentivar o docente a respeitar a cultura de seus alunos, tanto alfabetizados, quanto com nível de escolaridade precária, visto que o docente dessa modalidade de ensino potencializa sua qualificação para trabalhar com as diversidades culturais, exclusão social e desenvolver competências básicas para sua atuação na Educação de Jovens e Adultos (Alves, 2022, p. 11).

Alves (2022) destaca o papel dos cursos de especialização na formação de docentes para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatizando sua importância na valorização da cidadania dos educandos. Isso significa que esses cursos ajudam os professores a considerarem e respeitar a diversidade cultural dos alunos, sejam eles alfabetizados ou com escolaridade precária.

A formação continuada aprimora a capacidade dos docentes de lidar com desafios como a exclusão social e a heterogeneidade presente na sala de aula, desenvolvendo competências essenciais para atuar na EJA. Ao aprofundar conhecimentos teóricos e metodológicos, o professor amplia sua compreensão acerca das especificidades do público jovem e adultos.

Esse processo formativo também favorece a reflexão crítica sobre a própria prática, incentivando a construção de estratégias pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas.

Consequentemente, fortalece-se a qualidade do ensino ofertado e ampliam-se as possibilidades de permanência e sucesso dos estudantes nessa modalidade.

Porém, diante da realidade política de buscar a todo custo o corte de gastos, muitas vezes essa redução de custo, recai sobre a modalidade de ensino que possuem menos evidência dentro do cenário político: A EJA. Com isso, para capacitar os profissionais que atuam com os jovens e adultos, é necessário dispor de recursos financeiros para tal fim e assim, proporcionar a estes profissionais uma capacitação continuada, visto que a aprendizagem do período da formação acadêmica não é focada neste público em questão e a atuação exige uma didática diferenciada daquela que é disponibilizada para crianças em período regular de ensino.

Diante do exposto, os fatores pedagógicos, podem ser considerados como fatores de risco para o aumento na evasão escolar na modalidade. Considera-se como fator pedagógico de risco para a evasão aqueles que não apresentam características de compromisso do professor com o aluno, causados em sua maioria por motivações excludentes dentro do ambiente escolar.

Em outras palavras, os fatores pedagógicos de risco influenciam para que o aluno não elabore ferramentas para enfrentar os problemas que surgem dentro da instituição, porém a culpabilidade não pode ser apenas direcionada a quem leciona, pois há todo um contexto articulado que gera a exclusão e tenta afirmar que a causa da evasão é unilateral (Silva, 2023).

Dentro deste contexto, a metodologia que o professor adota pode muitas vezes se tornar desinteressante para os alunos, aumentando neles o índice de desmotivação, pois favorece com que os jovens e adultos não vejam a escola como uma oportunidade para melhoria de vida já que não foi ofertada uma prática pedagógica inovadora e atraente (Costa, *et. al.* 2020). Quando uma metodologia utilizada não é envolvente ou inovadora, os estudantes podem perder o interesse pelo aprendizado, aumentando o risco de desmotivação.

Sem uma abordagem pedagógica atrativa e significativa, os alunos podem deixar de enxergar a escola como um meio para melhorar suas condições de vida. Isso ocorre porque a falta de inovação no ensino pode tornar o aprendizado mecânico e distante da realidade dos estudantes, impedindo que eles percebam a aplicabilidade dos conteúdos no seu cotidiano e no mercado de trabalho.

O fator chave para a motivação do aluno com o estudo foi objeto de estudo por Paulo Freire e demais estudiosos que conseguiram ver em seu método de ensino algo promissor para a Educação de Jovens e Adultos: a realização de um paralelo entre o conteúdo didático com a vida do aluno. Ou seja, aquilo que o aluno aprende em sala de aula, ele precisa ser capaz de ver aplicabilidade em seu cotidiano. Transpor esse caminho entre o didático e o real é função do

professor, por isso a importância deste profissional estar capacitado para exercer esta função com este público em particular.

Entre os fatores que contribuem para o abandono escolar e que está relacionado com a escola, são eles: a relevância percebida por parte do aluno entre o conteúdo curricular e sua aplicabilidade em seu dia a dia; a flexibilidade disponibilizada das metodologias de ensino; e por último, mas não menos importante, o suporte institucional oferecido para os seus alunos. Estes três fatores associados com um professor capacitado para lecionar para os jovens e adultos, podem ser fatores de proteção significativos contra a evasão escolar (Silva, 2024).

A adequação da matriz curricular às expectativas dos estudantes de EJA é um desafio contínuo. Muitos críticos apontam que o currículo frequentemente falha em considerar as experiências de vida dos alunos, o que pode resultar em desmotivação e, consequentemente, em evasão escolar. A utilização de metodologias tradicionais, que não dialogam com as realidades dos alunos, agrava esse problema. [...] O currículo da EJA deve ser contextualizado e integrado às experiências pessoais e profissionais dos estudantes, promovendo a aprendizagem significativa e o desenvolvimento da autonomia (Silva, 2024, p. 6).

Silva (2024) enfatiza a necessidade de adaptar a matriz curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) às expectativas e vivências dos estudantes. Esse processo é um desafio constante porque, muitas vezes, o currículo não leva em consideração as experiências de vida dos alunos, tornando-se pouco relevante para suas realidades. Essa falta de conexão pode gerar desmotivação e, em muitos casos, contribuir para a evasão escolar.

O texto também critica o uso de metodologias tradicionais, que tendem a não dialogar com o contexto dos estudantes. Isso reforça a ideia de que o ensino na EJA precisa ser mais sonoro e significativo, indo além da simples transmissão de conteúdos e incorporando estratégias que valorizem os conhecimentos prévios e a experiência.

Defende-se um currículo contextualizado, que integra a vivência dos estudantes ao aprendizado, promovendo não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a autonomia. Isso significa que uma EJA deve ser estruturada de maneira a fortalecer o papel ativo dos alunos no processo educativo, tornando a escola um espaço de transformação social. Revisar a matriz curricular e a forma como os conteúdos são transmitidos devem ser prioridades não apenas da equipe escolar e do professor, mas também das políticas públicas que desenham o caminho que este ensino deve seguir.

Quando os fatores educacionais estão sobrepondo os fatores intrínsecos ao aluno em relação à evasão escolar, cabe ao sistema identificar e suprir as falhas para diminuir os impactos

desse processo de interrupção da escolarização. No entanto, outros fatores também estão relacionados com o abandono escolar, entre eles aqueles que vão além do método de ensino.

Dentre os fatores que geram influência na decisão de um educando permanecer ou não com os estudos estão àqueles relacionados com a formação do corpo docente, as características estruturais da escola e os recursos que ela dispõe. Cada um destes aspectos contribui para a formação da estrutura escolar que será ofertada para os seus alunos facilitando sua permanência ou propiciando sua saída (Barros, 2024).

Um ambiente escolar que não apresenta uma estrutura que se adeque as necessidades dos alunos, que possua recursos para que os educandos possam sanar suas curiosidades, dúvidas e sentir que o ambiente é adaptado para suas demandas, fortalece a percepção de não pertencimento àquele ambiente, fazendo com que a estrutura escolar seja um fator de risco para aquele aluno que já apresenta outras dificuldades para se manter frequente nas aulas.

Ressalta-se que os educadores da modalidade devem ser preparados para encarar a diversidade e as especificidades de cada aluno e que vão ficar aparentes durante a convivência de sala de aula. Para isso, será necessário utilizar metodologias ativas e que promovam a participação e engajamento dos educandos, além de estimular a elaboração e uma perspectiva crítica que leva os estudantes a uma reflexão sobre sua realidade e consequentemente o engaje a uma transformação social (Pimentel; Farias; Costa, 2024).

Essa pluralidade que a Educação de Jovens e Adultos traz consigo um grande desafio para o professor, principalmente se este não foi capacitado para lidar com este público, pois exige dele maior flexibilização e um olhar muito atento para identificar essa diversidade e utilizar isto como forma de engajamento para os alunos.

Além das questões de organização pedagógica e do professor, outros motivos são considerados quando se avalia a evasão escolar nesta modalidade, podendo incluir aqui: questões de incompatibilidade de horários entre as responsabilidades dos dia a dia e o horário da escola; dificuldades com acesso a instituição de ensino; segurança precária; falta de material didático e professores; dificuldades em relacionar a educação didática com a realidade de vida; salas inadequadas para jovens e adultos; despreparo do corpo docente entre outros (Araújo; Neves, 2021).

No entanto, fora dos muros escolares, existem outros fatores que também exercem influência na permanência ou não de uma pessoa jovem e adulta na escola. Os fatores sociais que também impulsionam a evasão na EJA não podem deixar de ser considerados, visto que

estes também são razões motivacionais com grande capacidade de ocasionar o abandono escolar.

Entre eles tem-se: a violência urbana e suas implicações na escola e a gravidez (Silva, 2023). Esse achado corrobora com o IBGE de 2023 que descreve que uma parcela importante das mulheres que abandonaram o estudo o fez devido à ocorrência de uma gravidez, o que nos reforça a importância de unir a área da educação com outras áreas de atuação do governo como saúde, desenvolvimento social e segurança.

Para Carvalho, Silva e Matos (2024), os desafios que os estudantes da EJA enfrentam para voltar aos estudos são muitos, incluindo períodos longos de afastamento escolar, responsabilidade com trabalho e família, assim, a aplicabilidade dos conceitos científicos no cotidiano é um diferencial para combater a evasão escolar e promover o engajamento dos alunos. Reforça-se que a utilização de metodologias que utilizam do ensino a partir de um viés investigativo, baseando o aprendizado em problemas e experimentação prática é muito importante para combater o abandono escolar.

Além disto, quando se fala em evasão escolar e suas motivações, não pode deixar de citar o fator econômico, uma vez que este tem ligação direta, já que devido à renda muitas vezes insuficiente, o aluno precisa no contraturno da escolar trabalhar, o que pode impactar em seu engajamento as aulas e no rendimento escolar, causando desmotivação e consequentemente a saída deste sujeito da escola.

Segundo Dias, Souza e Ferreira (2023), o cansaço e o desânimo é um fator muito relevante para que uma pessoa deixe de frequentar as aulas, se tornando um desafio ter que chegar em casa após um dia exaustivo de trabalho e ainda precisar se deslocar para a escola ou mesmo ter que tirar um tempo neste período da noite para se dedicar aos estudos, o que reforça a importância das aulas serem entrelaçadas com a realidade de seus alunos, visto que a dificuldade em ver significância nas aulas com a realidade do dia a dia se torna um fator de risco para a evasão.

Ainda em relação ao cansaço que o aluno pode apresentar ao chegar em casa, pode-se concluir que no caso do aluno do Cesec que participará da aula de forma remota, isso pode ser um agravante ainda maior para a continuidade dos estudos, uma vez que este estará em casa, muito provavelmente em um ambiente que não favorece a aprendizagem, com intervenção de barulhos externos e interrupção do momento de estudo por algum membro familiar. Essa junção de cansaço, afazeres de casa para finalizar e falta de um ambiente adequado para o estudo é um fator de risco para a evasão escolar que deve ser considerado.

Costa, *et. al.* (2020) destaca a relação direta entre evasão escolar e pobreza no Brasil. Argumenta-se que a resistência dos estudos ocorre com maior frequência em regiões em que há uma grande concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, estados e municípios com altos índices de pobreza tendem a registrar maiores taxas de evasão. O texto enfatiza que os alunos que vivem em bairros periféricos, onde têm menos infraestrutura e menos recursos financeiros, estão mais propensos a abandonar a escola.

Isso acontece porque, muitas vezes, esses estudantes precisam trabalhar para ajudar no sustento da família, têm dificuldade de acesso ao transporte e ao material escolar ou enfrentam condições adversárias, como violência. Não é raro que estes estudantes estejam enfrentando condições socioeconômicas desfavoráveis, sendo que uma parcela significativa muitas vezes necessita de assumir toda ou parcialmente a responsabilidade pelo sustento familiar, criando assim um dilema entre o desejo de estudar e a necessidade de trabalhar.

Paulo Freire é categórico em afirmar que a educação pode ser um instrumento de transformação social, porém as dificuldades socioeconômicas podem ser um fator que compromete essa transformação (Pimentel; Farias e Costa, 2024). Neste contexto, o envolvimento de várias áreas de atuação governamental é fundamental para sanar o problema da evasão escolar, reforçando assim que a problemática não se limita apenas ao âmbito educacional.

A EJA não é somente um problema educacional, mas político e social. O principal determinante do acesso à educação e da progressão dentro de padrões de adequação, é a renda familiar. Existe um efeito cumulativo relevante devido ao atraso e à evasão escolar nas populações de menor renda, levando à uma real e enorme diferença nos percentuais de acesso aos níveis mais altos de ensino e em toda a vida socioeducacional desses alunos (Soares; Leal, 2023, p. 7).

Soares e Leal (2023) apontam que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não deve ser vista apenas como um desafio educacional, mas também como uma questão política e social. Isso significa que os problemas enfrentados por essa modalidade de ensino estão diretamente ligados às desigualdades econômicas e estruturais da sociedade. A renda familiar é o principal fator que influencia tanto o acesso à educação quanto a permanência dos estudantes em um percurso escolar adequado.

Ou seja, quanto menor a renda, maiores são os obstáculos para que um indivíduo consiga estudar. Há um efeito cumulativo da evasão e do atraso escolar entre as populações de baixa renda. Isso quer dizer que dificuldades no início da trajetória educacional tendem a se

agravar ao longo do tempo, resultando em menores chances de alcançar níveis mais elevados de ensino.

É de suma importância que o corpo escolar consiga ter um olhar amplo para o reconhecimento daqueles adolescentes, jovens e adultos que além de estudantes são também trabalhadores. Quando se vê o aluno como além do seu papel de estudante, é possível compreender como se estrutura a articulação entre a luta para se apoderar de seus direitos pelo acesso à educação e ao trabalho (Xavier; Seruffo; Pires, 2020).

Essa visão ampliada sobre o aluno e sua necessidade em continuar os estudos ao mesmo tempo em que concilia com sua atividade laborativa, faz com que a elaboração do plano de ensino seja pensada de forma a sanar a grade curricular ao mesmo tempo em que utiliza dos conhecimentos de seus alunos para motivá-los a permanecer até a conclusão de seus estudos.

Isso é mais um exemplo de como a história de vida dos educandos deve se entrelaçar com os conteúdos teóricos que serão ministrados na escola, fazendo com apesar do cansaço e da desmotivação devido ao longo dia de trabalho e cumprimento de seus afazeres, o aluno possa ver no ensino razões para continuar.

De acordo com o INEP e com relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, os motivos associados à evasão escolar no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são múltiplos, inter-relacionados e refletem tanto condições individuais quanto estruturais.

Entre os fatores mais recorrentes estão a necessidade de conciliar estudo e trabalho, a sobrecarga de responsabilidades familiares, a baixa renda e a precariedade socioeconômica, que frequentemente tornam inviável a continuidade dos estudos. Questões relacionadas à distância entre a residência e a escola, transporte inadequado, horários incompatíveis e infraestrutura escolar insuficiente também contribuem significativamente para o abandono.

Do ponto de vista pedagógico, destaca-se que currículos pouco contextualizados, metodologias de ensino pouco flexíveis e a falta de valorização das experiências de vida dos estudantes adultos aumentam o desinteresse e a dificuldade de permanência. Além disso, a carência de políticas públicas integradas, programas de incentivo à permanência, apoio psicossocial e acompanhamento individualizado evidencia lacunas institucionais que impactam diretamente na evasão.

Esses fatores não apenas afetam o desempenho acadêmico, mas também comprometem a realização do direito à educação e limitam oportunidades de inclusão social e emancipação pessoal. No Quadro 3, esses motivos são sistematizados, permitindo uma

visualização clara das causas da evasão na EJA e servindo como referência para a formulação de estratégias pedagógicas, políticas educacionais e intervenções voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes adultos.

Quadro 3 - Motivações para evasão

Motivações para evasão	
Responsabilidades familiares e de trabalho	Muitos alunos precisam equilibrar o trabalho, o cuidado com a família e outras responsabilidades, o que pode dificultar a frequência regular às aulas.
Fatores econômicos	Questões financeiras podem tornar difícil para os alunos arcarem com os custos relacionados à educação, como transporte e material escolar.
Baixa motivação e autoestima	Experiências anteriores negativas com a educação podem afetar a motivação e a autoestima dos alunos, tornando-os menos propensos a continuar os estudos.
Dificuldades acadêmicas	A adaptação ao conteúdo escolar pode ser desafiadora, especialmente quando os alunos tiverem lacunas educacionais significativas.
Falta de apoio	A ausência de apoio institucional e familiar pode contribuir para a dificuldade em manter o compromisso com a EJA.
Condições de saúde	Problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, podem impactar a capacidade de frequentar a escola regularmente.
Se formar por obrigação	Tendo apenas alunos que só querem se formar, pois o local onde trabalham exige o diploma de formação, o que gera mais um motivo para a evasão, pois o aluno estuda sem ter vontade.

Fonte: adaptado de Rocha e Coelho (2024, p. 83).

Com bases nos achados, entende-se que a evasão escolar apresenta uma ampla e também complexa gama de circunstâncias individuais, sociais e também institucionais que se entrelaçam e envolvem o fenômeno do abandono escolar, tornando o processo de saída e abandono escolar de um aluno algo dinâmico e cumulativo de desengajamento.

Questões relacionadas com a comunidade e os pares também são fatores que exercem influência sobre esse fenômeno, demonstrando assim, a amplitude dos fatores ligados à evasão. Assim, a solução para que se torne eficaz, exige a participação de diferentes fatores, sendo a prevenção um dos pilares no combate a evasão escolar (Barros, 2024).

A problemática da evasão escolar vem ocorrendo há muito tempo e requer que muitos aspectos mereçam atenção e sejam levados para discussão política e também social uma vez

que as causas estão relacionadas com desigualdades e nem sempre recebem o destaque que deveria dos agentes políticos, sendo de fundamental importância que tenha planos de ação e também de combate para a situação (Rocha; Coelho, 2024).

1 O sistema educacional deve oferecer múltiplas opções de treinamento para aqueles que desejam ou precisam retomar seus estudos; **2** As instituições escolares devem buscar soluções para problemas que estão ao seu alcance; **3** O sistema produtivo deve incentivar os jovens a retornarem ao seu processo educacional (Barros, 2024, p. 10).

Com isso, os fatores que contribuem para a evasão acabam por articular mais de uma dimensão, que ao longo deste processo se entrelaçam e se ramificam as especificidades de cada estudante. A junção justifica o elevado número de alunos que não dão prosseguimento em seus estudos, conduzindo-os na direção de um contingente de brasileiros que não se apropriam de seus direito a educação (Silva, 2023). Compreender que não é apenas um fator isolado que fará com que o aluno abandone seus estudos, mas a junção de vários fatores de risco possibilita que ao se criar estratégias para a diminuição da evasão escolar, estas estratégias estejam pautadas em vários setores da vida dos discentes e da sociedade como um todo.

Assim, ao compreender que a evasão escolar é resultado de múltiplos fatores de risco, que envolvem dimensões sociais, econômicas, pedagógicas e institucionais, torna-se evidente que sua erradicação exige uma abordagem integrada, que vá além das ações isoladas das instituições de ensino.

A mera adaptação escolar ou mudança de metodologias pedagógicas, embora necessária, não é suficiente para garantir a permanência dos estudantes. É imprescindível a implementação de políticas públicas abrangentes, capazes de criar condições favoráveis à aprendizagem, fortalecer o interesse do aluno e motivá-lo a concluir seus estudos. Tais políticas devem contemplar programas de incentivo financeiro, suporte psicossocial, flexibilização curricular, tutoria e acompanhamento individualizado, além de investimentos em infraestrutura e formação docente.

Entre os projetos voltados à redução e erradicação da evasão escolar, destacam-se aqueles que articulam a ação da escola com políticas sociais, programas de formação continuada e iniciativas que promovam a valorização da experiência do estudante adulto e o reconhecimento de seus saberes prévios (Quadro 4). Essa perspectiva reforça que a luta contra a evasão exige um esforço conjunto, envolvendo governos, escolas, famílias e comunidades, de modo a garantir não apenas o acesso, mas a efetiva continuidade e qualidade da educação para todos.

Quadro 4 - Projetos para combate a evasão escolar

PROJETOS	CARACTERÍSTICAS
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Tem como finalidade a captação de recursos financeiros para projetos educacionais e de assistência ao estudante.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Tem o papel de fornecer suplemento alimentar aos alunos de pré-escola e ensino fundamental as escolas públicas federais, estaduais e municipais.
Programa Nacional Livro Didático (PNLD)	Busca suprir escolas públicas do ensino fundamental de livros didáticos devidamente selecionados por uma equipe da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC.
Programa Nacional Saúde do Escolar (PNSE)	Ações educativas, preventivas, curativas dos problemas apresentados pelos alunos, auxiliando na aprendizagem, responsável conjuntamente pela aquisição de materiais de higiene pessoal e primeiros socorros aos alunos de primeira à quarta série. Realiza exames e tratamentos auditivos e oftalmológicos buscando apurar qualquer problema com os alunos, de modo, a garantir boas condições ao acompanhamento de aulas.
Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNTE)	Garante o acesso e permanência dos alunos inscritos em escolas rurais do ensino fundamental.
Programa Bolsa Família	Garante acesso à educação auxiliando a permanência de alunos de baixa renda. Foi criado para apoiar famílias pobres garantindo-lhes direito à alimentação, acesso à educação e a saúde.

Fonte: adaptado de Macedo (2016, p. 52).

Os programas educacionais e as iniciativas do governo direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos muitas vezes são organizados na direção das preocupações que surgem com a permanência dos seus alunos em sala de aula, independentemente do nível de escolaridade no qual estão cursando (Barbosa, 2017). A esse respeito, elaborar programas e projetos que sejam direcionados especificamente para o público da EJA pode ser um diferencial na luta contra o abandono escolar.

Para que a implementação das estratégias que realmente facilitem a continuidade dos estudantes na escola sejam eficazes, além das políticas públicas que devem focar seu olhar na permanência do aluno do EJA nos estudos, da formação e capacitação dos professores, outras estratégias também podem favorecer a queda no índice de evasão escolar, são elas:

flexibilização de horários; manutenção de um ambiente acolhedor e inclusivo; suporte psicológico; valorização do aluno. Tais estratégias visam ir muito além de apenas garantir uma boa aprendizagem, mas buscam também à redução da sensação de exclusão que muitos destes alunos já vivenciaram (Pimentel; Farias e Costa, 2024).

Em outras palavras, se o objetivo principal da EJA que é dar condições de retorno escolar para aqueles que por qualquer motivo tiveram a negativa deste direito no passado for cumprido em sua integridade todas as questões que envolvem a prevenção da evasão escolar estará em funcionamento. O grande dilema é que apesar da garantia constitucional do direito a educação, este direito de fato nem sempre é cumprido.

A problemática da evasão escolar não é exclusividade da EJA, ela ocorre em todas as etapas do processo de educação, atingindo todas as faixas etárias, sendo em maior ou menor grau de acordo com a classe econômica das famílias e alunos, no entanto, quando ocorre com jovens e adultos, considera-se como agravante o fato de que estas pessoas no passado já tiveram seus direitos à educação de alguma forma negado, tornando a evasão uma repetição da não garantia deste direito que lhe foi constituído (Araújo e Neves, 2021).

A EJA deve garantir “o direito universal à educação, promovendo acesso e inclusão para todos. [...] as políticas públicas devem focar na superação das barreiras que dificultam o ingresso e a continuidade dos alunos na escola” (Pimentel; Farias; Costa, 2024, p. 80). Essa afirmação reforça que a oferta dessa modalidade não pode restringir-se à abertura de vagas, mas deve estar acompanhada de condições concretas que assegurem permanência e aprendizagem significativa.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a implementação de políticas integradas que considerem as especificidades do público jovem e adultos, especialmente no que se refere à conciliação entre trabalho, família e estudo. A superação das barreiras estruturais — como transporte, alimentação, infraestrutura adequada e acesso a recursos tecnológicos — constitui elemento central para a efetivação do direito à educação.

Em vista disso, é fundamental que as políticas educacionais promovam acompanhamento pedagógico sistemático e estratégias de acolhimento que fortaleçam o vínculo entre escola e estudante. Somente com ações articuladas e comprometidas com a equidade será possível assegurar que o direito universal à educação se concretize de maneira plena, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para a construção de trajetórias educativas mais consistentes e transformadoras.

É importante que todos os agentes envolvidos no ambiente escolar estejam empenhados para encontrar ferramentas e meios para a resolução deste problema que afeta um número significativo de instituições de ensino que ofertam a modalidade. Quando se fala em agentes, entende-se por diretores, supervisores pedagógicos, alunos, famílias e professores, além claro do poder público (Silva, 2023).

Geralmente a evasão escolar decorre da dinâmica disfuncional da escola, da família, do professor e do aluno. Sabe-se que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos da desigualdade sociocultural, cujo ambiente de sala de aula deve ser um lugar atrativo e estimulador ao conhecimento (Barbosa, 2017, p. 29).

Para que a EJA seja uma modalidade de ensino que apresente resultados satisfatórios e que tenha um processo de ensino/aprendizagem de qualidade, a implementação de políticas públicas mais eficazes é muito importante. Apenas a destinação de recursos para a modalidade de ensino não é suficiente para garantir o sucesso de ensino, é preciso ter uma gestão eficiente, sendo essencial o investimento na formação e capacitação dos profissionais e que ocorra o reconhecimento da importância da modalidade e a valorização dos alunos como sendo cidadãos possuidores de direitos (Almeida; Hora e Nascimento Júnior, 2024).

Em outras palavras, apenas com a mudança de olhar sobre a modalidade e a união entre todos aqueles que podem favorecer a EJA, será possível diminuir os índices de evasão escolar e principalmente fazer com que o ensino desta modalidade seja realmente significativo na vida de seus alunos.

Como dito, é necessária uma participação efetiva de todos os envolvidos neste processo, não podendo responsabilizar apenas um número restrito de sujeitos envolvidos uma vez que são muitos os que possuem responsabilidade neste processo de mudança e no combate a evasão escolar dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (Barbosa, 2017).

Freire (1987;1989 e 1996) em seus estudos descrevia que a evasão escolar não ocorre puramente por decisão do aluno, mas ocorre que este estudando é forçado a abandonar os estudos em decorrência de um sistema que falha na missão de reter o aluno e assim contribuir para que ele tenha um olhar de amplitude sobre o processo de aprendizagem (Sampaio, 2018).

Paulo Freire (1987;1989 e 1996) enfatiza que a evasão escolar não deve ser entendida como uma escolha individual do estudante, mas como o resultado de um sistema educacional que, muitas vezes, se mostra inadequado às necessidades e experiências dos alunos. Em suas diversas obras, Freire argumenta que muitos estudantes abandonam a escola porque a estrutura

pedagógica vigente é excludente, rígida e desmotivadora, incapaz de oferecer um processo de aprendizagem que seja significativo, contextualizado e transformador.

Ao invés de promover a apropriação crítica do conhecimento e o desenvolvimento integral do indivíduo, o sistema educacional contribui, involuntariamente, para que o estudante perceba baixo valor e pouca relevância na experiência de aprender, gerando desinteresse e evasão. Essa realidade se manifesta especialmente em contextos nos quais as escolas não disponibilizam suporte pedagógico adequado, metodologias inovadoras ou recursos que contemplem a diversidade de perfis e ritmos de aprendizagem, desconsiderando saberes prévios e trajetórias de vida dos alunos.

Freire (1987;1989 e 1996) alerta que, sem a construção de um ambiente educativo acolhedor, participativo e crítico, que promova o diálogo e a interação entre educador e educando, a educação corre o risco de reproduzir desigualdades sociais e perpetuar a exclusão, tornando-se distante da função emancipatória que lhe é intrínseca. Portanto, a abordagem freireana evidencia que combater a evasão escolar exige reformas estruturais, metodológicas e culturais, que priorizem a aprendizagem como experiência significativa, libertadora e capaz de valorizar o protagonismo do estudante em seu processo educativo.

Encerradas as reflexões sobre os fatores que influenciam a permanência e a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, torna-se fundamental aprofundar a análise sobre o percurso do conhecimento nessa modalidade de ensino. No capítulo seguinte, serão exploradas as trajetórias formativas dos estudantes adultos, considerando suas experiências de vida, saberes prévios e desafios específicos no processo de aprendizagem.

O objetivo é compreender como o conhecimento é construído, mediado e ressignificado no contexto da EJA, destacando as práticas pedagógicas, metodologias e estratégias que favorecem a efetividade da aprendizagem e fortalecem a continuidade dos percursos educativos. Essa abordagem permitirá evidenciar como a educação pode atuar não apenas como instrumento de instrução, mas como espaço de emancipação, inclusão e transformação social.

4 O percurso do conhecimento na Educação de Jovens e Adultos

“A participação cada vez mais ativa das massas – incluindo o grande número de analfabetos –, no processo político de uma sociedade expande a consciência do trabalhador e lhe ensina por que e como – ainda que analfabeto – deve caber a ele uma participação mais ativa na vontade geral”.

Vieira Pinto, 1982

Essa reflexão (Vieira Pinto, 1982) evidencia que a educação não se limita à aquisição de saberes formais, mas se constitui como instrumento essencial de empoderamento social e político. O avanço tecnológico e cultural de uma sociedade impacta diretamente suas práticas educacionais, transformando metodologias, objetivos e possibilidades de ação. Compreender a educação como um processo dinâmico e participativo, capaz de promover o desenvolvimento humano e ampliar a consciência crítica, torna-se, portanto, fundamental para que o conhecimento se converta em força social e cidadania ativa.

A educação não apenas contribui para a formação intelectual e profissional do indivíduo, mas também influencia diretamente a evolução da sociedade como um todo, promovendo avanços e melhorias no meio em que ele está inserido. Dessa forma, a educação se consolida como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inovadora.

Ao longo da história, a humanidade passou por constantes transformações, impulsionadas por avanços sociais, científicos e tecnológicos. Em cada uma dessas fases, a educação esteve presente, adaptando-se às particularidades de cada época, ainda que por meio de diferentes métodos e abordagens. A necessidade de reformular a forma de ensinar e aprender, de acordo com os contextos históricos e sociais, sempre foi um fator determinante para a continuidade do desenvolvimento humano e da sociedade (Santos, 2022).

Quando se observa a educação em sua dimensão mais ampla, nota-se que ela acompanha a história, existindo muito antes de a escrita ou a oralidade serem formalmente utilizadas como instrumentos de transmissão do saber. Desde os primeiros grupos sociais, o aprendizado ocorria de forma prática, experimental e coletiva, permeando as relações cotidianas

e garantindo a continuidade de conhecimentos, valores e habilidades essenciais à sobrevivência e à organização social.

Em tempos primitivos, os indivíduos aprendiam por meio da observação, da imitação e da repetição de padrões e comportamentos. Com o avanço das civilizações, a educação tornou-se um elemento estruturante das sociedades, incorporando práticas formais de ensino e ampliando as formas de transmissão do saber, garantindo, assim, a continuidade e o progresso das gerações.

Se, desde a Antiguidade, temos algumas manifestações de um processo educativo um pouco mais sistematizado, o qual nos acostumamos a chamar de escola, somente na modernidade a escola assume o papel de uma instituição educativa significativa na sociedade para a organização do processo educativo socialmente representativo (Reis, 2017, p. 3).

A educação pode ser definida como o ato ou efeito de ensinar e aprender, configurando-se como um processo contínuo que fortalece as capacidades intelectuais, morais e físicas dos indivíduos. Esse processo contribui diretamente para o desenvolvimento pessoal e social, favorecendo a formação integral do sujeito e sua participação ativa na sociedade. Por meio da educação, ocorre o aprimoramento de habilidades, a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, fundamentais para o exercício da cidadania e da convivência em sociedade (Costa Júnior, 2023).

Na contemporaneidade, as intensas transformações societárias têm colocado a capacidade de se comunicar, obter e transmitir informações como um dos pilares para o desenvolvimento integral do indivíduo. Nesse cenário, a educação assume um papel ainda mais relevante, ao promover não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a capacidade de utilizar criticamente as informações disponíveis, fortalecendo a autonomia, a inclusão social e a formação cidadã.

Dessa maneira, torna-se inevitável que os indivíduos desenvolvam habilidades para decodificar, interpretar e filtrar o grande volume de informações ao qual estão constantemente expostos. Essas competências são essenciais não apenas para a compreensão do mundo, mas também para a construção de relações sociais e profissionais mais eficazes e significativas. Nesse contexto, a Educação Básica desempenha um papel crucial na formação do indivíduo, pois fornece os alicerces necessários para seu pleno desenvolvimento.

Para que, na vida adulta, uma pessoa possa alcançar seu máximo potencial, é fundamental que tenha adquirido competências essenciais, como o domínio da leitura e da escrita, além de um repertório cultural abrangente, que englobe diferentes áreas do conhecimento. Esse processo educativo é indispensável para que o sujeito possa interpretar a

realidade de forma crítica, tomar decisões assertivas e se inserir ativamente na sociedade (Gatti, 2014).

De acordo com Gatti (2024), o domínio da leitura e da escrita, por exemplo, é essencial para a autonomia do sujeito, pois possibilita o acesso qualificado à informação, a construção do pensamento crítico e a comunicação eficaz em diferentes contextos sociais. Trata-se de competências que ultrapassam o espaço escolar, influenciando diretamente a participação cidadã e a inserção no mundo do trabalho.

A apropriação dessas habilidades permite ao indivíduo interpretar a realidade, posicionar-se diante de diferentes discursos e exercer seus direitos de maneira mais consciente. Além disso, fortalece a capacidade de tomar decisões informadas e de interagir de forma mais segura e ativa nos diversos espaços da vida social.

Um repertório cultural amplo, que abrange diferentes áreas do conhecimento, contribui para uma visão de mundo mais abrangente e para a capacidade de interação com diferentes contextos e desafios. Essa perspectiva está alinhada com concepções educacionais que defendem uma formação integral, que vai além da mera capacitação técnica e instrumental, promovendo o desenvolvimento de cidadãos conscientes, engajados e capazes de transformar a sociedade.

4.1 Educação na construção da coletividade: reflexões sobre aprendizagem, participação e transformação social

A educação é um elemento fundamental na construção da coletividade e está intrinsecamente ligada a uma concepção política e social que vai além dos interesses individuais. Ela se constitui como um direito social, sendo um bem comum que deve ser acessível a todos, independentemente de classe social, origem ou condição econômica.

Mais do que um simples meio de transmissão de conteúdos institucionais, a educação deve ser organizada como um espaço de proteção social, promovendo a inclusão, a equidade e o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a escola assume papel estratégico na garantia de direitos, na redução das vulnerabilidades e no fortalecimento dos vínculos comunitários.

Ao acolher sujeitos com diferentes trajetórias e realidades, o ambiente escolar pode constituir-se como espaço de escuta, orientação e apoio, contribuindo para a superação de desigualdades históricas. Ao articular formação acadêmica e compromisso social, a educação amplia oportunidades e favorece a construção de projetos de vida mais autônomos e

consistentes. Dessa forma, consolida-se como instrumento essencial para a promoção da justiça social e para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Ela desempenha um papel essencial na formação cidadã, garantindo aos indivíduos não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a capacidade de reflexão crítica, participação ativa na sociedade e exercício pleno de seus direitos e deveres (Dias, 2023). Esse entendimento reforça a ideia de que a educação é um instrumento de emancipação social, permitindo que os sujeitos não sejam apenas espectadores da realidade, mas agentes de transformação.

Ao desenvolver uma reflexão crítica, os indivíduos tornam-se capazes de analisar diferentes contextos, interpretar a realidade de maneira mais ampla e fundamentada, questionar injustiças e propor mudanças, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da justiça social. Essa postura reflexiva favorece a superação de visões simplistas e estimula a participação ativa nos debates públicos.

A formação crítica amplia a consciência acerca dos direitos e deveres, incentivando o engajamento em ações coletivas e a construção de soluções colaborativas para problemas sociais. Ao assumir uma posição ética e responsável diante das desigualdades, o sujeito passa a atuar como agente transformador, fortalecendo práticas democráticas e promovendo relações sociais mais equitativas.

O processo de educar vai além do simples ato de ensinar; ele envolve a transformação de vidas, impactando tanto quem aprende quanto quem ensina. A educação não se limita à transmissão de informações, mas representa um caminho para o desenvolvimento humano, promovendo mudanças que ultrapassam o indivíduo e alcançam a sociedade como um todo.

À medida que o conhecimento e a experiência moldam internamente cada sujeito, a comunidade na qual ele está inserido também se transforma, gerando impactos positivos no convívio social e no progresso coletivo. Esse ciclo contínuo de mudanças e aprimoramentos pode ser compreendido como evolução.

A educação não deve se restringir à transmissão de conteúdos técnicos ou teóricos, mas precisa abranger valores, atitudes e competências essenciais para a vida em sociedade. Como destaca Costa Júnior (2023, p. 133), “A educação não se limita à transmissão de conhecimentos técnicos ou teóricos, mas deve incluir a transmissão de valores e atitudes que possam ajudar as pessoas a desenvolver habilidades como o pensamento crítico, a colaboração, a comunicação e a criatividade.” Dessa forma, a educação assume um papel essencial na formação de indivíduos autônomos, reflexivos e preparados para os desafios contemporâneos.

Além de seu papel fundamental na alfabetização, o ambiente escolar é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do pensamento reflexivo. Nele, todos os envolvidos - alunos, professores e demais agentes educacionais - têm a oportunidade de expandir seus horizontes, questionar realidades e construir conhecimentos de forma colaborativa.

A escola, ao reunir indivíduos com diferentes culturas, experiências e perspectivas, cria um ambiente propício para a troca de saberes, favorecendo a aprendizagem mútua e a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática (Colavitto; Arruda, 2014). A educação constitui um fenômeno intrinsecamente social, moldado e influenciado pelos contextos culturais, políticos e econômicos em que se insere. Ela não é um processo isolado, mas sim uma prática histórica que atravessa todas as sociedades, refletindo e transformando continuamente as relações humanas.

Ao longo do tempo, educar tem sido uma forma de transmitir conhecimentos, valores e saberes, ao mesmo tempo em que promove mudanças estruturais e sociais, fortalecendo comunidades e ampliando possibilidades de desenvolvimento individual e coletivo. Porém, embora a educação seja um fenômeno social por natureza, ela não se manifesta da mesma forma em todos os lugares e tempos.

O processo educacional está intimamente relacionado aos projetos de sociedade e de cidadania que cada contexto histórico e cultural busca construir e promover (Dias; Pinto, 2019). Esse fato explica as diferentes abordagens e práticas educacionais que emergem em culturas e períodos históricos distintos.

Mesmo na contemporaneidade, o processo de ensino-aprendizagem não se configura de maneira uniforme em todos os lugares. Considerando o Brasil como um país de vasto território e grande diversidade cultural, as formas de oferecer educação variam de acordo com as especificidades de cada região, embora a base normativa seja a mesma em todo o território nacional.

Destarte, é possível inferir que a educação escolar no Brasil possui uma intencionalidade social que vai além da simples transmissão de conteúdo, englobando dimensões políticas, éticas, sociais, intelectuais e físicas, entre outras. Essa abordagem multidimensional da educação visa não só a capacitação técnica e acadêmica dos indivíduos, mas também o seu envolvimento crítico e participativo na sociedade, assegurando que os cidadãos adquiram as competências necessárias para lidar com os desafios sociais e contribuir para o desenvolvimento coletivo.

A intencionalidade social da educação, busca formar indivíduos conscientes de seu papel na sociedade, preparados para atuar de forma ética e responsável nas diversas esferas de sua vida.

[...] A educação pode ser vista como uma prática social que tem como objetivo o desenvolvimento do ser humano, das suas competências e de suas potencialidades. Também pode ser vista como um processo, um processo único de aprendizagem associado à escola, à família e à sociedade. Se aceitarmos que a educação é uma prática social, deliberada, submetida a permanentes questionamentos e conduzida a finalidades coletivamente instituídas, aceitaremos também que a prática da educação é acompanhada por uma intensa atividade investigativa, de exame e reflexão. A educação é o processo social que leva o ser humano a reconhecer, buscar, instaurar, hierarquizar os valores de modo a aprimorar-se como sujeito integrante da sociedade (Dias, 2023, p. 627-628).

Dias (2023) apresenta uma visão ampla da educação, destacando seu caráter social e seu papel no desenvolvimento humano. A autora ressalta que a educação não se limita à transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas constitui uma prática social voltada para o aprimoramento das competências e potencialidades dos indivíduos.

A educação é concebida como um processo contínuo de aprendizagem, que ocorre não apenas na escola, mas também no convívio familiar e na interação com a sociedade. Essa abordagem reconhece que o aprendizado é construído coletivamente e está sujeito a constantes questionamentos e transformações, sendo guiado por finalidades estabelecidas socialmente.

O trecho (Dias, 2023, p. 627-628) também enfatiza que a prática educativa deve estar acompanhada por uma intensa atividade investigativa, ou seja, um constante exame e reflexão sobre seus métodos e objetivos. Por fim, a autora reforça que a educação tem um papel essencial na formação do ser humano como sujeito social, auxiliando-o a reconhecer e hierarquizar valores, aprimorando-se tanto individualmente quanto em sua participação na sociedade.

Isso evidencia a dimensão ética e cidadã da educação, que vai além da mera instrução formal e contribui para a construção de um coletivo mais consciente e participativo. Partindo desse pressuposto, algo que permanece constante ao longo dos anos é a importância da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, proporcionando uma melhor qualidade de vida para as comunidades.

Nesse contexto, o ambiente escolar — especialmente a sala de aula — é considerado um dos espaços mais adequados para a disseminação de conteúdos que servirão como base para que os indivíduos se estabeleçam e se integrem ao contexto social em que estão inseridos (Freitas; Figueira, 2020).

Embora o direito à educação seja garantido pela Constituição Federal de 1988, seu acesso ainda não é plenamente efetivado. No Brasil, 6,6% da população acima de 15 anos ainda não é alfabetizada, 11,4% são considerados analfabetos funcionais e, de acordo com o Censo de 2019, 69,5 milhões de brasileiros com 25 anos ou mais não concluíram o Ensino Médio (Castro; Cruz, 2024).

Esses dados expressivos, que refletem a quantidade de pessoas fora do ambiente escolar ou que não completaram a escolarização, evidenciam que a simples criação de espaços educacionais ou a promulgação de legislações amplas sobre o tema não são suficientes para superar as dificuldades enfrentadas pelos jovens e adultos no acesso à educação.

Para que o direito à educação seja efetivamente garantido, é preciso que, além das normativas, sejam implementadas políticas e estratégias que tornem o acesso à educação mais atrativo e viável, assegurando que aqueles que necessitam dessa formação sejam de fato incluídos no processo educacional e permaneçam nele. Isso envolve a criação de condições adequadas, como a flexibilização de horários, a adaptação dos currículos às realidades dos alunos e o apoio contínuo, para que a escolarização seja uma realidade duradoura e transformadora na vida desses indivíduos.

A negação desse direito, garantido pela Constituição, se manifesta de forma persistente através das desigualdades sociais e econômicas que marcam o país. Essas desigualdades resultam em barreiras ao acesso pleno e de qualidade à educação, ampliando as chances de evasão escolar e dificultando a inserção de uma parcela significativa da população no mercado de trabalho e na vida social, privando-a de oportunidades de qualificação e desenvolvimento (Machado *et al.*, 2021).

A educação voltada para jovens e adultos no Brasil tem raízes históricas que remontam ao período colonial, quando os padres jesuítas desempenhavam um papel central na catequização dos povos indígenas. Além da transmissão da fé cristã, eles também ensinavam a língua portuguesa e promoviam a alfabetização, consolidando as primeiras iniciativas de educação voltadas para esse público.

Almeida, Silva e Torres (2021, p. 02) afirmam que “este processo de intensa ação educacional e cultural ocorreu também com o objetivo de cumprir as tarefas de serviços da corte e de trabalhos para o Estado”. Ao longo dos anos, e em conformidade com os interesses capitalistas foram se consolidando, a Educação de Jovens e Adultos foi sendo gradualmente moldada até assumir a forma que conhecemos hoje.

Nesse processo, a educação foi fortemente influenciada pela Igreja Católica, por meio de seus missionários. Durante esse período, os religiosos que ocupavam as instituições educacionais orientavam as práticas pedagógicas com base nos princípios religiosos, nas questões sagradas e nas demandas de seus superiores (Bastos, 2023).

Esse direcionamento da educação no país teve um impacto significativo, pois ignorava as vivências, as culturas e os conhecimentos dos nativos. A transmissão desse modelo educacional, perpetuada ao longo das gerações, consolidou um padrão de ensino que marginalizava as realidades locais, focando em uma visão de mundo centrada nos valores da Igreja e nas necessidades do Estado.

Tal abordagem ajudou a formar as bases dos ambientes escolares no Brasil, em que a homogeneização cultural e a subordinação aos valores impostos eram elementos estruturais do sistema educacional. Assim, o ensino de jovens e adultos nesse contexto estava profundamente ligado aos interesses políticos e religiosos, deixando de lado a diversidade cultural e as experiências de vida dos alunos.

4.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA): desenvolvimento pessoal e inclusão social como caminhos para a cidadania

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento pessoal e na efetivação da inclusão social. Mais do que um mecanismo de aquisição de conhecimento, essa modalidade de ensino permite que os indivíduos ampliem suas oportunidades, alcancem objetivos profissionais e pessoais e exerçam plenamente sua cidadania. Apesar de sua importância, nem sempre as finalidades da EJA são plenamente concretizadas, seja por desafios estruturais, pedagógicos ou socioeconômicos que impactam a permanência e o sucesso dos estudantes.

Os dados comprovam que a EJA, criada com a função de equalizar, qualificar e reparar a dívida histórica do Estado de negação do direito ao acesso à escola, especialmente à classe trabalhadora, embora fundamental, não estanca os processos sistemáticos de exclusão, frutos do modo de produção capitalista. Essa negação tem relação direta com os recursos financeiros destinados à modalidade, que são insuficientes para garantir o direito a uma educação de qualidade para os jovens, adultos e idosos, ou seja, para o público da EJA (Castro; Cruz, 2024, p. 2).

Castro e Cruz (2024) evidenciam a função essencial da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um mecanismo de equidade educacional, buscando qualificar os indivíduos e reparar uma dívida histórica do Estado com a classe trabalhadora, que por muito tempo teve seu direito à educação negado. No entanto, as autoras ressaltam que, apesar de sua importância,

a EJA não consegue interromper por completo os processos contínuos de exclusão social e educacional, os quais estão intrinsecamente ligados ao sistema capitalista.

Essa exclusão está diretamente relacionada ao financiamento insuficiente destinado à EJA. A falta de recursos compromete a efetividade dessa modalidade de ensino, dificultando a oferta de uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos que buscam retomar seus estudos. Assim, a citação reforça a necessidade de políticas públicas mais robustas e investimentos adequados para que a EJA possa cumprir plenamente seu papel de inclusão e justiça social.

Essa modalidade de ensino, voltada para jovens e adultos, é respaldada por leis no Brasil, e sua história é marcada por diferentes variações ao longo do tempo, sempre intimamente vinculada às políticas que regem suas diretrizes em momentos históricos distintos do país. Sua trajetória histórica parte da premissa de que não há separação entre a construção dessa educação e os processos político-educativos, sendo assim caracterizada como uma educação popular (Carneiro *et al.*, 2023).

A construção da educação para esse público específico caminha paralelamente aos interesses políticos de cada período histórico, tendo suas origens em um ideal político de igualdade. No entanto, essa educação também se encontra atrelada aos interesses capitalistas que permeiam a sociedade, refletindo as tensões entre o objetivo de promover a inclusão social e as forças econômicas que muitas vezes moldam o acesso à educação. Ao longo do tempo, a Educação de Jovens e Adultos tem sido marcada por essas contradições, que impactam tanto a forma como ela é oferecida quanto a efetiva democratização do ensino.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a indivíduos com 15 anos ou mais que, por diferentes motivos, não puderam concluir sua Educação Básica na idade prevista. Essa modalidade visa garantir o direito à educação a essa parcela da população, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem adequadas às suas necessidades e realidades. O curso é oferecido pela Secretaria de Educação em diferentes formatos, podendo ser presencial ou a distância, de modo a ampliar o acesso e a flexibilidade para os estudantes (Nascimento, 2013).

Os alunos que ingressam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm a oportunidade de retomar seus estudos e, com isso, trazem consigo conhecimentos e experiências que podem promover mudanças significativas em suas vidas. Essa retomada da educação amplia as oportunidades e possibilita a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, especialmente no que diz respeito aos direitos e deveres de seus cidadãos.

A EJA, ao oferecer uma formação contínua, busca proporcionar aos alunos os recursos necessários para que permaneçam em constante processo de aprendizagem, capacitando-os a acompanhar as transformações sociais e a se adaptar às mudanças no contexto em que estão inseridos (Carneiro *et al.*, 2023). A EJA não apenas oferece uma base educacional, mas também fomenta o desenvolvimento de habilidades que vão além do conteúdo acadêmico, incluindo a formação de um pensamento crítico, a promoção de valores éticos e o incentivo à participação ativa na sociedade.

Essa modalidade de ensino desempenha um papel fundamental na inclusão social, preparando os indivíduos para que possam contribuir de forma mais plena para a construção de uma sociedade democrática. Entretanto, é fundamental que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não seja encarada apenas como uma alternativa para a reposição de escolaridade, mas como um espaço de promoção da construção de conhecimentos que possuam o poder de transformar a realidade das pessoas que dele participam.

Os alunos dessa modalidade já carregam consigo uma educação informal, que se fundamenta no ambiente social e familiar em que estão inseridos. Por isso, é essencial que a pedagogia aplicada na EJA seja adaptada e diferenciada, com o objetivo de proporcionar uma perspectiva de vida mais ampla e positiva, gerando transformações nas esferas intelectual, pedagógica e social (Reichardt; Silva, 2020).

A EJA, ao valorizar o conhecimento pré-existente dos alunos, oferece um ambiente educativo que reconhece suas vivências e experiências, integrando essas dimensões à construção de novos saberes. Deste modo, ela não só contribui para a formação acadêmica, mas também desempenha um papel crucial na promoção de uma educação emancipadora, que possibilite aos alunos o desenvolvimento de habilidades e competências para atuar de forma mais ativa e crítica na sociedade.

É nesse sentido que a EJA se configura como um instrumento poderoso de transformação social, permitindo que seus alunos possam acessar novas oportunidades e melhorar sua qualidade de vida. A transformação no contexto escolar ocorre a partir da união entre saberes teóricos e científicos e saberes culturais e sociais.

A combinação dessas diferentes formas de conhecimento, aliada à valorização dos saberes individuais, amplia horizontes e possibilita a aplicação prática do que foi aprendido no dia a dia, promovendo o desejo contínuo de aprender. A educação escolar se configura como parte fundamental dos processos transformadores de qualquer sociedade, sendo o ensino-

aprendizagem caracterizado por interações dinâmicas entre professores e alunos, com o objetivo de construir conhecimento por meio da colaboração mútua.

No caso dos jovens e adultos, esse processo assume características específicas e distintas, uma vez que muitos educandos podem ter passado longos períodos afastados das salas de aula. Essas experiências de afastamento exigem uma adaptação pedagógica cuidadosa, que leve em conta as lacunas educacionais, as necessidades emocionais e as expectativas desses alunos.

A Educação de Jovens e Adultos, portanto, deve ser sensível às particularidades de seus alunos, oferecendo uma abordagem pedagógica que considere sua bagagem de vida, respeite sua autonomia e motive o aprendizado contínuo. A EJA não apenas repõe o tempo perdido, mas também contribui para a transformação social ao capacitar os indivíduos para uma participação mais ativa e consciente na sociedade.

Para que o retorno à educação seja eficaz, as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem estar alinhadas com as propostas educacionais oferecidas, pois são essas políticas que sustentam a transformação na vida dos cidadãos, impactando não apenas a trajetória individual, mas também as famílias, os setores econômicos e as questões sociais (Felício, 2022).

A construção de normativas que permitam que o modelo de ensino oferecido seja adaptado às necessidades do público-alvo só será possível quando os responsáveis pela elaboração dessas políticas se dedicarem de forma genuína e efetiva às demandas específicas das pessoas que serão atendidas.

Essa dedicação deve envolver um processo contínuo de escuta ativa e uma análise crítica das realidades locais, para que as políticas educacionais atendam de fato às necessidades concretas dos alunos, promovendo uma educação inclusiva e transformadora. O sucesso da EJA depende não apenas da criação de espaços educacionais adequados, mas também da implementação de práticas pedagógicas que considerem as experiências, os saberes prévios e as expectativas dos alunos, assegurando que a educação oferecida seja relevante e eficaz para todos os envolvidos.

Assim, as políticas públicas precisam ser pensadas de maneira a proporcionar condições reais para que esses alunos possam se reintegrar ao sistema educacional de forma plena, digna e motivadora. Isso significa que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) não deve ser vista unicamente sob a ótica etária dos educandos, já que muitos não tiveram acesso à educação ou interromperam sua trajetória escolar antes de concluir a Educação Básica.

É essencial destacar, também, as condições de exclusão socioeconômica, educacional e cultural que essa parcela da população enfrentou ou ainda enfrenta (Carneiro *et al.*, 2023).

A exclusão de um indivíduo do processo educacional não se resume apenas à falta de acesso formal à escola, mas envolve uma série de barreiras que vão desde as dificuldades financeiras até as questões relacionadas ao preconceito, à desigualdade de oportunidades e à desvalorização de saberes e culturas.

A EJA deve ser encarada não apenas como um meio de repor o tempo perdido, mas como uma ferramenta de inclusão e transformação social, capaz de oferecer uma educação que valorize as vivências e experiências dos alunos, e que abra novas possibilidades para que eles possam se integrar de maneira plena à sociedade.

Como alternativa para suprir a demanda de alunos que sofreram e/ou ainda sofrem exclusão em diferentes contextos e níveis, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha uma função social fundamental, permitindo que o indivíduo saia da posição de exclusão e se torne protagonista de sua própria história (Souza Filho; Cassol; Amorim, 2021). A função social da EJA deve ser priorizada em sua construção, com o foco voltado para a inclusão e a transformação das vidas dos alunos, enquanto os interesses capitalistas devem ficar em segundo plano.

A educação, especialmente voltada para os jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, precisa ser entendida como um meio de empoderamento e emancipação social. Ao priorizar a função social da EJA, é possível promover uma educação que não apenas repõe o tempo perdido, mas também abre portas para a transformação de realidades, oferecendo aos alunos as ferramentas necessárias para que possam melhorar sua qualidade de vida, participar ativamente da sociedade e ter acesso a novas oportunidades no mercado de trabalho.

Esse processo exige que os interesses individuais e comerciais sejam subjugados pelo compromisso com a equidade e com o direito à educação de qualidade. Três fatores são fundamentais nas legislações que definem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA): a função reparadora, a função equalizadora e a função qualificadora. A primeira está relacionada ao ressarcimento do direito que esses alunos têm à Educação Básica e à garantia de sua gratuidade, uma vez que o acesso à educação é assegurado por lei.

A função equalizadora, por sua vez, está vinculada ao direito à igualdade de oportunidades, buscando atender às necessidades específicas desse público, sem desconsiderar suas particularidades socioeconômicas, culturais e educacionais. Finalmente, a função qualificadora está associada à atualização de conhecimentos, ao estímulo ao desenvolvimento

do senso crítico e à promoção de uma cidadania plena e participativa (Reichardt; Silva, 2020). Essas funções, quando bem aplicadas, permitem que a EJA não apenas cumpra seu papel de reposição de escolaridade, mas também ofereça uma formação que contribua para o empoderamento dos alunos, fortalecendo sua capacidade de atuar de maneira crítica e consciente na sociedade.

A modalidade deve ser entendida como uma via para a construção de um futuro mais justo e igualitário, no qual todos tenham as mesmas condições de acesso ao conhecimento e ao exercício pleno de seus direitos e deveres. Contudo, para que as políticas educacionais realmente cumpram seus objetivos, é fundamental que os agentes envolvidos no processo compreendam e integrem as questões culturais e sociais do ambiente em que atuam, pois esses aspectos fazem parte da essência de cada indivíduo e impactam diretamente a sua experiência educacional.

A educação não pode ser vista de forma isolada; ela está intrinsecamente ligada ao contexto em que o aluno vive, às suas vivências, crenças e valores, os quais influenciam sua forma de aprender e se relacionar com o conhecimento. Diante disso, um olhar atento às particularidades culturais e sociais de cada aluno é essencial para a construção de práticas pedagógicas que, de fato, promovam a inclusão e o desenvolvimento integral do sujeito, respeitando sua identidade e potencializando seu aprendizado.

O processo educativo parte da premissa de que a educação é um fenômeno essencialmente social, refletindo o sentido profundo da educação escolar. Em outras palavras, o aprendizado efetivo é aquele que articula conhecimentos teóricos com as particularidades de uma cultura, oferecendo ao educando a oportunidade de se inserir plenamente nos aspectos culturais e sociais de sua comunidade (Araújo, 2006a).

Considerando que a educação desempenha um papel significativo no desenvolvimento da sociedade, ela impacta diretamente todas as áreas da vida de um indivíduo, afetando suas relações organizacionais, sociais e familiares. Dessa forma, a educação se torna uma fonte inesgotável de transmissão de conhecimento, ultrapassando os limites físicos dos muros escolares e expandindo-se para o cotidiano e a prática social.

A construção dessa trajetória educacional foi gradual e, inicialmente, impulsionada pelo interesse de pesquisadores que, por meio de seus estudos teóricos e técnicos, conseguiram direcionar os olhares das esferas governamentais para a importância da educação. Com esse olhar ampliado, a educação voltada para pessoas com idade superior à das crianças da Educação

Infantil também passou a ganhar destaque no âmbito das políticas públicas e no interesse acadêmico.

Em vista disso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi sendo reconhecida como uma estratégia fundamental para incluir aqueles que, por diferentes razões, interromperam sua trajetória escolar. Em síntese, para entender a relevância da educação no processo de formação do indivíduo, é essencial compreender a trajetória histórica que culminou no modelo de ensino-aprendizagem atual.

Essa compreensão permite identificar os avanços conquistados, as lacunas ainda presentes e as necessidades de adaptação das práticas pedagógicas para garantir a eficácia do processo educativo em diferentes fases da vida. A educação, portanto, não é apenas um direito garantido pela Constituição, mas também uma ferramenta de transformação social que visa promover a equidade, a inclusão e o desenvolvimento integral do indivíduo.

Uma década importante para a construção da Educação de Jovens e Adultos foi a de 1940, quando marcos significativos na estruturação desse modelo de ensino foram alcançados. Nesse período, deliberações importantes, como a regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) e a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), desempenharam papéis essenciais.

A criação dessa campanha, em particular, foi o principal motor para o desenvolvimento de materiais pedagógicos voltados exclusivamente para adultos e, mais tarde, para a elaboração de novos dispositivos normativos. Ao longo dessa década, congressos e seminários dedicados à educação de adultos foram realizados, proporcionando um ambiente propício para o fortalecimento do movimento e ampliando a conscientização sobre a importância de incluir os jovens e adultos no processo educacional formal (Romero; Santos, 2024).

Esses avanços marcaram um ponto de inflexão no entendimento e na abordagem da educação para esse público, lançando as bases para as futuras políticas educacionais direcionadas à EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Brasil.

[...] a preocupação com a Educação de Jovens e Adultos praticamente não se distinguia como fonte de um pensamento pedagógico ou de políticas educacionais específicas. Isso só viria a ocorrer em meados da década de 1940. Havia uma preocupação geral com a educação das camadas populares, normalmente interpretada como instrução elementar das crianças (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 110).

Haddad e Di Pierro (2000) destacam que, antes da década de 1940, a Educação de Jovens e Adultos não era vista como um campo específico de estudo ou política educacional. Naquele período, a principal preocupação era com a educação das camadas populares, mas essa

atenção estava voltada principalmente para a instrução elementar das crianças, e não para a educação de adolescentes ou adultos.

A ideia central é que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) era negligenciada como uma área de estudo e intervenção pedagógica própria. A ênfase estava nas crianças com o foco na alfabetização e formação básica. Foi apenas a partir dos anos 1940 que essa educação começou a ser reconhecida como um campo distinto, com suas próprias necessidades e especificidades, o que levou ao desenvolvimento de políticas e práticas educacionais voltadas para os jovens e adultos que não haviam completado a escolarização na infância.

Ou seja, a EJA só começou a ser tratada como uma área relevante de política pública e de reflexão pedagógica na década de 1940, momento em que a sociedade e os estudiosos começaram a perceber a importância de garantir o acesso à educação para esse público.

Santos e Lopes (2017) explicam que o desenvolvimento da industrialização no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 foi um fator importante para a criação de políticas e programas voltados para a alfabetização de adultos. Com a transição do país de um modelo econômico agrário-rural para um modelo industrial-urbano, o Brasil passou a demandar uma mão de obra mais qualificada e alfabetizada para sustentar o ritmo acelerado de crescimento econômico.

O combate ao analfabetismo e a inclusão dos adultos em programas de alfabetização passaram a ser vistos como uma prioridade, pois a Educação Básica era fundamental para garantir que a população pudesse atender às novas exigências do mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico.

A busca por reduzir a taxa de analfabetismo foi uma resposta direta à necessidade de adaptação do Brasil ao novo modelo econômico, no qual a industrialização e o urbanismo exigiam uma força de trabalho mais preparada e instruída. Antes desse período, uma grande parte da população vivia em zonas rurais, o que resultava em obstáculos significativos para o acesso à educação. Muitas crianças, ao atingirem certa idade, eram forçadas a abandonar os estudos para trabalhar no campo, ou enfrentavam as dificuldades impostas pelas grandes distâncias entre suas residências e as instituições de ensino.

Quando o desenvolvimento econômico chegou, uma parte considerável da população, com idade para ingressar no mercado de trabalho, possuía uma baixa escolaridade. Isso comprometeu seu desempenho e limitou suas oportunidades diante das novas demandas do mercado de trabalho, prejudicando sua capacidade de aproveitar as novas possibilidades econômicas que surgiram com a industrialização e urbanização do país.

Com a crescente demanda por mão de obra qualificada nas indústrias, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganhou força, impulsionada pelo crescimento econômico do país. O debate sobre essa modalidade de ensino esteve, em grande medida, atrelado a aspectos políticos e econômicos, uma vez que seu objetivo primordial era suprir as exigências do mercado de trabalho (Santos; Lopes, 2017).

Em outras palavras, desde sua estruturação inicial, a EJA foi concebida como um meio de qualificar trabalhadores para atender às necessidades do setor econômico, que se expandia com a Revolução Industrial. No entanto, esse processo ocorreu sem a devida atenção às questões sociais e educacionais da população que deveria ser beneficiada, evidenciando uma lacuna na promoção da inclusão e da cidadania por meio da educação.

Nesse contexto, uma das funções da Educação de Jovens e Adultos (EJA) era facilitar a integração dos migrantes rurais ao ambiente urbano, elevando seu nível de escolaridade a um patamar que possibilitasse melhores oportunidades socioeconômicas. Em consequência disso, a EJA atuava como um mecanismo de aceleração dos estudos para jovens e adultos em situação de defasagem educacional, permitindo sua reinserção no sistema de ensino e ampliando suas perspectivas de qualificação profissional e cidadania (Carneiro *et al.*, 2023).

Todavia, o foco exclusivo nas questões econômicas, aliado à preocupação com a reinserção escolar, mostrava-se insuficiente para atender plenamente às necessidades do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), resultando em elevados índices de evasão.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um processo formativo que integre dimensões culturais, sociais e humanas, valorizando os conhecimentos e as experiências prévias dos discentes, ao mesmo tempo em que lhes proporciona novos saberes específicos e técnicos, configura-se como um dos principais objetivos dessa modalidade de ensino.

Isso significa que, além de sua função na construção curricular, a EJA deve oferecer subsídios que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo não apenas a qualificação profissional, mas também a ampliação de sua cidadania e autonomia (Reichardt; Silva, 2020).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) era vista por grande parte dos educandos como uma oportunidade de recomeço, uma vez que, por diferentes razões, não haviam conseguido concluir seus estudos na idade apropriada ou, em algum momento, precisaram interrompê-los.

O retorno à escola representava, por conseguinte, não apenas a possibilidade de retomada da trajetória acadêmica, mas também uma ferramenta para a redução das desigualdades sociais, ao proporcionar o acesso a novos conhecimentos e ao desenvolvimento

de habilidades fundamentais para a inserção no mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania.

Dotada do sentido humanizador, a EJA acolhe esses sujeitos que não tiveram acesso à escola no passado, ou dela foram colocados para fora, reconhecendo que esses têm uma vida rica em aprendizagens a ser valorizada. [...] Numa sala de aula heterogênea, como ocorre na EJA, o professor deve propor uma prática pedagógica que agregue todas as redes de saberes, tecida nos seus variados espaços/tempos e de experiências (Souza Filho; Cassol; Amorim, 2021, p. 725).

Souza Filho, Cassol e Amorim (2021) destacam o caráter humanizador da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ressaltando seu papel inclusivo ao acolher indivíduos que, por diferentes motivos, não tiveram acesso à escola na idade considerada adequada ou foram dela excluídos. O trecho acima enfatiza que esses alunos trazem consigo um repertório significativo de vivências e aprendizagens adquiridas ao longo da vida, as quais devem ser reconhecidas e valorizadas no processo educativo.

Outrossim, os autores (2021) chamam a atenção para a heterogeneidade das turmas na EJA, que reúnem estudantes com diferentes histórias, idades, trajetórias e níveis de escolarização. Diante desse cenário, o professor assume um papel fundamental ao propor práticas pedagógicas que integrem os diversos saberes dos alunos, considerando os múltiplos espaços e tempos em que essas aprendizagens foram construídas.

À frente desse movimento de ressignificação da alfabetização de jovens e adultos, diversos autores brasileiros se destacaram ao produzir estudos e materiais que ampliaram a visibilidade dessa temática. Suas contribuições não apenas trouxeram a educação de faixas etárias mais avançadas para o centro do debate, mas também viabilizaram a adequação das políticas educacionais a essa demanda emergente.

Entre os principais estudiosos desse campo, destacam-se Arroyo (2005), Cunha Júnior (2020), Di Pierro (2005), Felício (2022), Freire (1989), Gadotti (1996), Mourão (2017) e Santos (2022), cujas fundamentações teóricas foram essenciais para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e adequadas às necessidades específicas dos jovens e adultos.

Paulo Freire foi um dos pioneiros na alfabetização de adultos no Brasil, destacando-se por sua abordagem crítica e emancipatória da educação. Ele difundiu a ideia de que o analfabetismo não é simplesmente uma deficiência individual, mas sim uma consequência das estruturas sociais desiguais, sendo um efeito da pobreza e não sua causa. Para Freire, a educação deveria ir além da mera transmissão de conteúdo, assumindo um papel transformador na realidade dos educandos.

Ele defendia que os processos educativos deveriam estimular a consciência crítica, capacitando os indivíduos a compreenderem e questionarem as condições sociais que os marginalizavam. Assim, a alfabetização não seria apenas um meio de aprender a ler e escrever, mas uma ferramenta fundamental para a superação das desigualdades e a conquista da cidadania plena. Seu pensamento influenciou não apenas a educação no Brasil, mas também práticas pedagógicas em diversos países, tornando-se uma referência mundial na educação popular e na luta por justiça social (Unesco, 2008).

Freire aparece nos anos 1960 como um importante expoente que lutou para que a população fosse alfabetizada com uma certa dose de criticidade. Seu trabalho, e sua luta pela libertação dos pobres e oprimidos, o tornou reconhecido, e atualmente é referência mundial. Defendia uma educação libertadora, pautada na criticidade e na transformação social do aluno. Lutava contra a opressão e prezava pela democratização da educação para todos (Romero; Santos, 2024, p. 297).

Romero e Santos (2024) destacam a relevância de Paulo Freire como um dos principais expoentes da educação crítica e libertadora a partir da década de 1960. Freire não via a alfabetização apenas como um processo técnico de ensino da leitura e escrita, mas como uma ferramenta para o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos, permitindo-lhes compreender e questionar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. Sua atuação esteve diretamente ligada à luta pela libertação das camadas mais pobres e oprimidas da sociedade, buscando empoderá-las por meio do conhecimento.

Essa abordagem fez com que seu trabalho ganhasse reconhecimento mundial, tornando-o uma referência essencial para práticas pedagógicas que visam a transformação social. Freire defendia uma educação libertadora, ou seja, um ensino que estimulasse o pensamento crítico e a autonomia dos alunos, permitindo que eles se tornassem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Ele se opunha a modelos educacionais opressores e defendia a democratização do ensino, garantindo que a educação fosse um direito acessível a todos, independentemente de sua origem social. Sua pedagogia continua a influenciar educadores no mundo todo, reforçando a importância da educação como instrumento de emancipação e justiça social.

No início dos anos 1960, Paulo Freire implementou seu método de alfabetização de trabalhadores rurais em Angicos (RN), que se tornou um marco na educação popular no Brasil. O método de Freire para alfabetizar baseava-se em três etapas fundamentais: primeiro, identificar o universo vocabular dos participantes, ou seja, compreender as palavras e expressões que faziam parte do seu cotidiano; em seguida, utilizar o vocabulário temático, por meio de um processo de codificação, decodificação e contextualização dos termos, promovendo

uma aprendizagem mais significativa; e, por fim, gerar discussões que estimulassem a conscientização dos educandos, incentivando-os a refletir sobre sua realidade social e a agir para transformá-la (Santos; Lopes, 2017).

Paulo Freire propunha que o processo de ensino-aprendizagem fosse bilateral, ou seja, uma via de mão dupla, em que tanto o educador quanto o educando participavam ativamente. Para ele, o conhecimento não deveria ser imposto de forma unilateral, mas construído de maneira conjunta, com os educandos contribuindo com suas experiências e saberes.

O objetivo era que, por meio dessa interação, os educandos não apenas assimilassem conteúdos, mas também desenvolvessem competências críticas, como o pensamento analítico e a capacidade de resolver problemas, essenciais para sua emancipação social e intelectual.

A educação deveria ser pautada na formação integral do indivíduo, preparando-o para a vida por meio da valorização de princípios éticos e de uma política educacional voltada para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Para isso, é fundamental ir além da simples transmissão de saberes puramente teóricos, regularizando o educando como sujeito de direitos e liberdades, ativo em seu próprio processo de aprendizagem (Nascimento, 2013).

Uma educação transformadora deveria considerar não apenas o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas também sua formação crítica e humanística. Isso implica a valorização do diálogo no ambiente educacional, a construção coletiva do conhecimento e o reconhecimento das vivências e experiências dos educandos.

Por outro prisma, garantir que o aluno seja protagonista de sua própria formação oferece oportunidades reais de reflexão e ação, possibilitando-lhe interpretar criticamente a realidade e atuar de forma mais consciente na sociedade. Dessa maneira, a educação cumpriria seu papel não apenas como meio de transmissão de conhecimento, mas como ferramenta essencial para a emancipação e transformação social.

Em sentido diverso, Paulo Freire (1987; 1989 e 1992) criticou a concepção capitalista que reduzia a Educação de Jovens e Adultos à mera formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Em contraposição, defendeu uma educação dialógica, fundamentada na troca de saberes entre educador e educando, valorizando a bagagem cultural e as experiências de vida dos estudantes como elementos essenciais do processo de aprendizagem.

Para Freire, a educação deveria permitir que o aluno compreendesse sua realidade, questionasse as estruturas sociais e, a partir desse entendimento, atuasse de forma consciente e transformadora em seu contexto. Essa abordagem romântica com a visão tradicional e bancária da educação, na qual o conhecimento era simplesmente transmitido aos alunos de forma

passiva, não abria espaços para uma reflexão crítica ou participação ativa no processo de aprendizagem. Nesse modelo, os estudantes eram vistos como meros receptores de informações, enquanto o professor assumia o papel de detentor exclusivo do saber.

Freire (1987; 1989 e 1992) propunha uma pedagogia libertadora, em que o ensino se constituísse como um processo coletivo, pautado na problematização da realidade e na construção de um conhecimento significativo e aplicável à vida dos educandos. Foi o pioneiro ao considerar os alunos em faixas etárias mais avançadas como sujeitos que devem se apropriar de seus direitos como cidadãos, em vez de se limitarem a ser ferramentas para o crescimento do meio econômico.

Segundo ele (1987; 1989 e 1992), o exercício pleno da cidadania parte da educação enquanto fonte de mudança que desperta pensamento crítico e consciente, tornando a pessoa mais atuante nos setores sociais, culturais e políticos.

O processo educativo deve promover a participação ativa dos sujeitos na produção e criação de conhecimento, em vez de os reduzir a meros receptores passivos. Essa abordagem não apenas estimula o pensamento crítico e a criatividade, mas também leva o aluno a compreender seu papel como agente de transformação do meio em que vive e produtor de conhecimento (Costa Júnior, 2023).

Em outras palavras, o ensino deve transcender o aprendizado mecânico da leitura e escrita. Mais do que decodificar palavras, frases e sentenças, é fundamental que o indivíduo desenvolva a capacidade de “ler o mundo”, compreendendo criticamente a realidade que o cerca (Freire, 1992). Para isso, torna-se essencial considerar as experiências e percepções dos alunos, valorizando seus saberes e vivências como parte integrante do processo educativo. Essa abordagem não apenas fortalece a conexão entre o aprendizado e a realidade do estudante, mas também fomenta um ensino mais significativo e contextualizado.

No próximo capítulo “**Políticas públicas da EJA e do Cesec**”, serão abordadas as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para o papel desempenhado pelos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs).

A análise se concentrará na formulação, implementação e impactos dessas políticas, considerando o contexto histórico e os desafios atuais enfrentados na oferta de educação para esse público. Serão discutidas as diretrizes legais e institucionais que orientam a EJA, bem como os mecanismos de financiamento, gestão e avaliação dos programas voltados para a modalidade. Também será examinada a atuação dos Cesecs na democratização do acesso ao

ensino e na promoção da aprendizagem contínua, explorando suas metodologias, estrutura e contribuição para a permanência dos estudantes.

Ao longo do capítulo, será realizada uma reflexão crítica sobre a efetividade das políticas públicas na redução da evasão escolar, na valorização da formação docente e na construção de uma educação mais inclusiva e equitativa. Dessa forma, o capítulo fornecerá subsídios para compreender o impacto das ações governamentais na consolidação da EJA e no fortalecimento dos Cesecs como espaços de aprendizagem e transformação social.

5 Políticas públicas da EJA e do Cesec

“É possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?”

Saviani, 2001

Essa reflexão de Saviani (2001) nos convida a olhar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um espaço histórico e dinâmico, em que cada sala de aula reflete desafios e possibilidades singulares. A diversidade dos estudantes, marcada por trajetórias de vida variadas, exige que o processo de ensino e aprendizagem vá além de práticas pedagógicas padronizadas.

Compreender a EJA implica também considerar o percurso das políticas públicas que a estruturaram e os fatores que impactam a permanência escolar, como a evasão. Dessa forma, a EJA se revela como um campo onde teoria, ação e transformação se entrelaçam, permitindo que a educação se constitua efetivamente como instrumento de mudança social (Marquez; Godoy, 2020).

5.1 Políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos

Considerando que o contexto histórico influencia diretamente as políticas públicas, incluindo a política educacional que é oferecida à população, a Educação de Jovens e Adultos consolidou-se como uma modalidade de ensino por meio de diversas lutas, negações, avanços e retrocessos, uma vez que ela não recebia a devida atenção dos representantes políticos.

Com isso, acredita-se que a história da Educação de Jovens e Adultos é repleta de um histórico de negação de direitos e exclusões, sendo o direito à educação durante muito tempo, destinado a ser um privilégio da elite. Assim, as políticas públicas voltadas para este público são recentes, com cerca de apenas 50 anos e sua construção se deu através de diversas campanhas de alfabetização (Vasques; Anjos; Souza, 2020).

Assim, apesar dos avanços conquistados dentro do espaço educacional, essa modalidade de ensino ainda ocupa um lugar secundário quando comparada a outras modalidades. Essa subalternidade se manifesta tanto na produção de material didático adequado às faixas etárias dos alunos quanto no financiamento e na formação de professores (Musial; Almeida Júnior, 2022).

Ou seja, quando a EJA começou a ser desenhada e conseguiu um lugar dentro das políticas educacionais, os direitos dos alunos que a frequentavam ainda não eram em sua totalidade preservados e ainda na atualidade é possível ver resquícios deste lugar que ela sempre ocupou. A estruturação do ensino, o material didático fornecido e o corpo docente não recebem as atenções devidas, e isso pode estar atrelado ao olhar e/ou à falta de conhecimento dos agentes políticos, que acreditam que o processo de aprendizagem está limitado às idades regulares.

A produção e a implementação de políticas educacionais são fundamentais para a promoção da EJA em nosso país. Estas políticas são responsáveis por proporcionar ambientes de inclusão e equalização das oportunidades educacionais, uma vez que refletem a busca pela superação dos desafios como o analfabetismo e a defasagem escolar, colocando a educação como sendo agente de transformação social para os envolvidos (Machado; Lages; Sant'ana, 2024).

Os caminhos percorridos para se chegar à estruturação da EJA da forma como ela se encontra na atualidade nem sempre foram os mesmos. Como supra referido, essa estruturação se deu por meio de ciclos de muitos avanços em paralelo com períodos de estagnação. Para alcançar a posição atual, foi necessário percorrer um longo e burocrático caminho de leis, normativas e diretrizes.

Os rumos e a organização da Educação de Jovens e Adultos sempre estiveram no centro das discussões dos movimentos sociais, posto que, o governo não nutria muito interesse por este modelo de educação destinada ao povo (Santos; Amorim, 2019, p. 5). O fato de a exclusão social no Brasil ser algo muito marcante, o processo de educação também não poderia ficar de fora.

A defasagem educacional no país atingia e ainda atinge a parte da população mais vulnerável, negando a estas pessoas o direito de participação de forma plena em seu exercício de cidadania. As legislações que buscam minimizar tal situação, surgem como reconhecimento deste fato histórico e como forma de reparação (Vasques; Anjos; Souza, 2020).

A educação como direito foi garantida desde a Proclamação da República, quando se deu a promulgação da primeira Constituição Brasileira, sendo então considerada como instrução primária para toda a população. No entanto, apesar de estar tal questão estabelecida no documento, as pessoas, em especial as de baixa renda, tinham dificuldades para ter acesso à educação. Ou seja, a lei garantia o direito, mas o cumprimento da legislação não era efetivo (Santos; Amorim, 2019).

Atualmente, várias camadas podem ser observadas na dificuldade do cumprimento da legislação, porque os grupos vulneráveis não podiam e muitas vezes ainda não podem deixar a posição de trabalhadores e sustentadores de famílias para se dedicarem a educação que um dia lhe foi negada. Para que seja possível unir à necessidade de trabalho ou dificuldades de acesso à escola com o efetivo cumprimento do direito à educação, outras áreas além da política pública precisam se unir para garantir o acesso ao ensino; aqui em destaque pode se colocar a área de desenvolvimento social.

Logo, quando se trata do Brasil, consideramos o país como sendo regido por um governo democrático, onde a União, Estados e Municípios, são representações de grupos societários, onde o governo busca equilibrar os interesses próprios com os interesses da sociedade. Neste caso, quando uma questão social ganha força suficiente para afligir tanto o governo quanto a sociedade de maneira geral, em algum momento, passa a ser alvo das políticas públicas, como aconteceu com a Educação para Jovens e Adultos (Bastos Netto, 2024).

Como pode ser percebido, em uma sociedade fundamentalmente capitalista, onde as desigualdades sociais e econômicas se manifestam a todo o momento, mostrando suas faces, a elaboração de planos e políticas educacionais são muito direcionadas para manter o sistema de produção e com isso atender os interesses das classes dominantes.

Apesar disso, quebrar esse paradigma e equilibrar os direitos democráticos é uma luta que a EJA enfrenta desde os primórdios de sua criação (Marquez; Godoy, 2020). A questão não é apenas criar uma política que una os interesses da educação e da sociedade, com o intuito de manter a máquina dominante em funcionamento.

É antes de tudo, elaborar projetos e leis que beneficiem aqueles que estão em desvantagens sociais, culturais e de renda. Ou seja, o intuito deve ir além de proporcionar uma “mão de obra” qualificada, mas sim, fortalecer aqueles que, em algum momento, foram marginalizados em qualquer nível e promover o seu protagonismo social.

Para conseguir compreender essa jornada de evolução da EJA, faz-se importante aprofundar-se no conceito de política pública, uma vez as políticas públicas são a base para a implementação da educação em um país. Para Teixeira (2002, p. 03), as **políticas públicas** são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Em resumo, política pública é a área de saber que busca fazer a junção entre as ações do governo ao mesmo tempo em que busca realizar uma análise dessa ação e, caso necessário, faz propostas de mudanças no curso ou rumo de tais ações, sendo o seu processo de formulação aquele no qual os governos tornam oficiais suas aspirações, bem como objetivos, ações e programas.

Após a etapa de formulação de uma política pública, elas são desdobradas em planos, projetos, programas ou pesquisas e após a implementação, devem estar sob o controle de sistemas para a realização de acompanhamentos e avaliações (Bastos Netto, 2024). O objetivo principal de uma política pública é garantir e proporcionar que sejam colocados em prática os direitos que outrora foram previstos na Constituição, identificando e resolvendo questões coletivas e consequentemente garantindo a efetividade dos direitos da sociedade e a promoção do bem-estar social.

Dentro da conjuntura da educação, as políticas públicas são consideradas imprescindíveis para que seja garantido o acesso dos alunos, bem como a garantia da qualidade e da equidade no sistema educacional, uma vez que a educação é um direito fundamental e um meio importante para o desenvolvimento tanto cultural, quanto econômico e social de um país. Assim sendo, as políticas públicas educacionais são indispensáveis para a garantia de acesso de todos à educação e a promoção de igualdade de oportunidades (Costa, 2018).

Essas políticas públicas são entendidas como sendo resultado de articulações entre o poder público e são viabilizadas por meio de programas, leis, e linhas de financiamentos que buscam atender as demandas da sociedade, em especial, atender aos grupos marginalizados e vulneráveis. E em relação a modalidades de ensino, a EJA, durante muitos anos, esteve nesse papel de marginalização dentro do campo da política educacional (Oliveira; Oliveira; Lima, 2024).

Em relação às políticas públicas implementadas na área da educação, estão em destaques a elaboração de regulamentações e leis que garantem o acesso à Educação Básica, programas para reformas e construção de escolas, implementação de programas para formação e aperfeiçoamento dos professores, programas para inclusão escolar, entre outras iniciativas (Costa, 2018).

A junção destas políticas é o que vai realizando o desenho de como a educação vai se desenvolver, sobre o que será ofertado para seus alunos, em que precisam chegar e o que necessita ser reformulado. Neste sentido, a política educacional é o caminho que qualquer

modalidade deverá seguir, sendo então de fundamental relevância, que ela seja muito bem elaborada e sem lacunas.

A Carta Magna de 1988 é um marco extremamente relevante na construção da EJA no país, todos os movimentos sociais e políticos realizados até este momento foram importantes para o desenho da lei soberana que seria implementada. A Constituição Federal nada mais é que um conjunto de leis que serão a base para a organização e o funcionamento de um país, sendo assim, o aporte para a garantia de direitos e deveres de uma nação.

Por conseguinte, é considerada como sendo a lei mais importante devido a sua característica básica de nortear a proposição e elaboração das demais leis que serão instituídas nesta sociedade, e dentre os direitos básicos que a Constituição Federal Brasileira propõe está o direito à Educação (Silva; Watanabe, 2024).

Porém, antes da implementação da Constituição Federal de 1988, houve vários movimentos que antecederam a EJA. Um dos movimentos mais relevantes no país para a construção de uma política com o olhar voltado para o público com idade mais elevadas que aqueles da educação infantil, foram os movimentos feitos por Paulo Freire que na década de 1960 foi o responsável pela estruturação bem como pela implementação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos - PNAA.

O Decreto que instituiu este Plano foi o de nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964 e em resumo, o texto tratava da educação como sendo fonte de transformação social e entre os anos de 1958 e 1961 campanhas nacionais de combate ao analfabetismo foram sendo realizadas, expandindo assim a ideia de Educação para Jovens e Adultos (Colavitto; Arruda, 2014). Paulo Freire foi um pioneiro neste olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Em sua teoria, ele acreditava que a educação deste público obtinha mais êxitos quando a educação levava em consideração aquilo que os alunos tinham para ensinar, bem como suas vivências até ali. Seus estudos, ainda hoje são base para o entendimento sobre o processo ensino/aprendizagem desta população.

Com o golpe militar de 1964, o trabalho desenvolvido por Freire foi interrompido e um novo plano de educação para esta faixa etária passou a ser utilizado. O **Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral**, que apresentava três características básicas: o paralelismo que fazia entre os demais programas da educação na época; apresentava uma organização operacional descentralizada, em que havia Comissões Municipais espalhadas pelo país e possuíam como tarefa a execução do Programa, o recrutamento dos alunos e a organização física e profissional; e a terceira característica era a centralização do processo

educativo através Gerência Pedagógica do Mobral que fica encarregada da programação, execução e também da avaliação do processo educativo (Oliveira; Oliveira; Lima, 2024).

Este modelo de ensino perdurou no país por cerca de duas décadas e apesar de sua característica de ser voltado para o ensino de jovens e adultos, a sua ideologia e maneira como era executado não atingia seu fim, pois não condizia com a realidade dos seus alunos. Outro fator muito relevante para o insucesso do Mobral era a falta de instrução de seus professores, o que sucateava o ensino ofertado.

O Mobral foi substituído e, em seu lugar a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos, conhecida como Fundação Educar foi implementada, ficando em atividade durante os anos de 1985 e 1990 (Colavitto; Arruda, 2014). Com a fim do sistema Mobral, as políticas públicas tiveram que se reorganizar para atender esta demanda suprimida e a Constituição de 1988 seria um marco importante para essa reformulação do ensino para jovens e adultos.

Sendo assim, a Educação parte do princípio de que ela é um direito social firmado pela Constituição Federal de 1988, e como direito social entende-se, que para seu cumprimento, é necessária a junção de todas as Esferas do Governo (União, Estado e Município) para fazer valer estas obrigações que estão relacionadas com as questões educacionais (Costa; Machado, 2018).

Aqui o entendimento sobre a quem pertencia a responsabilidade sobre a educação é alterado e assim, todos os entes federados junto com a União e seus respectivos municípios passam a ter corresponsabilidade sobre o setor, incluindo aqui financiamento, fiscalização, organização física e didática e avaliação do trabalho que é oferecido.

Ainda na década de 1970, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 1971, o ensino conhecido como supletivo surgiu, sendo, anos depois, utilizado como parâmetro e base para o que seria mais tarde a Educação a Distância daquela época, que se inovou com a utilização de TV e rádio para o ensino (Colavitto; Arruda, 2014).

O ensino supletivo era de responsabilidade dos estados e municípios e consistia em uma alfabetização com duração de 03 meses, enquanto o curso primário contava com 02 períodos de 7 meses cada e a última etapa realizada era de capacitação profissionalizante (Sepúlveda, 2015).

Esta iniciativa teve curta duração, pois apresentava várias limitações, tais como: falta de mobilização, dificuldade de consistência das ações voltadas à população rural, descontinuidade administrativa dos gestores, concepções pedagógicas que estigmatizavam os jovens e os adultos, que se queixavam dos conteúdos infantilizados (Sepúlveda, 2015, p. 54).

Apesar da curta duração do ensino supletivo, ele serviu como base para novas reformulações e a maneira de se pensar no repasse da educação passa a ganhar novas possibilidades, como por exemplo, a opção de uma oferta de ensino que não necessitaria de 100% da presença do aluno na sala de aula. Essas novas possibilidades buscavam abranger aquelas pessoas que mesmo com a disponibilidade da EJA, ainda não conseguiam se organizar para estarem presentes na escola durante toda a semana.

5.2 O Cesec no estado de Minas Gerais

Com as reformulações no ensino supletivo, a modalidade de ensino para jovens e adultos em caráter semipresencial ganhou espaço e, devido ao fato de a sua criação ser de responsabilidade dos Estados e Municípios, em Minas Gerais foi instituído o Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec por meio da **Resolução SEE / MG nº 162** de 21 de novembro de 2000. O ensino semipresencial ofertado pelo Cesec foi ganhando força e as legislações que o regulamentavam foram se desenhando (Resende, 2022).

O Cesec é uma instituição que tem por objetivo proporcionar a aprendizagem dos conteúdos e habilidades necessários para a vida pessoal, social e profissional. Por isso, torna-se indispensável o ensino de acordo com a realidade do aluno, buscando fazê-lo encontrar significado na educação que lhe é oferecida e, ao mesmo tempo, despertar nele o interesse de aplicar na prática social aquele conhecimento que adquire na escola (Governo do estado de Minas Gerais, Resolução SEE Nº 2.943/2016, p. 4).

Minas Gerais possui um total de 853 municípios, sendo considerado como sendo o Estado com maior número de municípios no país. A política pública educacional do Estado é dirigida pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais – SEE/MG, que atua na oferta da EJA e, dentro de sua estrutura organizacional, possui a Diretoria de Educação de Jovens e Adultos. O papel desta diretoria é de coordenar todas as ações voltadas para a EJA em Minas Gerais (Fernandes, 2018). O Quadro 5 a seguir, realiza um resumo das legislações que construíram e regem o Cesec em Minas Gerais.

Até o ano de 2024, o atendimento a jovens e adultos foi realizado por meio do sistema semipresencial, com implementação por meio de 104 Cesecs, distribuídos por Minas Gerais. Em relação à legislação, tanto a organização quanto o funcionamento são regulamentados pela Resolução SEE/MG nº 2943 de 2016. Cada centro de ensino é responsável por elaborar seu Projeto Político Pedagógico e seu regimento interno, tendo como parâmetro para sua elaboração as legislações vigoradas (Resende, 2022).

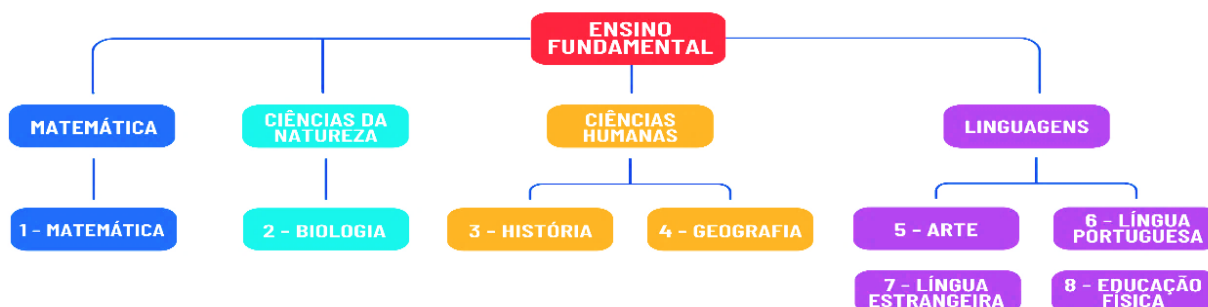
Quadro 5 - Legislações - Cesec

LEGISLAÇÕES	
Resolução SEE/MG nº 162 de 21 de novembro de 2000	Institui nova denominação para os Centros Estaduais de Estudo Supletivos - CESUs, que passa a ser Centros Estaduais de Educação Continuada – Cesecs
Resolução SEE/MG nº 251 de 2002	Define critérios para a realização de Exames Especiais oferecidos nos Cesecs
Resolução SEE/MG nº 171 de janeiro de 2002	Regulamenta a Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Minas Gerais
Resolução SEE/MG nº 625 de 02 de dezembro de 2004	Credencia os Centros Estaduais de Educação Continuada – Cesecs para funcionamento da Banca Permanente de Avaliação e define critérios para a realização de Exames Especiais
Resolução SEE/MG nº 1774 de 23 de outubro de 2010	Credencia os Centros Estaduais de Educação Continuada – Cesecs para funcionamento da Banca Permanente de Avaliação e define novos critérios para a realização de Exames Especiais
Resolução SEE/MG nº 2250 de 28 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesec) de Minas Gerais
Resolução SEE/MG nº 2943 de 18 de março de 2016	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesec) de Minas Gerais.

Fonte: adaptado de Resende (2022, p. 70-71).

Com a Resolução SEE nº 4955 de 05 de fevereiro de 2024, esta modalidade de ensino foi autorizada a ofertar para seus alunos a opção de Educação a Distância - EAD. Tal resolução ainda é fruto de muitas controvérsias, enquanto alguns grupos apoiam a educação a distância para jovens e adultos, outros acreditam que ofertar o Cesec no EAD retira um dos princípios da EJA que proporcionais um ambiente que favoreça a troca de experiências, vivências e saberes entre os alunos.

O período de matrícula no Cesec não possui data limite, podendo ser realizada em qualquer época do ano. Para a efetivação da matrícula, é necessário que o aluno possua no mínimo 15 anos para cursar o Ensino fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, sendo realizadas por componentes curriculares na secretaria da própria escola. Ao concluir um módulo, o aluno poderá dar seguimento ao próximo (Fernandes, 2018). As Figuras 12 e 13 exemplificam a distribuição dos componentes currículos utilizados no Cesec.

Figura 12 - Componentes curriculares do Ensino Fundamental

Fonte: adaptado de Fernandes (2018, p. 35).

Figura 13 - Componentes curriculares do Ensino Médio

Fonte: adaptado de Fernandes (2018, p. 36).

Quadro 6 - Comparativo entre a organização dos Cesec's e das escolas com ensino presencial da EJA

Tópico comparado	Organização das escolas de EJA presencial	Organização dos Cesecs	Análise (semelhanças ou diferenças)
Marco legal	Resolução SEE nº 2.843, de 13 de janeiro de 2016	Resolução SEE nº 4.955 de 5 de fevereiro de 2024	Diferente
Ensino ofertado	Ensino Fundamental (anos iniciais), Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio	Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio	Diferente
Modalidade de ensino	Presencial	Semipresencial	Diferente
Idade mínima para matrícula	15 anos para alunos do Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio	15 anos para alunos do Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio	Igual

Tópico comparado	Organização das escolas de EJA presencial	Organização dos Cesecs	Análise (semelhanças ou diferenças)
Período de matrículas	Preferencialmente, ao início do ano letivo, obedecendo ao Calendário Escolar	Em qualquer época do ano escolar	Diferente
Atendimento ao aluno	Turmas coletivas (sem um número limites de alunos).	Possibilidade de atendimentos em grupos ou individualizado	Diferente
Corpo docente	Professores regentes de aulas (com carga horária semanal de 16 horas/aula – 45 minutos)	Professores orientadores de estudos (com carga horária semanal de 20 horas/relógio – 60 minutos)	Diferente
Organização do curso / Carga horária	Ensino Fundamental (anos iniciais): dois anos letivos, com quatro períodos semestrais, carga horária mínima de 1.600 horas; - Ensino Fundamental (anos finais): dois anos letivos, com quatro períodos semestrais, carga horária mínima de 1.600 horas; - Ensino Médio: um ano e meio letivo, com três períodos semestrais, carga horária mínima de 1.200 horas	Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio: flexibilidade de horários de atendimento à escolha individual do estudante: tarde e/ou noite; - No tempo presencial, a carga horária mínima a ser cumprida deverá ser 16 horas por componente curricular, conforme Resolução SEE nº 4.789/2022	Diferente
Horário de atendimento ao estudante	Turno noturno: quatro aulas de 45 minutos cada; das 19h às 22h15min	Horários flexíveis: turno vespertino e noturno; das 13h às 22h	Diferente
Base Curricular Comum	Currículo de Minas Gerais (BNCC– Ensino Fundamental e Médio)	Currículo de Minas Gerais (BNCC – Ensino Fundamental e Médio)	Igual

Tópico comparado	Organização das escolas de EJA presencial	Organização dos Cesecs	Análise (semelhanças ou diferenças)
Método de estudos	Regime de atividades presenciais no turno noturno	Regime de atividades semipresenciais, caracterizado pelo ensino realizado, em parte de forma presencial, com presença física do estudante e, em parte de forma virtual, através de tecnologias impressas, audiovisuais ou <i>internet</i>	Diferente
Plano de estudos	Regime semestral de atividades presenciais (aulas e avaliações)	Conteúdos e atividades em módulos (estudos e trabalhos realizados em casa) e atividades avaliativas realizadas na escola, presencialmente	Diferente
Conteúdos (Ensino Fundamental – anos finais*) *Pelo fato de os anos finais do Ensino Fundamental serem o foco desta pesquisa, realizaremos apenas a análise desta etapa de ensino	Língua Portuguesa (5 aulas de 45' por semana); Língua Estrangeira (Inglês) (1 aula de 45' por semana); Arte (1 aula de 45' por semana); Educação Física (1 aula de 45' por semana); Matemática (4 aulas de 45' por semana); Ciências da Natureza (2 aulas de 45' por semana); Geografia (2 aulas de 45' por semana); História (2 aulas de 45' por semana); Ensino Religioso (1 aula de 45' por semana); Diversidade, inclusão e Cidadania (1 aula de 45' por semana) Total: 20 aulas semanais	Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Geografia, História, Matemática e Ciências da Natureza (5 módulos de trabalhos + avaliação e 1 módulo de projeto interdisciplinar ou literário); Educação Física (5 módulos de trabalhos; não é obrigatório para estudantes amparados pelo Artigo 36 da Lei 9394/96); Ensino Religioso (Não integra a organização curricular do Cesec, conforme Lei 15.434, de 05/01/2005 e Decreto 44.138, de 26/10/2005)	Diferente

Tópico comparado	Organização das escolas de EJA presencial	Organização dos Cesecs	Análise (semelhanças ou diferenças)
Avaliação	100 pontos distribuídos anualmente, com valor de 25 pontos por bimestre, sendo 40% da pontuação distribuída entre trabalhos e atividades, e 60% em avaliações formais (provas escritas)	100 pontos distribuídos em cada módulo, sendo 40% da pontuação distribuída para trabalhos (módulos de estudo) e 60% em avaliações formais (provas escritas). A conclusão do componente curricular se dá com a média aritmética da nota final de cada módulo	Diferente
Aprovação	- Aproveitamento mínimo de 60% da pontuação anual.	nota - Aproveitamento mínimo de 50% da pontuação anual	Diferente
Aprovação	- No mínimo 75% de frequência global às aulas	- No mínimo 75% de frequência global das aulas ofertadas para aprovação	Semelhante

Fonte: adaptado de Fialho (2024, p. 94).

Apesar de o Cesec ser incluído dentro da modalidade de ensino da EJA, ambos apresentam semelhanças e diferenças em sua forma de atuação. As características de cada um são o que moldam a forma de atuar e possibilita aos jovens e adultos, a oportunidade de escolher da modalidade de ensino da EJA, ambos apresentam semelhanças e diferenças em sua forma de atuação. As características de cada um são o que moldam a forma de atuar e possibilita aos jovens e adultos, a oportunidade de escolher a modalidade que mais se encaixa dentro de sua rotina de vida (Quadro 6).

Na compreensão do caminho histórico das legislações e normativas que compõem a EJA, na Constituição Federal em seu Artigo 208, ele prevê como sendo um direito, o acesso à educação por toda a população incluindo aqui todas as pessoas que, por qualquer razão, não tiveram acesso à escola na idade considerada como sendo apropriada, na infância ou na adolescência. Sendo assim, é explícito o dever da União e seus entes federados no cumprimento da legislação (Silva; Watanabe, 2024).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; [...] VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas

suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (Brasil, 1988).

A elaboração deste artigo específico da Constituição começou a ser moldado em 1987. Por meio de diversos debates e embates, colocaram as desigualdades educacionais como sendo fonte de diferentes outras desigualdades ao longo da vida de uma pessoa, sendo fundamental então que a garantia do direito à educação levasse em consideração que esse direito abarcava também o direito ao acesso à escola pública obrigatória e gratuita em qualquer fase do desenvolvimento do indivíduo, motivando assim as discussões sobre a temática e a busca da garantia do direito a uma educação formal (Sampaio; Hizim, 2022).

O Artigo 208 não apenas ampliava o direito à educação para toda a população, como também impunha à Federação e aos seus entes federados o dever no cumprimento da legislação, inclusive salientando quais deveres outros o acesso à educação imputava aos governantes, como: capacitação de corpo docente, oferta de material didático adequado, estruturação física das entidades de ensino e garantia para o aluno do acesso a essa escola.

Tais direitos, assegurados na Constituição, não são limitados às crianças ou adolescentes em idade regular, mas sim abrangentes a todos aqueles que não tiveram o acesso a educação na idade própria. No entanto, é importante destacar que, mesmo a Constituição firmando este direito, nem sempre a oferta educacional foi pensada de forma a atingir a todos, ficando por um período sendo direcionada e moldada apenas para as crianças.

Ao longo do tempo e com a demanda por profissionais cada vez mais capacitados, novas legislações foram sendo construídas e o olhar para a Educação de Jovens e Adultos passou a ganhar forma e consequentemente espaço dentro das discussões políticas (Costa; Machado, 2018).

O direito à educação formal para todos está atrelado ao consenso cultural de que esta educação forma e capacita os indivíduos para que estes sejam mais escolarizados e com isso abracem possibilidades melhores de emprego e de colocação dentro do mercado de trabalho. Como consequência de uma melhor colocação no mercado de trabalho, o estudante/trabalhador passa a ter ascensão social, logo a educação passa a ser desejada socialmente (Sampaio; Hizim, 2022).

Por conseguinte, o acesso à escolarização vai muito além de receber um certificado de conclusão, pois por meio de um ensino de qualidade e voltado para a realidade dos alunos da EJA, os indivíduos ali presentes elevam seu patamar de participação na sociedade como um todo, tornando-se mais ativos, críticos e produtivos, beneficiando a si e à comunidade na qual estão inseridos.

No entanto, apesar de a Constituição Federal ser instituída em 1988, seus efeitos no setor da educação não foram imediatos, apenas em meados da década de 1990 e após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB é que começaram os movimentos voltados para os jovens e adultos (Silva; Watanabe, 2024).

Assim, entende-se que a LDB “é o primeiro documento legal a ter registrado em seu texto o termo Educação de Jovens e Adultos e que passa a defini-la como Modalidade da Educação Básica” (Silva; Watanabe, 2024, p. 11). Assim, com a LDB entrando em vigor e complementando a Constituição Federal na garantia deste direito, o olhar sobre a educação, aqui destacando a Educação de Jovens e Adultos ganha notoriedade, uma vez que, a partir de 1996, o debate sobre a organização do Estado em relação à educação pública vai sendo materializado fazendo com que tanto os parlamentares quanto a sociedade civil vejam a educação por uma ótica de maior significância (Sampaio; Hizim, 2022).

A LDB passa então a ser um dos marcos mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que, por meio dela, a modalidade de ensino da EJA tem um holofote colocado em sua direção.

A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que regulamenta o sistema educacional do País, também foi influenciada pelas discussões para a garantia do direito à educação, no contexto de defesa de um conjunto de políticas de Estado para seu desenvolvimento (Sampaio; Hizim, 2022, p. 274).

Nesta referida Lei, o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos é delimitado, dando ênfase para o fato de que esta modalidade é destinada àqueles que por diferentes motivos, não puderam frequentar ou mesmo não conseguiram dar continuidade aos estudos na idade considerada como regular, abrangendo assim, o Ensino Fundamental e o Médio.

Também destaca em seus incisos que a mesma deve ser ofertada em caráter gratuito, sendo as unidades de ensino responsáveis por garantir as oportunidades educacionais adequadas ao seu público. Em outras palavras, a legislação dá ênfase para a importância de se levar em consideração as condições de vida, realidade, interesse e conhecimentos do público da modalidade (Machado; Lages; Sant’ana, 2024).

O documento destaca ainda a importância de ações integradas e complementares para facilitar o acesso e a permanência dos trabalhadores na escola. Nesse sentido, o poder público tem o papel de criar condições necessárias para que os adultos que trabalham possam conciliar suas responsabilidades profissionais com os estudos. Além disso, é destacada a importância da oferta de ensino noturno regular para jovens e adultos no ensino fundamental [...] (Machado; Lages; Sant'ana, 2024, p. 8).

A LDB deixa explícita que o processo de educação vai além do repasse de conteúdos teóricos, ampliando assim para o desenvolvimento de processos formativos que impactam as relações dos seres humanos como família, seres sociais, culturais e atuantes em seus locais de trabalho e comunidade. Enfatiza também o papel do Estado como responsável pela oferta da educação e pela adequação desta oferta para atender as demandas específicas do público-alvo do EJA (Carneiro, *et al.*, 2024).

Os direcionamentos da LDB vão de encontro com os postulados de Paulo Freire sobre o formato de educação ideal para jovens e adultos. A teoria elaborada por Freire na década de 1960 e deixada de lado durante o regime Militar, com a instituição da LDB, volta a ganhar força e um novo direcionamento é dado para esta modalidade de ensino.

Outro ponto importante da LDB é que, a partir dela, houve a diminuição na idade mínima para ingresso no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O Ensino Fundamental passa de 18 anos para 15 anos e o Ensino Médio passa de idade mínima de 21 anos para 18 anos, além de frisar que as modalidades de ensino devem levar em consideração as variáveis típicas do público ao qual vai atender como: características, condições de trabalho e de vida destes alunos (Marquez; Godoy, 2020).

Sendo assim, ao definir a educação da EJA como sendo uma modalidade de ensino, a Lei de Diretrizes Básicas se difere do antigo ensino supletivo, uma vez que a primeira foca nos processos formativos que a educação pode possibilitar aos seus alunos, enquanto o segundo era destinada prioritariamente à ideia de instrução. Essa distinção em seus objetivos é o que torna a LDB tão significativa para os avanços que a Educação de Jovens e Adultos alcançou (Fernandes, 2018).

No caminhar da educação após a LDB de 1996, em 2003 é elaborado o Programa Brasil Alfabetizado que possuía como objetivo principal a redução dos níveis de analfabetismo e/ou sua erradicação, seguindo assim as diretrizes da Declaração de Hamburgo de 1997, onde foram estabelecidas metas para a educação e erradicação do analfabetismo. O Decreto nº 6.093 de 2007 possibilitou uma reorganização neste programa, universalizando a alfabetização de jovens e adultos com idades superiores há 15 anos, além de o programa passar a financiar a

educação para este público que até então, recebiam verbas insuficientes dos governos (Nascimento, 2013).

A falta de destinação de verbas era um indício de que a Educação de Jovens e Adultos não era levada em consideração pelos governantes, quando essa modalidade passa a ter um direcionamento de recursos, mesmo que estes não sejam igualitários às demais modalidades, a EJA passa a ocupar um espaço que lhe era de direito, mas até então lhe era negado, assim como o direito à educação era negligenciado aos públicos com idades mais elevadas.

Em consonância com a busca pela estruturação e maior qualidade na oferta da EJA, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA – DCN/EJA que fortalece o conceito de que o direito à educação deve pressupor o reconhecimento das diversidades que há dentro dos saberes extraescolares. Com essa concepção atribuída aos sistemas de ensino, o aumento na visibilidade da EJA em prol de atender às diversas necessidades de seu público-alvo e competência na regulamentação da mesma, que seu ensino pode ser transmitido de forma presencial, semipresencial e a distância (Fernandes, 2018).

Algo comum em todas as políticas envolvendo a Educação de Jovens e Adultos é o reiterar de que esta modalidade deve transpor o ato de ensinar puramente as matérias curriculares básicas, levando para o centro do ensino a realidade da população atendida e buscando abranger toda a sua pluralidade. Esta ideia novamente vai ao encontro das ideias propostas por Freire na década de 1960, mostrando assim, o quanto a sua teoria estava à frente dos pensamentos daquele tempo.

Outra legislação muito importante na construção da EJA foi o Plano Nacional de Educação – PNE de 2001 e 2014. Em 2001 ele foi sancionado por meio da Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 e contava com metas direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos, além de colocar uma previsão de 10 anos para a erradicação do analfabetismo e de dez milhões de jovens alfabetizados em cinco anos.

A PNE de 2014 foi sancionada através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e nela também continha descritas metas para a remodelação do ensino no país, sendo algumas destinadas à Educação de Jovens e Adultos (Fernandes, 2018). São elas:

[...] **Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, [...] 8.2. implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial [...]; **Meta 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais [...] 9.1. assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria [...]; **Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos,

nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. 10.1. manter programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica [...] (Brasil, 2015).

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) destaca três metas fundamentais relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando a preocupação com a ampliação da escolaridade, a erradicação do analfabetismo e a integração da Educação Básica com a formação profissional.

- ❖ **Meta 8:** propõe elevar a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos, com um foco especial nos indivíduos que estão fora da escola e apresentam defasagem idade-série. O trecho "8.2 implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais considerados" reforça a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão desses jovens e adultos na educação, assegurando também mecanismos que favoreçam sua permanência nos estudos após a alfabetização inicial.
- ❖ **Meta 9:** estabelece o compromisso de aumentar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais. O item "9.1. assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria" enfatiza a garantia da gratuidade e a ampliação das oportunidades educacionais para aqueles que não puderam concluir seus estudos na idade adequada.
- ❖ **Meta 10:** trata da oferta da EJA integrada à educação profissional, estabelecendo como objetivo que, no mínimo, 25% das matrículas sejam nessa modalidade. O item "10.1. manter programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial" reforça a necessidade de estratégias que incentivem os estudantes a completar a Educação Básica, ao mesmo tempo em que adquirem qualificação profissional, promovendo maior empregabilidade e inclusão social.

O documento reflete o compromisso do governo brasileiro com a ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma estratégia fundamental para reduzir as desigualdades educacionais, promover a inclusão social e fortalecer a qualificação profissional. Ao estabelecer metas específicas para elevar a escolaridade da população jovem e adulta, o governo reconhece a importância de garantir oportunidades educacionais a aqueles que, por

diversos fatores, não tiveram acesso ou não conseguiram concluir sua formação na idade adequada.

Dessa forma, o capítulo evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) demanda uma abordagem integrada, que articule políticas públicas, práticas pedagógicas e ações institucionais voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes. É fundamental compreender a EJA não apenas como oferta de vagas, mas como um processo educativo complexo, que exige atenção às trajetórias de vida dos alunos, adaptação curricular, flexibilização de horários, metodologias contextualizadas e formação continuada de professores.

Ao considerar esses elementos, busca-se promover a efetividade da aprendizagem, a valorização da experiência do estudante adulto e a ampliação de oportunidades sociais e profissionais, reafirmando o papel transformador da educação. A reflexão apresentada prepara o caminho para as **Considerações Finais**, nas quais serão sistematizados os principais achados, implicações e desafios identificados ao longo desta investigação.

Considerações finais

A educação constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento pessoal, social e econômico, assumindo relevância ainda maior em um mundo marcado por constantes transformações científicas, tecnológicas e culturais. Trata-se de um direito fundamental e de um instrumento indispensável para a promoção da equidade, da cidadania e da justiça social.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) cumpre papel estratégico ao possibilitar que indivíduos que tiveram seu direito à escolarização historicamente negado possam retomar os estudos, ressignificar suas trajetórias e constituir-se como sujeitos ativos, críticos e participativos na sociedade.

A EJA não se limita à oferta de conteúdos formais, mas representa uma oportunidade concreta de reconstrução de projetos de vida, fortalecimento da autoestima e ampliação das possibilidades de inserção social e profissional. Ao reconhecer as experiências acumuladas pelos educandos ao longo de suas trajetórias, essa modalidade reafirma o compromisso com uma educação inclusiva, dialógica e socialmente referenciada, capaz de valorizar saberes e promover emancipação.

O presente estudo evidenciou que a evasão escolar na EJA, especialmente nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) de Minas Gerais, configura-se como um fenômeno complexo, resultante da articulação de múltiplos fatores — socioeconômicos, culturais, pedagógicos e estruturais — que impactam diretamente a permanência e o sucesso dos estudantes. Não se trata, portanto, de uma questão individual ou de falta de interesse, mas de um processo atravessado por condições objetivas de vida e por fragilidades institucionais que demandam análise aprofundada.

Entre os fatores identificados, destacam-se a necessidade de conciliar trabalho e estudos, a insuficiência de apoio familiar e social, a precariedade de infraestrutura em determinadas unidades escolares e a ausência de metodologias contextualizadas, capazes de dialogar com a realidade dos jovens e adultos. Soma-se a isso a descontinuidade de políticas públicas e a limitação de ações de acompanhamento sistemático, que poderiam atuar preventivamente diante de situações de risco de abandono.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de estratégias integradas que articulem políticas educacionais, assistência social e iniciativas de valorização do trabalho docente, a fim de garantir condições efetivas de permanência. Investir na EJA significa

reconhecer seu potencial transformador e reafirmar o compromisso com uma educação que promova inclusão, dignidade e desenvolvimento social sustentável.

É possível afirmar que tanto o objeto de estudo quanto o problema de pesquisa foram plenamente contemplados pela investigação. O **objeto de estudo** - “fatores que contribuem para o abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) em Minas Gerais” - foi abordado de forma abrangente, permitindo identificar e analisar os elementos socioeconômicos, culturais, institucionais e pedagógicos que influenciam a evasão. A pesquisa explorou como esses fatores afetam a trajetória educacional dos estudantes e mapeou as condições que favorecem ou dificultam sua permanência, oferecendo uma compreensão detalhada do contexto dos Cesecs.

O **problema de pesquisa** - “quais fatores influenciam a evasão escolar na EJA nos Cesecs de Minas Gerais e suas implicações para o mercado de trabalho, participação social e cidadania?” - também foi atingido. A investigação não apenas identificou os fatores causais da evasão, mas analisou suas consequências para os estudantes, evidenciando impactos na inserção no mercado de trabalho, na participação social e no exercício da cidadania.

Em suma, a pesquisa atendeu aos objetivos propostos, fornecendo subsídios teóricos e práticos para compreender a evasão escolar na EJA, contribuindo para a formulação de estratégias pedagógicas, políticas públicas e intervenções educacionais que promovam a permanência e o sucesso dos estudantes. Ao analisar os objetivos dessa pesquisa, verifica-se que eles foram plenamente atendidos

O **objetivo geral** — identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar na EJA — foi alcançado por meio da análise das causas, desafios e consequências enfrentadas pelos estudantes e pela sociedade. Os **objetivos específicos** também foram contemplados: identificaram-se os fatores socioeconômicos, culturais e estruturais; avaliaram-se as consequências da evasão para a inserção social e no mercado de trabalho; analisaram-se os desafios enfrentados pelos alunos na conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar; e foram propostas estratégias pedagógicas para reduzir a evasão e promover a permanência.

A partir dos resultados, evidencia-se a necessidade de uma abordagem integrada para tornar a EJA mais atrativa e eficaz, contemplando reformulação das políticas públicas: criação de leis e diretrizes específicas com financiamento adequado; melhoria da infraestrutura e tecnologia: ampliação do acesso à *internet*, laboratórios e espaços adequados de aprendizagem; capacitação contínua e valorização docente: formação continuada em metodologias eficazes e incentivos profissionais; flexibilização curricular: adaptação dos conteúdos às demandas do

mercado de trabalho e à realidade dos estudantes; políticas de permanência e apoio social: oferta de auxílios financeiros, creches, acompanhamento psicológico e suporte pedagógico.

O estudo reforça a atualidade e a relevância dos postulados de Paulo Freire, que defendem uma educação dialógica, problematizadora e contextualizada, fundamentada no reconhecimento das experiências prévias dos estudantes como ponto de partida do processo formativo. Sob essa perspectiva, ensinar não se reduz à transmissão mecânica de conteúdos, mas implica estabelecer uma relação horizontal entre educador e educando, na qual o conhecimento é construído de forma coletiva e crítica.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), tal concepção torna-se ainda mais significativa, uma vez que os sujeitos atendidos trazem consigo trajetórias marcadas por interrupções escolares, experiências de trabalho, responsabilidades familiares e múltiplos saberes construídos ao longo da vida. A EJA não deve limitar-se ao cumprimento de uma matriz curricular formal, mas assumir-se como espaço de emancipação, fortalecimento da autonomia e consolidação da cidadania.

Ao promover a leitura crítica da realidade e estimular a participação ativa na sociedade, essa modalidade contribui para que os estudantes enfrentem desafios sociais e profissionais de maneira consciente, posicionando-se como protagonistas de suas próprias histórias. Trata-se, portanto, de uma educação comprometida com a transformação social e com a superação das desigualdades historicamente produzidas.

Acrescenta-se que o estudo identificou desafios contemporâneos relevantes, como a ampliação do ensino a distância (EAD) nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs). Embora essa modalidade represente uma alternativa inovadora e flexível, especialmente para estudantes que necessitam conciliar trabalho e estudo, observou-se que sua implementação pode fragilizar o vínculo pedagógico e reduzir as interações presenciais, elementos fundamentais para a motivação, o acompanhamento sistemático e a permanência dos educandos. A ausência de espaços de diálogo e convivência pode comprometer a dimensão formativa que caracteriza a EJA, evidenciando a necessidade de equilíbrio entre flexibilidade e qualidade pedagógica.

Esses desafios reforçam a importância de políticas educacionais que estejam efetivamente alinhadas às demandas reais do público da EJA, considerando suas especificidades sociais, culturais e econômicas. A simples ampliação do acesso não garante, por si só, a permanência e o sucesso escolar; é imprescindível que as estratégias adotadas sejam

acompanhadas de suporte pedagógico, infraestrutura adequada e ações de acompanhamento contínuo.

A pesquisa apresenta expressiva relevância social ao abordar um fenômeno que impacta diretamente a vida de milhares de jovens e adultos que buscam retomar ou concluir seus estudos. Ao identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar, o estudo oferece subsídios consistentes para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, bem como para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam inclusão, permanência e equidade educacional.

Ao considerar dimensões socioeconômicas, culturais e estruturais, a investigação contribui para o aprofundamento da reflexão sobre a desigualdade educacional e sobre a responsabilidade do Estado e das instituições escolares na garantia do direito à educação. Nessa direção, fortalece-se a compreensão de que assegurar oportunidades de aprendizagem significativas implica enfrentar barreiras históricas e estruturais que limitam o acesso e a continuidade dos estudos.

No âmbito científico, a pesquisa amplia o conhecimento sobre a EJA e seus desafios, sistematizando dados acerca da evasão escolar e das condições que favorecem ou dificultam a permanência dos estudantes. Ao dialogar com teorias pedagógicas, analisar trajetórias educativas e examinar políticas públicas, o estudo contribui para o avanço das discussões acadêmicas sobre educação de adultos, práticas inclusivas e metodologias eficazes. Ademais, seus resultados podem orientar futuras investigações e intervenções, inspirando novas abordagens voltadas à redução da evasão, à melhoria da qualidade do ensino e à construção de modelos educativos mais flexíveis, contextualizados e socialmente comprometidos.

Por conseguinte, o fortalecimento da EJA como política educacional prioritária deve garantir não apenas acesso, mas também continuidade e qualidade da aprendizagem, promovendo trajetórias educativas significativas, redução da evasão escolar e inclusão social efetiva. Espera-se que os resultados deste estudo sirvam como referência para alunos, educadores, gestores e formuladores de políticas públicas, contribuindo para uma educação mais justa, equitativa e transformadora, capaz de impactar positivamente a vida dos estudantes, suas famílias e comunidades.

O produto educacional desenvolvido neste estudo consistiu na elaboração de um **Caderno Pedagógico**, vinculado ao curso de Mestrado, intitulado “Estratégias para a permanência e o sucesso escolar na Educação de Jovens e Adultos”. Este material foi concebido como um instrumento prático e didático para apoiar educadores, gestores e profissionais da

educação na identificação e enfrentamento dos fatores que contribuem para a evasão escolar na EJA.

O Caderno Pedagógico reúne estratégias pedagógicas, propostas de flexibilização curricular, metodologias inclusivas e práticas de acompanhamento voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes adultos. Integra reflexões sobre políticas públicas, gestão escolar e valorização dos saberes prévios dos alunos, oferecendo subsídios para a implementação de ações efetivas no contexto da EJA.

O produto não apenas traduz os achados da pesquisa em um recurso aplicável, mas também oferece um instrumento estruturado que pode ser diretamente utilizado por educadores e gestores na prática cotidiana da EJA. Ele contribui de forma significativa para a formação continuada de profissionais da educação, ao fornecer orientações, estratégias e metodologias que possibilitam enfrentar os desafios da evasão escolar e promover a permanência dos estudantes.

De igual modo, fortalece a EJA como um espaço de aprendizagem significativa, emancipadora e promotora de cidadania, ao valorizar os saberes prévios dos alunos, incentivar a participação ativa e engajada e favorecer a construção de trajetórias educativas que reflitam tanto o desenvolvimento individual quanto a transformação social coletiva.

Referências

- ALMEIDA, Ana Gabriela Alves de; HORA, Paulo Henrique Almeida da; NASCIMENTO JUNIOR, Pedro Almeida do. Evasão escolar na educação de jovens e adultos – EJA na Escola Municipal Mirta Correia Costa. **Revista Interseção**. Palmeira dos Índios, v. 6, n. 1, p. 182-195, nov., 2024. Disponível em: <<https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/567/471>>. Acesso em: 27 dez. 2025.
- ALMEIDA, Lucia Maria de; SILVA, Clécio Danilo Dias da; TORRES, Carina Ioná de Oliveira. Tecnologia educacional e inclusão social na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Civicae**. v. 3, n. 1, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://cognitionis.inf.br/index.php/civicae/article/view/CBPC2674-6646.2021.001.0001/86>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de; FONTENELE, Inambê Sales; FREITAS, Ana Célia Sousa. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Ensino em Perspectivas**. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/xiifiped2021/434833-a-construcao-da-identidade-docente-e-o-pensamento-freireano-na-educacao-de-jovens-e-adultos-\(eja\)/](https://www.even3.com.br/anais/xiifiped2021/434833-a-construcao-da-identidade-docente-e-o-pensamento-freireano-na-educacao-de-jovens-e-adultos-(eja)/). Acesso em: 26 nov. 2025.
- ALVES, Bruna Thais Dourado; Giustina, Flávia Pinheiro Della. **A evasão escolar no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os impactos de inserção no mercado de trabalho**. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. Gama, 2023. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/ii-mostra-de-tcc-de-pedagogia-uniceplac-306029/613930-a-evasao-escolar-no-contexto-da-educacao-de-jovens-e-adultos-\(eja\)-e-os-impactos-de-insercao-no-mercado-de-trabal/](https://www.even3.com.br/anais/ii-mostra-de-tcc-de-pedagogia-uniceplac-306029/613930-a-evasao-escolar-no-contexto-da-educacao-de-jovens-e-adultos-(eja)-e-os-impactos-de-insercao-no-mercado-de-trabal/). Acesso em: 28 dez. 2025.
- AMARAL, Cleonice Matos; SANTOS, Giane Souza Dos; MATEUS, Kergilêda Ambrósio de Oliveira. Políticas Públicas de formação de professores e as especificidades dos sujeitos da EJA no campo. **Revista Ensina UFMS**. Três Lagoas, v. 5, número especial, p. 122-137, dez. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/21352>>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- ARAÚJO, Gabriel Portella; NEVES, Thiago da Silva. 2021. **Causas da evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2021. Disponível em: <https://cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/gabriel_portella_araujo_e_thiago_da_silva_neves_-_causas_da_evasao_na_educacao_de_jovens_e_adultos_eja.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2025.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações**. Campinas: Papirus, 2006, cap. 1, p. 13 - 48.
- ARAÚJO, José Carlos de Souza. As intencionalidades como diretrizes da práxis pedagógica. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugenia de Lima e Montes. **Pedagogia Universitária: a aula em foco**. Campinas: Papirus, 2006-a, cap. 4, p. 91-114.

ARAÚJO, Mariane Barbosa de *et al.* A escola e o mundo globalizado: perspectivas de professores da EJA. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 22, n. 1, p. 50-62, ago./dez., 2023. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/6537/pdf_1155>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ARROYO, Miguel González. **Ensinar a viver** - Educação de Jovens e Adultos. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; NILMA Lino (org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, cap. 1, p. 19-52.

BARBOSA, Maria Goreti. 2017. **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos da escola estadual de ensino fundamental e médio Ana Ribeiro**. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14581/1/MGB05062019.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BARRETO, Dieison Batista dos Santos; PINHO, Maria José de. A interdisciplinaridade nas aulas educação física como uma ferramenta para redução da evasão escolar no EJA: um estudo voltado para escolas públicas. **JNT Facit Business and Technology Journal**., v. 1, n. 53 p. 316- 328, ago., 2024. Disponível em: <<http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2947/2016>>. Acesso em: 22 dez. 2025.

BARROS, Elânia Bonfim. Evasão Escolar na Modalidade EJA. **Entre os avanços e as vivências científicas**: estudos multitemáticos, v. 3, n. 22, p. 01-15, out., 2024. Disponível em: <<https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/495/476>>. Acesso em: 26 dez. 2025.

BASTOS, Ana Rita Santos. A inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: SILVEIRA NETO, Joaquim Cardoso da. **Leituras críticas da educação à procura de outra consciência**. Uiclap, 2023, cap. 2, p. 28-53. Disponível em: file:///C:/Users/55349/Downloads/wallacealmeida,+INCLUS%C3%83O+DIGITAL_(EJA)_Revisado.pdf. Acesso em: 27 dez. 2025.

BASTOS NETTO, Morel Cipriano de. **Políticas Públicas neoliberais e educação**: vivências em letramento digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Senador Canedo, Goiás. 2024. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano: Trindade, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/4599/1/mon_especializa%c3%a7%c3%a3o_%20Morel%20Bastos%20Netto.pdf>. Acesso: 22 nov.2025.

BORDIEU, Pierre. **O capital cultural**: notas para uma teoria cognitiva da ação. São Paulo: Edusp, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 23 ago.2025.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN. Lei nº 9.394 de 1996. DF. Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CAMARÃO, Beatriz Campos. **A percepção de estudantes do EJA Ensino Médio sobre a importância da Química no sul do Amazonas**. Universidade Federal do Amazonas. Humaitá, 2019. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/5735/4/TCC_BeatrizCamar%c3%a3o.pdf. Acesso em: 23 dez. 2025.

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos: o direito à educação e os desafios da política pública**. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

CAMPOS, Maria Malta. Educação e políticas sociais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 119, p. 27–50, 2003.

CARNEIRO, Fernanda Santos *et al.* Educação de Jovens e Adultos: desafios e dificuldades. *In.*: FARIAS, Helena Portes Sava de. **Caminhos da Ciência: uma visão das áreas do conhecimento**. Editora Eritaya: Rio de Janeiro, 2024.

CARNEIRO, Rafael Jacson da Silva *et al.* Breves considerações sobre a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). *In.*: MEDEIROS, Janiara de Lima (org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 205-214. Disponível em: <https://editorallicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/63>. Acesso em: 23 mai. 2025.

CARVALHO, Fernanda Elias; SILVA, Joel Manga da; MATOS, Darley Calderaro Leal. Oferta e evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Laranjal do Jari, Amapá de 2020 a 2024: os impactos das metodologias no ensino de ciências. **Revista Aracê**. São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 13153-13177, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifap.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1075/1/CARVALHO%20%282024%29%20-%20Oferta%20e%20evas%c3%a3o%20na%20educa%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

CASTRO, Francislene Santos; CRUZ, Rosana Evangelista da. O financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 40, e89940, p. 01-18, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/5fDmC6cXSHSDrrvK4KChhFQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr., 2020. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n1/v26n1a06.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

COLAVITTO, Cristiane Aparecida Ribeiro; ARRUDA, Angélica de Fátima. Paulo Freire: a educação que liberta. **Revista Saberes & Práticas**. Jussara, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/saberespraticas/article/view/992>. Acesso em: 17 mai. 2025.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. São Roque, v. 5, n. 1, p. 01-28, 2014. Disponível em: <https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COSTA, Ana Caroline Pinto; BUGARIM, Jonatha Pereira; DONDONI, Dayanne Zanelato; BUGARIM, Maria da Conceição Pereira. Metodologias ativas e a evasão escolar na EJA: uma revisão de literatura. **Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 1–21, jan./jul. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/rpgc/article/view/283/458>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

COSTA, Claudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA JÚNIOR, Joaquim Pinto. Educação e sociedade contemporânea: reflexões críticas e possibilidades. In: FIGUEIREDO, João Carlos (org.). **Perspectivas contemporâneas sobre políticas e práticas educacionais**. Campinas: Informar, 2023, cap. 3, p. 124-140.

CUNHA JÚNIOR, Luiz Aurélio *et al.* Educação de Jovens e Adultos (EJA): análise crítica do papel do professor e as implicações da evasão escolar no contexto social e econômico. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, v. 7, n. 2, p. 82-92, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2055>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DEE, Thomas Stephen. Students, teachers, and gender: Evidence from a randomized experiment. **Economics of Education Review**, v. 26, n. 4, p. 439–452, 2007.

DEE, Thomas Stephen. Conditional cash penalties in education: Evidence from the Learnfare experiment. **Economics of Education Review**, v. 30, n. 5, p. 924–937, 2011.

DIAS, Elisângela Teixeira Gomes. **Provinha Brasil e regulação**: implicações para a organização do trabalho pedagógico. 2014. 343 p. [Doutorado]. Universidade de Brasília, Brasília. 2014.

DIAS, Érika. A Educação e a escola. Para que servem as escolas? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas da Educação**. Rio de Janeiro, v.31, n.120, p. 621-629, jul./set. 2023. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/g96pfWK6JM8KrvMdn3TKHGQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

DIAS, Helida Karla dos Santos; SOUZA, Daniel Cerdeira de; FERREIRA, Jarliane da Silva. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – revisão da literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v.15, n.9, p. 8552-8574, 2023. Disponível em: <<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1596/1465>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DIAS, Maria Júlia. Políticas públicas para a educação e o direito social de aprender. **Revista de Políticas Educacionais**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 620-636, 2023. Disponível em: <https://revista.sites.ufsc.br/index.php/poliedu/article/view/1413>. Acesso em: 27 dez. 2025.

DIAS, Maria Júlia; PINTO, Aline Rodrigues. Educação e desigualdades sociais: reflexões sobre o acesso e a permanência na escola. **Revista Política & Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 235-250, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/poleduc/article/view/5632>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara. A construção da educação de pessoas jovens e adultas na LDB 9.394/96. **Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 1115-1139.

FAVERO, Maria de Lourdes; RIVERO, Cristina Dias. História da alfabetização de jovens e adultos no Brasil: um olhar político e pedagógico. In: SOUZA, Aricélia Ribeiro de (org.). **Políticas públicas e práticas na EJA**. Campinas: Unicamp, 2009. p. 15-46.

FAVERO, Rute Vera Maria; CARDOSO, Raissa Gabriela Wasem; SEGABINAZZI, Stéfani Daniel. A relação do alunado EJA com as tecnologias: uma perspectiva crítica da BNCC. **Cadernos do Aplicação**. Porto Alegre, v. 37, n. 01, p. 01-19, jan./dez., 2024. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/131358/93010>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

FELÍCIO, Larissa Azevedo de. **As políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos na contemporaneidade: um estudo de caso no município de X**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2022.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; OLIVEIRA, Iranildo da Silva. Evasão na EJA: um desafio histórico. **Educação & Formação**. Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 79-94, jan./abr. 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/SMS/Downloads/Dialnet-EvasaoNaEJA-7188965.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FERNANDES; Jarina Rodrigues. NOGUEIRA; Marcela Fontão; TRONCO, Mariah Cruz de Souza. Tecnologias e Currículo da EJA no Brasil em Tempos de Pandemia: para que, para quem? **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v. 21, n. 13, nov., 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762023000100117&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 ago. 2025.

FERNANDES, Mirlene Rios Elias. **A construção do módulo I nos componentes curriculares da EJA: um desafio para a gestão escolar do CESEC de Formiga (MG)**. 2018. 228 f. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2018.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/9751/1/mirlenerioseliasfernandes.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FERREIRA, Elen Cristina da Silva; OLIVEIRA, Nayara Maria de. Evasão escolar no ensino médio: causas e consequências. *Scientia Generalis*, v. 1, n. 2, p. 39-48, 2020. Disponível em: <<https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4/15>>. Acesso em: 19 ago. 2025.

FIALHO, Álysson Faria. **Possibilidades para o ensino de leitura e escrita para pessoas idosas no ensino fundamental II – CESEC**. 2024. 138 f. Dissertação [Mestrado].

Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2024. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/67489/1/%c3%81LYSSON%20FARIA%20FIALHO%20-%20Possibilidades%20para%20o%20ensino%20de%20leitura%20e%20escrita%20para%20pessoas%20idosas%20no%20Ensino%20Fundamental%20II%20-%20CESEC.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 18 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Alda Pereira; FIGUEIRA, Ana Paula Souza. A importância da Educação Básica na formação do indivíduo: uma análise de políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 221-235, 2020.

GADOTTI, Moacir. A formação dos educadores de jovens e adultos: um desafio político-pedagógico. *Revista de Educação de Adultos*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 78-88, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular na escola cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GALVÃO, Ana Maria; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o Analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GANDARA, Guilherme. **A formação docente para a EJA**: análise de políticas públicas e práticas pedagógicas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores no Brasil**: caracterização, crise e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

GATTI, Bernadette Angelina. A formação inicial de professores para a Educação Básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p.33-46, dez./jan., 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164/79909>>. Acesso em: 28 mai. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLÉGIO, Maria Aparecida; SANTOS, Juliana de Fátima. A EJA no Brasil: desafios e perspectivas. **Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**. Belo Horizonte, UFMG, 2011, p. 44-57.

GOLINELLI, Igor; CAMPANERUT, Franciane Zanetti. O desenvolvimento do currículo a partir do conceito de competências da BNCC em itinerários para EJA. **Dataset Reports**, v. 3, n. 1, p. 68-73, 2024. Disponível em: <<https://www.journals.royaldataset.com/dr/article/view/94/62>>. Acesso em: 30 mai. 2025.

GONÇALVES, Kamila da Silva. **Programa Brasil Alfabetizado**: uma análise crítica. 2024. 126 f. Dissertação [Mestrado]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifg.edu.br/bitstream/prefix/2069/1/dissertac%cc%a7a%cc%83o%20_Kamila%20da%20Silva%20Gonc%cc%a7alves.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GOUVEIA, Kelly Aparecida; SILVA, Patrícia Aparecida. EJA e a relação com o conhecimento: considerações sobre o currículo. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Paraná, v. 5, n. 9, p. 750-762, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretária do Estado de Educação. **Resolução SEE nº 4.955, de 05 de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nos Centros Estaduais de Educação Continuada - CESEC. Belo Horizonte: Secretária do Estado de Educação, 2024. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/4955-24-r-Public.-06-02-24.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretária do Estado de Educação. **Resolução SEE/MG Nº 2.943, de 18 de março de 2016**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do CESEC. Belo Horizonte: Secretária do Estado de Educação, 2016. Disponível em: <<https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2943-16-r.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2025.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos no Brasil. *In*: PAIVA, Jane (org.). **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 105-158.

HAYDT, Regina Célia. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2004.

LAGES, Simone; MACHADO, Eliane; SANT'ANA, Diego. Evasão na EJA: fatores sociais e educacionais. **Revista Educação em Debate**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 111-125, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, Sílvia; WIESE, Tomás; HARACEMIV, Regina. EJA como espaço de inclusão: reflexões e desafios. *In*: OLIVEIRA, Marcos (org.). **Inclusão, educação e cidadania**. Florianópolis: Reflexão, 2021, cap. 7, p. 129-145.

MACEDO, HÉLIO NAIA DE. 2016. **A evasão escolar na EJA da Escola Estadual Monteiro Lobato no município de Boa Vista – RR**. 96 f. Tese [Mestrado]. Universidade Politécnica e Artística do Paraguay. Ciudad Del Este, 2016. Disponível em: <<https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/470/448>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MACHADO, Eliane Aparecida *et al.* Políticas públicas educacionais e EJA: o desafio da qualidade e equidade. **Anais do III Congresso Internacional de Educação**. Goiás, 2021, p. 12-30.

MACHADO, Josiane Aparecida; LAGES, Rita Cristina Lima; SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. Avanços e desafios das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. **Revista Interdisciplinar Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 2, p. 01-19, 2024. Disponível em: <<https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/269/295>>. Acesso em: 27 dez. 2025.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos: em movimento e disputa. **Revista de Educação Popular**. Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, maio-ago., 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51940/29810>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MATOS, Marcilene Conceição do Amaral. **Investigando a evasão dos alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade de ensino semipresencial**. 109 f. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://Mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/04/MARCILENE-CONCEI%C3%87%C3%83O-DO-AMARAL-MATOS_REVISADO.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MOURA, John; SILVA, Fabiana. A subjetividade na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Psicologia & Educação**, São Luís, v. 4, n. 1, p. 9-20, 2018.

MOURÃO, Márcia Regina. **CESEC: uma proposta de ensino para jovens e adultos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2017.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva; ALMEIDA JUNIOR, Jurandir de. Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 38, e82090, p.01-22, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/BQcdf5jJq6qVKKJVCWWK7nN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 ago. 2025.

NASCIMENTO, Angélica Maria. **A importância do professor para a EJA: desafios e possibilidades**. Curitiba: UFPR, 2013.

NASCIMENTO, Sandra Mara Do. **Educação de Jovens e Adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. 2013. Monografia [Especialização]. 45 f. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paranavaí, 2013. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20898/2/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2025.

NOGUEIRA, Maíra Silva; SANTOS, Emina Márcia Nery dos; MAIA, Anderson Madson Oliveira. BNCC e DOP'S como instrumentos político-ideológicos das políticas educacionais da EJA. **Revista Teias**, v. 25, n. 77, p. 280-294, abr./jun. 2024. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v25n77/1982-0305-teias-25-77-0280.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

OLIVEIRA, Daniel do Nascimento; OLIVEIRA, Juliana do Carmo da Silva; LIMA, Carlos Chagas Vilela. Contexto histórico das políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos - EJA: desafios e conquistas. **Revista de Estudos interdisciplinares**, v. 06, n. 02, p. 01-22, jan./dez., 2024. Disponível em: <<https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1328/1160>>. Acesso em: 17 mai. 2025.

OLIVEIRA, Daniela Carla. **A EJA como política de inclusão no contexto do CESEC em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

OLIVEIRA, José. **Subjetividade e significação no processo de ensino-aprendizagem: um estudo na EJA**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2024.

PAIVA, Jane. **Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019.

PASSOS, Rachel; SANTOS, Marta. Gênero, raça e EJA: análise curricular e desafios da inclusão. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 75, p. 310-325, 2018.

PEREIRA, Silvana Maria. **Evolução e desafios dos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) em Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2014.

PERES, Marcelo. **A contribuição dos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) para a Educação de Jovens e Adultos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

PIMENTEL, Jaine Barbosa da Silva; FARIAS, Mayara Ferreira de; COSTA, Ana Mônica de Britto. A evasão escolar na EJA: reflexões a partir da Escola Municipal João Guió (Arez/RN). **Revista Querubim**. V.20, p. 78-100. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Rafael-Muller-4/publication/387755579_A_projecao_sul-coreana_no_contexto_ocidental_reflexoes_a_partir_da_obra_Kim_Jiyoung_nascida_em_1982_de_Cho_Nam-Joo/links/677bf023fb9aff6eaa0aaa13/A-projecao-sul-coreana-no-contexto-ocidental-reflexoes-a-partir-da-obra-Kim-Jiyoung-nascida-em-1982-de-Cho-Nam-Joo.pdf#page=78>. Acesso em: 23 dez. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 55-77.

REICHARDT, Karen Regina; SILVA, João Ronaldo. Educação de Jovens e Adultos: identidade, diversidade e desafios na prática pedagógica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 4, p. 59-72, 2020.

REIS, Henrique Barbosa dos; MACHADO, Maria Goreti Farias. O PROJOVEM urbano e a realidade escolar da EJA. **Revista Políticas Educativas**, v. 12, n. 1, p. 01-12, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/137893/91068>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

RESENDE, MARIA JOANA COSTA MUNIZ DE. **O ensino de história e da cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais**: um estudo na Educação de Jovens e Adultos (Cesec, Uberlândia, MG, Brasil). 2022. Dissertação [Mestrado]. 175 f. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34917/1/EnsinoDeHistoria.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

RIBEIRO, Vera Masagão. Em: CATELLI JR., Renato; HADDAD, Sergio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.). **A EJA em xeque**: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. São Paulo: Global / Ação Educativa, 2014, p. 17-37.

ROCHA, Karoline Vitória de Souza; COELHO, Irene da Silva. A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental. **Cobric**, v. 1, n. 3, p. 80-84, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unisanta.br/COB/article/view/2442/2434>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

RODRIGUES, Abraão Carneiro do Carmo; CARVALHO, Maria Rosileide Bezerra de; SAMPAIO, Tiago Santos. Desafios da avaliação da aprendizagem na EJA: reflexões a partir de um estudo de caso e da experiência docente. **Educação: teoria e prática**. Rio Claro, v. 34, n.67, p. 01-30, 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v34n67/1981-8106-eduteo-34-67-e19.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ROMERO, Raquel; SANTOS, Carlos Eduardo. A importância de Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos: contribuições para a prática docente. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 6, n. 2, p. 293-308, 2024.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno; HIZIM, Luciano Abrão. A Educação de Jovens e Adultos e sua imbricação com o ensino regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 103, n. 264, p. 271-298, maio/ago. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/tbvstx9cT7TdMVBQZyJsBTQ/?lang=pt&format=pd>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SAMPAIO, Francisca Elieuzza Rodrigues. 2018. **Programas de aprendizagem no combate à evasão escolar**: proposta de intervenção em uma escola pública de ensino médio do município de Fortaleza-CE/Brasil. Dissertação [Mestrado]. 24 f. Universidade Fernando Pessoa: Porto, 2018. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/896d94e8f43ea54da3f14e754432879a/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANTIAGO, Eliete. **Educação de Jovens e Adultos**: desafios e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2010.

SANTOS, Caroline Cristina; LOPES, Mário Sérgio. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: reflexões sobre as políticas públicas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 3, p. 661-679, 2017.

SANTOS, Eliane. O papel social da EJA: limites e perspectivas. **Anais do Simpósio de Educação e Sociedade**, São Paulo, 2022, p. 20-35.

SANTOS, Jaciara de Oliveira Sant'Anna; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. Formação do educador de EJA nos discursos das diretrizes curriculares nacionais da EJA e BNCC. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 02, n.10, 2021, p. 216-231. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.46375/relaec.36257>>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SANTOS, Josiane; SILVA, Mariano. Subjetividades na EJA: um olhar psicossocial. **Revista Diálogos em Educação**, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2020.

SANTOS, Karen. Ensino a distância na EJA: desafios e possibilidades. **Revista Tecnologias em Educação**, Brasília, v. 8, n. 4, p. 45-60, 2023.

SANTOS, Naires Fonseca dos. 2022. **Sobre importâncias, motivações e conquistas**: a Educação de Jovens e Adultos, EJA, em uma escola pública no município de Marabá/PA. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação]. 42 f. Universidade Federal do Sul e Sudeste Do Pará: Marabá, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/1923/1/TCC_Sobre%20import%c3%a2ncias%2c%20motiva%c3%a7%c3%b5es%20e%20conquistas.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANTOS, Silvany Silva dos; AMORIM, Antônio. Semana de Mobilização Científica, 22, 2019, Salvador. **Políticas públicas da EJA**: um processo reflexivo sobre o chão da escola. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2019, 17 p. Disponível em: <<https://ri.ucs.br/server/api/core/bitstreams/8a486cb3-4fad-427c-8438-a8193ee0f249/content>>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SANTOS, Valdenice Abreu dos. A Educação de Jovens e Adultos: a inclusão como caminho para a emancipação. In: Silveira Neto *et al.* **Leituras críticas da educação à procura de outra consciência**. Belém: Home, 2023, cap. 06, p.145-173.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SCHERER, Susana Schneid *et al.* Educação de Jovens e Adultos (EJA): proposta e realidade pós-pandemia. **Revista Educere Et Educare**, v. 18, n. 45, p. 200-215, 2023. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29683/21838>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SEPÚLVEDA, Francisca Gorete Bezerra. **Educação de Jovens e Adultos: análise da política e da prática de formação de educadores no Programa Brasil Alfabetizado e MOVA/Guarulhos**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SEWALD, Silvana; PORTELINHA, Ângela Maria Silveira; ROCHA, Margarette Matesco. A formação de professores e a organização do trabalho pedagógico: desafios para educação dos alunos com TEA. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**. Sorocaba, v. 25, p. 1-20, 2023. Disponível em: <<https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/4124/4754>>. Acesso em: 28 dez. 2025.

SILVA, Lauriana Corrêa da. Concepções em torno dos fatores que influenciam a evasão escolar dos alunos da primeira etapa do Ensino Médio EJA da Escola Estadual Francisco Walcy Lobato Lima - Santana, AP. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 342-358, 2023. Disponível em: <<https://reben.a.emnuvens.com.br/revista/article/view/117/107>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, Lauriana Corrêa da. Fatores que incidem na evasão escolar dos alunos da primeira etapa do ensino médio – EJA: revisão de literatura. **Revista de Administração do Cesmac**, v. 9, p. 170-189, 2020. Disponível em: <<https://cesmac.emnuvens.com.br/administracao/article/view/1402/1073>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SILVA, Márcia Sueli Ferreira. **A evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA): marcos de desafios**. João Pessoa: Periodicojs editora, 2021.

SILVA, Marília de Fátima Oliveira da. A relação entre a matriz curricular da EJA e a evasão escolar em São Miguel Dos Campos - AL: uma revisão bibliográfica. **Revista Foco**, v.17, n.9, p.01-23, 2024. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6062/4497>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, Marta Miranda; WATANABE, Yumi Nascimento. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Constituições Federais Brasileiras: entre o ideal, o legal e o real. 2024. **SciELO Preprints**. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7686>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Políticas de responsabilização educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 587-607, jul./set. 2017.

SOARES, Jéssica; PEDROSO, Geovana. A formação de professores de EJA: desafios e perspectivas. **Revista Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 255-272, 2016.

SOARES, Roquebaldo Ribeiro; LEAL, Débora Araújo. A voz dos números: representações da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a perspectiva das concepções hegemônicas e contra hegemônicas. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 10, p. 01-13, 2023. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4135/2960>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SOUSA, Maria Soraia Dias; ARAÚJO, Gustavo Cunha de. Estado da arte sobre dissertações e teses acerca da arte na EJA: (2002 a 2023). **Revista Teias**, v. 25, n. 77, p. 69-85, abr./jun. 2024. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v25n77/1982-0305-teias-25-77-0069.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SOUZA FILHO, Murilo; CASSOL, Tiago; AMORIM, Carla. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 718-737, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4b8tWfCRNXmBxCt8CzC3chQ/?format=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR**. Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

UNESCO. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil**: lições de prática. Brasília: Unesco, 2008. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162640por.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNESCO. **Paulo Freire**: contribuição para a educação mundial. Brasília: Unesco, 2008.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista Educação Pública**, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja>. Acesso em: 24 nov. 2025.

VICTER, Eline das Flores; SANTOS, Rosangela Mariano dos. Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, 09. 2024. Natal. A EJA pós pandemia: impactos e novos desafios. Natal: **Sociedade Brasileira de Educação em Matemática**, 2024. Disponível em: <<https://www.sbembrasil.org.br/eventos/index.php/sipem/article/view/488>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

VIEIRA PINTO, Álvaro Borges. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982.

XAVIER, Maria do Perpétuo do Socorro Ramos; SERUFFO, Marcos César da Rocha; PIRES, Yomara Pinheiro. Análise sobre persistência e evasão escolar em Educação de Jovens e Adultos: um estudo de caso no Município de Castanhal – Pará. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p.1-19, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3481/3919>>. Acesso em: 21 nov. 2025.

APÊNDICE – Produto Educacional

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Caderno Pedagógico

Edição Especial 01 - Setembro 2025

Júnio César Gonçalves
Ricardo Baratella

Estratégias para a Permanência e o Sucesso Escolar na Educação de Jovens e Adultos



Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Gonçalves, Júnio César.

G586c Caderno pedagógico – Estratégias para a permanência e o sucesso escolar na Educação de Jovens e Adultos / Júnio César Gonçalves, Ricardo Baratella. Edição especial 01 – [Uberlândia (MG)], 2025.
[15] p. : il., color.

Este produto educacional foi elaborado a partir da dissertação “A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos Ceseccs de Minas Gerais: causas, desafios e consequências” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado em Formação Docente para a Educação Básica pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Baratella. Inclui referências.

1. Evasão escolar. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Educação continuada. I. Baratella, Ricardo. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado em Formação Docente para a Educação Básica. III. Título.

CDD 374.981

Tatiane da Silva Viana – Bibliotecária – CRB-6/3171

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE Nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

Apresentação

Este caderno pedagógico é resultado de uma pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Educação, cujo objetivo foi compreender os fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesecs) de Minas Gerais. A intenção deste material é subsidiar professores, gestores e equipes pedagógicas na construção de práticas e estratégias que contribuam para a permanência dos estudantes na EJA, promovendo inclusão, equidade e aprendizagem significativa.

1 Contextualização da EJA no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso à educação básica na idade considerada regular. Seu papel vai além da escolarização: busca reparar desigualdades históricas e oferecer oportunidade de emancipação social, cultural e econômica.

2 O desafio da evasão escolar na EJA

A evasão é um fenômeno complexo e multifatorial. Nos Cesecs, observa-se que as principais razões que levam ao abandono escolar incluem:

- ❖ Conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar;
- ❖ Dificuldades econômicas;
- ❖ Histórico de fracasso escolar e baixa autoestima;
- ❖ Desmotivação em relação ao currículo e à metodologia de ensino;
- ❖ Limitações de transporte, infraestrutura e acesso à escola.

Esses fatores evidenciam que a evasão não é apenas responsabilidade individual do estudante, mas resultado de condições sociais e institucionais.

3 Fundamentação teórica

- ❖ **Paulo Freire (1996)**: defende uma educação emancipadora, centrada na autonomia do sujeito e no diálogo como prática transformadora.
- ❖ **Haddad e Di Pierro (2000)**: destacam a função reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA.
- ❖ **Celso de Rui Beisiegel (2004)**: analisa as políticas educacionais voltadas à EJA e discute os limites e avanços na construção de uma educação inclusiva.
- ❖ **Leôncio Soares (2008)**: destaca a importância da EJA como espaço de inclusão, mas também evidencia as condições precárias que favorecem a evasão.
- ❖ **Moacir Gadotti (2009)**: aborda a EJA sob a perspectiva da educação popular, enfatizando a necessidade de metodologias participativas e contextualizadas.
- ❖ **Maria Clara Di Pierro (2010)**: traz contribuições sobre a função social da EJA e seus desafios na contemporaneidade, especialmente no que tange à permanência escolar.
- ❖ **Sonia Rummert (2011)**: discute a relação entre exclusão social, desigualdades educacionais e os desafios enfrentados por jovens e adultos na escola.
- ❖ **INEP/MEVC**: dados estatísticos e diagnósticos oficiais que permitem compreender o cenário da evasão e permanência escolar na EJA.
- ❖ **Miguel González Arroyo (2017)**: discute as particularidades da educação de adultos e os obstáculos para a permanência escolar.
- ❖ **Programa “Pé-de-Meia” (2024)**: importante política pública lançada em 2024, com impacto direto na modalidade EJA, ao oferecer incentivo financeiro baseado em poupança para estimular permanência e conclusão dos estudos. Sua análise contextualiza a evasão sob a perspectiva de políticas de inclusão socioeducacional.
- ❖ **Maria Clara Di Pierro (entrevista, 2025)**: em entrevista à *Porvir* (abril de 2025), Di Pierro comenta o enfraquecimento progressivo da EJA no Brasil, destacando queda expressiva nas matrículas (redução de quase

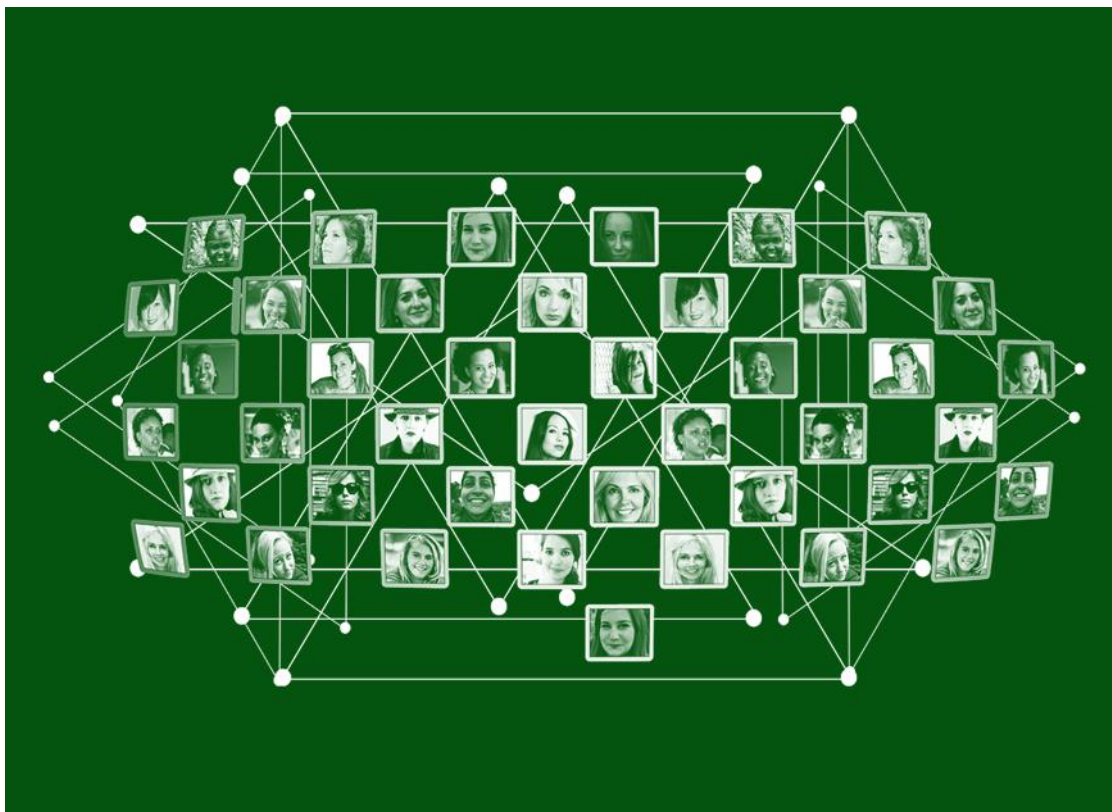
200 mil alunos entre 2023 e 2024), revelando um contexto crítico e atual.



4 Objetivos do Caderno Pedagógico

- ❖ Identificar e discutir os fatores que contribuem para a evasão escolar na EJA.
- ❖ Oferecer subsídios práticos para professores e gestores dos Cesecs no enfrentamento da evasão.
- ❖ Apresentar propostas pedagógicas que valorizem o protagonismo do estudante da EJA.
- ❖ Contribuir para uma educação inclusiva, emancipatória e de qualidade.

5 Estratégias para enfrentar a evasão escolar



5.1 Flexibilização curricular

- ❖ Adaptação de conteúdos à realidade do estudante trabalhador.
- ❖ Uso de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares.
- ❖ Inclusão de temas geradores relacionados ao cotidiano (saúde, trabalho, direitos, cultura).

5.2 Apoio psicossocial

- ❖ Criação de grupos de escuta e acolhimento.
- ❖ Parcerias com serviços sociais e de saúde.
- ❖ Incentivo ao fortalecimento da autoestima e da identidade do estudante.

5.3 Práticas pedagógicas inovadoras

- ❖ Uso de recursos tecnológicos e plataformas digitais de apoio.
- ❖ Incentivo à produção de narrativas de vida e histórias orais.

- ❖ Metodologias que privilegiam a interdisciplinaridade e a resolução de problemas.

5.4 Gestão escolar participativa

- ❖ Estabelecimento de canais de diálogo entre gestão, docentes e discentes.
- ❖ Planejamento coletivo de ações para permanência.
- ❖ Valorização da formação continuada dos professores da EJA.

6 Sequência de Atividades Propostas

Atividade 1 – Minha história de vida escolar

Objetivo: promover reflexão e ressignificação da trajetória escolar.

Estratégia: roda de conversa, registro escrito ou oral.

Produto: mural coletivo de memórias.

Etapas e Exercícios

Aquecimento

Dinâmica “Objeto da Minha História”

Cada estudante traz (ou descreve) um objeto que represente sua trajetória escolar (caderno antigo, lápis, uniforme, foto, lembrança).

Compartilhamento em pequenos grupos.

Perguntas para roda de conversa...

- ❖ Qual a primeira lembrança que você tem da escola?
- ❖ Houve algum professor(a) que marcou sua vida? Por quê?
- ❖ Teve algum momento em que pensou em desistir?
- ❖ O que te fez continuar?
- ❖ O que mudou em você ao retornar aos estudos?
- ❖ O que a escola representa para você hoje?

Registro coletivo das palavras-chave no quadro.

Linha do Tempo Escolar

Cada estudante constrói uma linha do tempo com:

- ❖ Início da escolarização
- ❖ Interrupções
- ❖ Retorno aos estudos
- ❖ Conquistas importantes
- ❖ Sonhos atuais

Pode ser ilustrada com cores, símbolos ou desenhos.

Registro individual

Escolher uma das modalidades:

- ❖ Texto autobiográfico
- ❖ Carta para si mesmo no passado
- ❖ Desenho representativo
- ❖ Áudio gravado
- ❖ Poema sobre sua trajetória

Sugestão de exercício escrito

Completar frases:

- ❖ “Na escola, aprendi que...”
- ❖ “Meu maior desafio foi...”
- ❖ “Quando parei de estudar, eu senti...”
- ❖ Voltar a estudar significa...”
- ❖ “Hoje, penso que a escola pode me ajudar a...”

Produção Coletiva

- ❖ Construção de mural de memórias.
- ❖ Organização de um “Livro da Turma” (digital ou impresso).
- ❖ Gravação de um podcast com relatos voluntários.

Atividade 2 – Projeto de Vida

Objetivo: estimular a construção de metas pessoais e profissionais.

Estratégia: elaboração de planos individuais com acompanhamento docente.

Produto: portfólio do estudante.

Etapas e Exercícios

Reflexão Inicial – “Onde estou e onde quero chegar?”

Dinâmica de escrita rápida:

- ❖ “Hoje eu sou...”
- ❖ “Eu quero me tornar...”

Questões norteadoras...

- ❖ O que desejo conquistar nos próximos 5 anos?
- ❖ Qual profissão ou área me atrai?
- ❖ Que habilidades já possuo?
- ❖ O que preciso aprender?
- ❖ Quem pode me apoiar nesse caminho?

Exercício prático – Mapa de Metas

Quadro em três colunas:

Sonhos/Metas	Passos necessários	O que já tenho
---------------------	---------------------------	-----------------------

Simulação de Entrevista de Emprego

Atividade prática:

- ❖ Como se apresentar?
- ❖ Como falar sobre experiências?
- ❖ Como destacar qualidades?

Acompanhamento e Revisão

Reavaliação mensal das metas.

Registro de conquistas.

Ajustes no plano.

Acompanhamento.

O professor pode ajudar a transformar metas amplas em ações concretas (por exemplo: “quero trabalhar na saúde” → pesquisar cursos técnicos disponíveis, buscar estágio etc.).

Produto final.

Portfólio: caderno ou pasta com reflexões, planos de ação, anotações sobre conquistas e revisões periódicas.

Atividade 3 – Educação e Trabalho

Objetivo: relacionar conteúdos escolares com as vivências profissionais dos estudantes.

Estratégia: estudos dirigidos e oficinas práticas.

Produto: apresentação de práticas do cotidiano laboral em sala de aula.

Etapas e Exercícios

Mapeamento das Profissões da Turma

- ❖ Levantamento das áreas de atuação.
- ❖ Construção de gráfico com as profissões.

Estudos Interdisciplinares

Matemática

Cálculo de lucro/prejuízo.

Organização de orçamento familiar.

Juros simples.

Português

Produção de currículo.

Carta de apresentação.

Comunicação profissional.

Ciências

Saúde do trabalhador.

Ergonomia.

Prevenção de acidentes.

Geografia

Mercado de trabalho regional.

Impacto das profissões na economia local.

Resolução de Problemas Reais

Grupos recebem situações concretas:

- ❖ Organizar orçamento doméstico.
- ❖ Planejar pequeno negócio.
- ❖ Resolver conflito no ambiente de trabalho.

Oficina prática ampliada

- ❖ Demonstração de técnicas.
- ❖ Rodas de troca de saberes.
- ❖ Registro fotográfico das práticas.

Produto Final

- ❖ Mostra de Saberes.
- ❖ Exposição aberta à comunidade.
- ❖ Produção de um e-book coletivo.

Atividade 4 – Cultura e identidade

Objetivo: valorizar saberes populares e culturais.

Estratégia: rodas de conversa e oficinas artísticas.

Produto: feira cultural da EJA.

Mapa Cultural da Turma

Cada estudante marca:

- ❖ Origem familiar
- ❖ Costumes
- ❖ Tradições
- ❖ Festas regionais

Questões ampliadas

- ❖ Que tradições gostaria de preservar?
- ❖ Que dificuldades culturais enfrentou na escola?
- ❖ O que significa identidade para você?

Oficinas ampliadas

- ❖ Cordel
- ❖ Poesia autobiográfica
- ❖ Teatro de relatos de vida
- ❖ Culinária típica
- ❖ Mural fotográfico
- ❖ Danças regionais

Produção Escrita

Tema:

“Minha identidade e minha história”

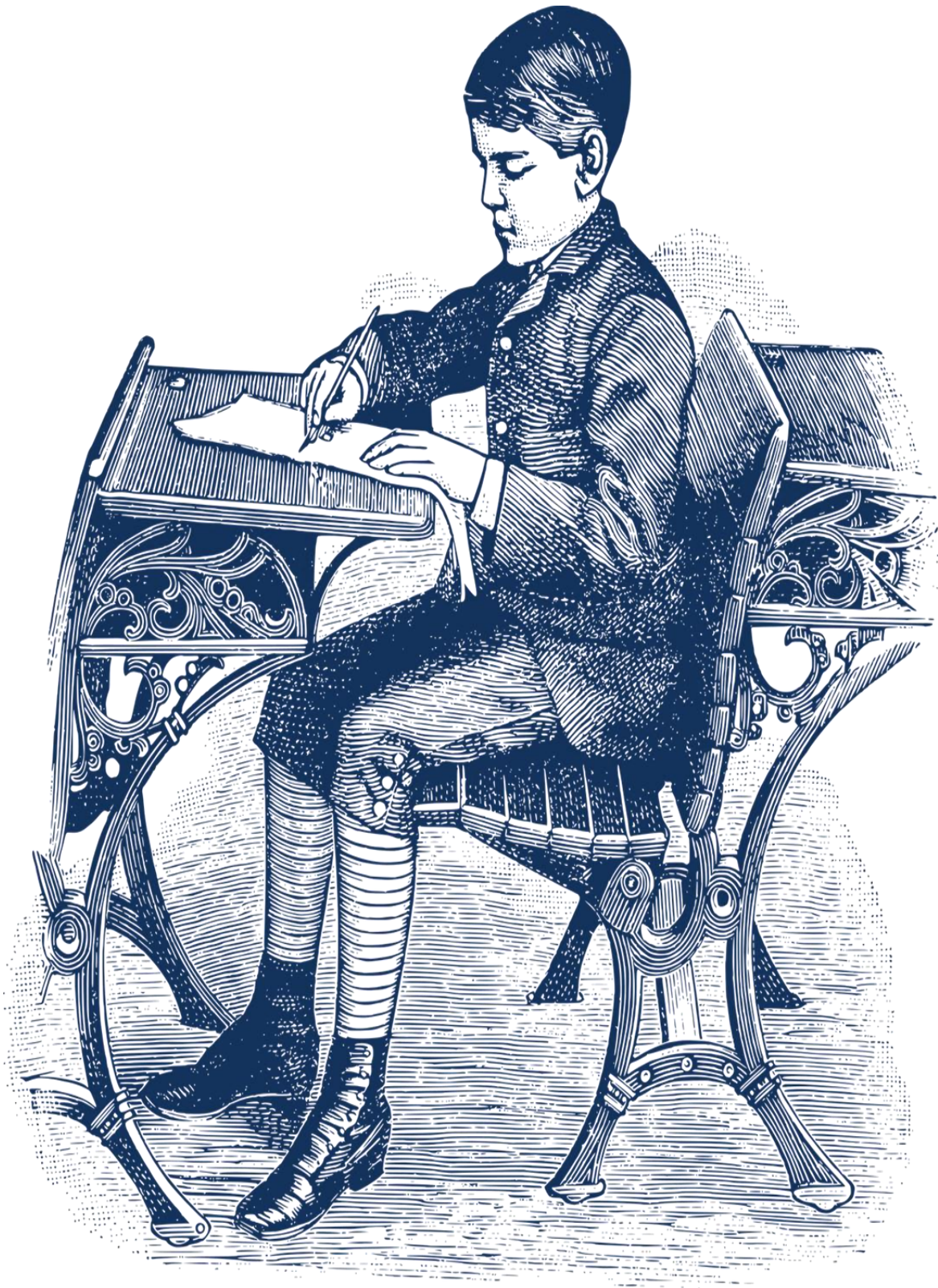
Planejamento da Feira Cultural

Divisão de equipes:

- ❖ Comunicação
- ❖ Organização
- ❖ Apresentação
- ❖ Recepção

Produto Final

- ❖ Feira Cultural aberta à comunidade.
- ❖ Exposição de relatos.
- ❖ Apresentações artísticas.
- ❖ Registro em vídeo.



BOLA DE MEIA, BOLA DE GUDE

Milton Nascimento (1988)

Há um menino, há um moleque
 Morando sempre no meu coração
 Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão
 Há um passado no meu presente
 O sol bem quente lá no meu quintal
 Toda vez que a bruxa me assombra o menino me dá a mão
 E me fala de coisas bonitas
 Que eu acredito que não deixarão de existir
 Amizade, palavra, respeito, caráter, bondade, alegria e amor
 Pois não posso, não devo
 Não quero viver como toda essa gente insiste em viver
 Não posso aceitar sossegado
 Qualquer sacanagem ser coisa normal
 Há um menino, há um moleque
 Morando sempre no meu coração
 Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão
 Há um passado no meu presente
 O sol bem quente lá no meu quintal
 Toda vez que a bruxa me assombra o menino me dá a mão
 E me fala de coisas bonitas que eu acredito
 Que não deixarão de existir
 Amizade, palavra, respeito, caráter, bondade, alegria e amor
 Pois não posso, não devo
 Não quero viver como toda essa gente insiste em viver
 E não posso aceitar sossegado qualquer sacanagem
 Ser coisa normal
 Bola de meia
 Bola de gude
 Um solidário não quer solidão
 Toda vez que a tristeza me alcança um menino me dá a mão
 Há um menino, há um moleque morando sempre no meu coração
 Toda vez que o adulto fraqueja ele vem pra me dar a mão.

Ao longo da letra, há uma mensagem de **resistência** e **superação**, mostrando que, apesar dos desafios da vida, é essencial manter o coração jovem e a capacidade de sonhar. O eu lírico se apoia nas lembranças e na força interior para seguir em frente, reforçando que o amor e a amizade são fundamentais para continuar acreditando em um futuro. A canção tem um tom nostálgico e, ao mesmo tempo, motivador, transmitindo a ideia de que, independentemente da idade, é possível manter a essência da infância como um refúgio e uma fonte de energia para enfrentar a vida, resgatando a pureza, a alegria e a esperança que nos impulsionam a seguir em frente, mesmo diante dos desafios meio das adversidades, é o que nos fortalece e nos mantém firmes

no caminho. É essa força interior que nos permite superar obstáculos, aprender com as dificuldades.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens e adultos**: sujeitos e *saberes*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Educação de jovens e adultos no Brasil**: revisitando o passado. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Pé-de-Meia**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 27 ago. 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos: trajetória histórica e desafios atuais. **Cadernos CEDES**, v. 30, n. 81, p. 25-39, 2010.

DI PIERRO, Maria Clara. EJA perde quase 200 mil matrículas em um ano, alerta especialista. Entrevista concedida a Porvir, 11 abr. 2025. Disponível em: <https://porvir.org>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2009.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos: um campo em construção. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 65-82, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: INEP, Ministério da Educação, [ano de referência]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores: um campo de tensões e conflitos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 245-260, 2011.

SOARES, Leônicio. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de identidade. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 104, p. 1117-1133, 2008.